RICARDO JAQUES FERREIRA

DIPLOMACIA NAVAL NO ATLÂNTICO SUL:

A contribuição da Marinha do Brasil para a Política Externa Brasileira.

Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia.

Orientador: Contra-Almirante (RM1) Guilherme Mattos de Abreu.

Rio de Janeiro

2019

©2019ESG

Este trabalho, nos termos de legislação que resguarda os direitos autorais, é considerado propriedade da ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que sem propósitos comerciais e que seja feita a referência bibliográfica completa. Os conceitos expressos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam qualquer orientação institucional da ESG.

_____
Assinatura do autor

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F383d Ferreira, Ricardo Jaques.

Diplomacia naval no Atlântico Sul: a contribuição da Marinha do Brasil para a política externa brasileira / Capitão de Mar e Guerra Ricardo Jaques Ferreira. - Rio de Janeiro: ESG, 2019.

98 f.

Orientador: CAlte (RM1) Guilherme Mattos de Abreu.
Trabalho de Conclusão de Curso - Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), 2019.

1. Diplomacia naval. 2. Atlântico Sul. 3. Política externa - Brasil. 4. Marinha do Brasil. I. Título.

CDD – 327.0981

Eleborada por Patricia Imbroizi Ajus – CRB-7/3716

À minha querida filha, pela paciência, compreensão e apoio.

AGRADECIMENTO

A Deus, pelo dom da vida e pelas pessoas que dispôs ao longo das águas que naveguei.

Aos meus mestres, professores e Comandantes, de hoje e de sempre, pelos conhecimentos transmitidos e, principalmente, pelo exemplo de serviço e dedicação ao próximo e ao país.

Ao meu orientador, Contra-Almirante Guilherme Mattos de Abreu, meu primeiro Imediato e eterno Chefe, pela confiança, disponibilidade e apoio incondicional.

Ao Comando, Corpo Permanente e demais oficiais e servidores da ESG, pelo ambiente respeitoso, cortês e acolhedor com que nos brindaram ao longo do ano.

Aos estagiários da Turma “ESG 70 anos: Pátria Amada Brasil”, pela amizade, pelos momentos vividos e pela inesquecível oportunidade de troca de experiências.

All war represents a failure of diplomacy.

Tony Benn
Membro do Parlamento do Reino Unido entre 1950 e 2001

RESUMO

O fim da Guerra Fria (1989) trouxe um novo modo de pensar e entender os conceitos de segurança e defesa. Passou a ser necessário ir além do pensamento estratégico vigente, marcado pela bipolaridade, tornando-se recomendável a elaboração de políticas e estratégias cooperativas. Neste novo cenário, criou-se uma vez mais o ambiente adequado para o emprego da diplomacia naval, onde o Poder Naval, em virtude de suas características intrínsecas de mobilidade, de permanência, de versatilidade e de flexibilidade, que, favorecidas pela liberdade de navegação e pelo apoio logístico fixo e móvel, pode atuar em apoio à política externa brasileira na garantia dos interesses do Estado. Neste trabalho, em particular, serão analisadas as ações da Marinha do Brasil relacionadas à diplomacia naval no Atlântico Sul, de onde são retirados cerca de 95% do petróleo, 80% do gás natural produzidos no País e por onde quase 95% de nosso Comércio Exterior é escoado. Tais fatores levaram ao estabelecimento do Atlântico Sul como entorno estratégico para o Brasil desde a Política de Defesa Nacional de 2005. Assim, considerando-se o caráter da integralidade do Poder Nacional, torna-se relevante para a segurança, defesa e desenvolvimento nacional, estudar as interações das expressões política (diplomatas) e militar (Marinha) em uma região tão relevante para o país.

Palavras-chave: Diplomacia naval. Atlântico Sul. Política externa - Brasil. Marinha do Brasil

ABSTRACT

The end of the Cold War (1989) brought a new way of thinking about the concepts of security and defense. It was necessary to go beyond the current strategic thinking, characterized by bipolarity, making it advisable to develop cooperative policies and strategies. In this new scenario, the right environment was once again created for the use of naval diplomacy, where Naval Power, due to its intrinsic characteristics of mobility, permanence, versatility and flexibility, favored by freedom of navigation and trough logistical support, it can act in support of Brazilian foreign policy in guarantee of State interests. In this paper, in particular, the actions of the Brazilian Navy related to naval diplomacy will be analyzed in the South Atlantic, from which about 95% of the oil and 80% of the natural gas produced in the country are extracted and almost 95% of our international trade is carried by sea. These factors led to the establishment of the South Atlantic as a strategic environment for Brazil since the National Defense Policy of 2005. Thus, considering the character of the integrality of the National Power, it becomes relevant for security, defense and national development, to study the interactions of political (diplomats) and military (navy) expressions in a region so relevant to the country.
***Keywords**: Navy Diplomacy. South Atlantic. Foreign Affairs Policy - Brazil. Brazilian Navy.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 O Atlântico Sul 90

FIGURA 2 Balança comercial Brasil-África (2006-2018) 90

FIGURA 3 *Belt and Road Initiative* 91

FIGURA 4 Gráfico com os dez países que mais contribuem para as missões de paz da ONU no continente africano 91

FIGURA 5 Importações de petróleo da Índia 2014-2015 92

FIGURA 6 Diáspora indiana (cidadãos indianos (NRI) e pessoas de origem indiana (PIO) 92

FIGURA 7 Áreas de interesse marítimo e de investimentos indianos 93

FIGURA 8 Interesses primordiais da defesa na área internacional 93

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 Eventos de diplomacia naval registrados no Atlântico Sul no período de 1991 a 2010, segundo Rowlands (2015) 94

TABELA 2 Evolução histórica da execução financeira dos projetos de cooperação técnica na África 98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS SSS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AFRICOM	United States Africa Command
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ASACOF	Fórum de Cooperação África-América do Sul
BHMN	Base de Hidrografia da Marinha em Niterói
BRI	*Belt and Road Initiative*
BRICS	*Brazil Russia India China and South Africa*
CEMBRA	Centro de Excelência para o Mar Brasileiro
CISMAR	Centro Integrado de Segurança Marítima
CLPC	Comissão de Limites da Plataforma Continental
CNBC	*Consumer News and Business Channel*
CNUDM	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CSNU	Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
DIA	*Defense Intelligence Agency*
DMN	Doutrina Militar Naval
END	Estratégia Nacional de Defesa
EUA	Estados Unidos da América (*United States of America*)
FA	Forças Armadas
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FOCAC	*Forum on China-Africa Cooperation*
G20	Grupo dos 20
GAT-FN	Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais
HIV/AIDS	*Human Immunodeficiency Virus / Acquired Immunodeficiency Syndrome*
HMS	*Her Majesty's Ship*
IBAS	Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul
IHO	*International Hydrographic Organization* (Organização Hidrográfica Internacional - OHI)
JIATF-S	*Joint Interagency Task Force - South*
LRIT	*Long-range identification and tracking*

MB	Marinha do Brasil
MD	Ministério da Defesa
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MEND	*Movement for the Emancipation of the Niger Delta*
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul.
MINURSO	Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti
MONUSCO	Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NATO	*North Atlantic Treaty Organization* (Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN)
NDM	Navio Doca Multipropósito
NE	Navio Escola
NPHM	Navio Porta Helicóptero Multipropósito
NPaOc	Navio Patrulha Oceânico
NRI	Non-Resident Indian
OMC	Organização Mundial do Comércio
OpPaz	Operação de Paz
PC	Plataforma Continental
PDN	Política de Defesa Nacional
PIO	Person of Indian Origin
PND	Política Nacional de Defesa
PRC	*People's Republic of China* (República Popular da China - RPC)
PT	Partido dos Trabalhadores
REVIZEE	Programa de Avaliação do Potencial Sustentável de Recursos Vivos na Zona Econômica Exclusiva
SAIHC	*Southern Africa and Islands Hydrographic Commission*
SAR	Search and Rescue
SECIRM	Secretaria da Comissão Interministerial para Recursos do Mar
SI	Sistema Internacional
SIC/MD	Sistema de Informações ao Cidadão do Ministério da Defesa
SIPRI	*Stockholm International Peace Research Institute*
SOUTHCOM	*United States Southern Command*

UA	União Africana
UN	*United Nations* (Organização das Nações Unidas - ONU)
UNIFIL	*United Nations Interim Force in Lebanon*
UNMIL	*United Nations Mission in Liberia*
UNOCI	*United Nations Operation in Côte d'Ivoire*
UNODC	*United Nations Office on Drugs and Crime*
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
WB	*World Bank* (Banco Mundial)
ZEE	Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 12

2 A DIPLOMACIA NAVAL..... 16

2.1 PERSPECTIVAS PARA O SÉCULO XXI..... 19

3 O ATLÂNTICO SUL..... 25

3.1 A RELEVÂNCIA PARA O BRASIL..... 27

3.2 AS ESTRATÉGIAS DE CHINA E ÍNDIA PARA A REGIÃO..... 31

4 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO ATLÂNTICO SUL..... 37

5 AS AÇÕES DA MARINHA DO BRASIL NO ATLÂNTICO SUL..... 48

5.1 DIPLOMACIA DE ROTINA: EXERCÍCIOS MULTINACIONAIS E VISITAS OFICIAIS..... 50

5.2 DIPLOMACIA DE DEFESA: COOPERAÇÃO TÉCNICA, INTERCÂMBIOS E ADIDÂNCIAS..... 55

5.2.1 ZOPACAS..... 61

5.3 DIPLOMACIA HUMANITÁRIA: OPERAÇÕES DE PAZ E AJUDA HUMANITÁRIA..... 64

6 CONCLUSÃO..... 68

REFERÊNCIAS..... 73

ANEXO A – ILUSTRAÇÕES 90

ANEXO B – TABELAS 94

1 INTRODUÇÃO

O fim da Guerra Fria trouxe um novo modo de pensar e entender os conceitos de segurança e defesa[1]. Passou a ser necessário ir além do pensamento estratégico vigente, marcado pela bipolaridade, com abordagem de enfrentamento à guerra subversiva e à guerra global entre os blocos capitalista e comunista. No novo cenário, a percepção de vulnerabilidades foi amplificada com o estudo das novas ameaças à paz e segurança internacionais. Assim, tornou-se recomendável a adoção de uma agenda de segurança mais abrangente, delineando-se novas estratégias com novos parceiros independente da ideologia que adotavam antes da queda do muro de Berlim.

O aprofundamento dos estudos de segurança no século XXI e a nova abordagem de segurança coletiva[2] ressaltaram a importância de elaboração de políticas e estratégias cooperativas, levando os estados a buscar desenvolver sistemas e processos de diálogo e de relações internacionais que fossem compatíveis com as mudanças identificadas.

Desse modo, a pluralidade de atores combinada com a multiplicidade de temas de interesse que passaram a ser preocupação dos diferentes estados e, em consonância com o visualizado na Conferência de Helsinque em 1992[3], esperava-se, segundo Holsti (2016), a proeminência da resolução de conflitos sem o uso da violência. Era natural crer que a nova ordem mundial pós-Guerra Fria, com o domínio da democracia representativa e pelas relações pacíficas entre os diferentes estados (PINTO, 2015), seria um campo fértil para as ações diplomáticas na busca da salvaguarda dos objetivos estatais.

Contudo, tornava-se necessário modificar a diplomacia política tradicional, de forma a conferir à mesma uma abordagem setorial, permitindo a atuação nos distintos

---

[1] Para este trabalho será adotado o conceito de Segurança estabelecido na Política Nacional de Defesa Nacional (PND) (BRASIL, 2016d) como a condição que permite a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais. Já Defesa inclui o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

[2] Segundo Rudzit (2005), a abordagem anterior foi paralisada pelas dificuldades apresentadas pela Liga das Nações na Segunda Guerra Mundial e, posteriormente, pela Organização das Nações Unidas na década de 1990 pela interferência excessiva dos Estados Unidos da América.

[3] Conferência sobre a Segurança e a Cooperação na Europa (Nota nossa).

interesses afetos aos objetivos nacionais. Segundo Hill (2015), além do fim da Guerra Fria, o fenômeno da globalização e o renascimento do conflito expresso em termos religiosos impôs a necessidade da reformular a maneira de conduzir a política externa. No século XXI, a diplomacia deveria abranger novos setores como de defesa, comercial, ambiental, cultural, saúde e outras, de forma a adaptar-se às mudanças Sistema Internacional (SI)[4].

Neste novo cenário, identifica-se uma intensificação das atividades de diplomacia de defesa numa tentativa de incrementar a cooperação e reduzir atritos entre estados (SILVA, 2018), em particular da diplomacia naval, como assinala o levantamento realizado por Rowlands[5] (2015). No Brasil, este processo não se fez de forma diferente, ao estabelecer-se na concepção estratégica de defesa nacional a prevalência da ação diplomática e o emprego do poder naval para o apoio à política externa (BRASIL, 2016d).

Analogamente, os assuntos marítimos também acompanharam as alterações do SI e passaram a ser analisados sob uma nova ótica. A corrida armamentista entre os Estados Unidos da América (EUA) e a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) nos mares se transformou em uma competição entre potências regionais no enfrentamento de uma vasta gama de novos desafios como, terrorismo, pirataria e questões ambientais. Assim como antes, as Marinhas continuaram a exercer seu importante papel como instrumentos do poder nacional, apoiando as políticas externas dos estados, só que agora de maneira mais ampla.

No caso brasileiro, especial atenção foi dada no emprego do poder naval para a garantia de soberania na Amazônia Azul[6], em função das riquezas naturais ali extraídas e da importância dessa região como rota de quase 95% de nossas transações comerciais (BRASIL, 2018c), denotando a relevância do Atlântico Sul para os interesses estratégicos brasileiros.

Além disso, recentemente, os avanços tecnológicos permitiram um rápido aumento da produção de petróleo na região do pré-sal, passando de 500 mil barris

---

[4] Conjunto de relações entre atores, colocados em meio específico com certo grau de interdependência. É o cenário onde se processam as Relações Internacionais entre os atores (MERLE apud PECEQUILO, 2004).

[5] Em sua tese de doutorado, Kevin Rowlands realiza pesquisa quantitativa de 500 casos relacionados à diplomacia naval em um período de 20 anos após o término da Guerra Fria. (Nota nossa).

[6] Termo criado pelo ex-Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Guimarães de Carvalho, em 2004, descrevendo suas riquezas e dimensões próximas à Amazônia Verde, destacando o amplo horizonte de valores, recursos e iniciativas (LIMA *et al*., 2017).

por dia, em 2014, para o patamar de 1,5 milhão de barris por dia em 2018 (PETROBRAS, 2019). Contudo, este incremento não é suficiente para o atendimento da demanda nacional e, atualmente, cerca de 40% do petróleo importado vem da África em 2017 (BRASIL, 2018a) de reservas na plataforma continental (PC) na região do Golfo da Guiné, sobretudo da Nigéria, ou vindo da Argélia por rotas no Atlântico Sul. Esta conjuntura demanda cada vez mais a necessidade de delinear políticas e estratégias que garantam nossos interesses em regiões cada vez mais afastadas do continente, incluindo os espaços oceânicos nas relações de poder com outros estados (BARBOSA JUNIOR, 2009).

Considerando-se a importância dos aspectos anteriores para o crescimento e desenvolvimento econômico brasileiro, a estabilidade do Atlântico Sul reveste-se de especial interesse para a defesa nacional. Assim, em consonância com a nova ordem multipolar, com prevalência das ações diplomáticas, o estudo do emprego do Poder Naval em apoio à política externa adquire particular significância.

Este trabalho dará destaque, dentro da diplomacia de defesa, para a diplomacia naval, principalmente pelas características intrínsecas do Poder Naval. A mobilidade, permanência, versatilidade e flexibilidade (BRASIL, 2017b) permitem que os meios navais se movimentem para se fazerem presentes onde estiver o interesse do Estado e ali permaneçam graças ao apoio logístico móvel, adaptando-se às diversas condições reinantes no local onde estejam, com a devida gradação que a crise ou conflito exigirem, o que permite o emprego desse Poder em uma vasta gama de atividades, desde as atividades de diplomacia até as operações de guerra.

Para tal, o conceito de diplomacia naval utilizado irá além do uso ou ameaça de força naval limitada, que não em um ato de guerra, a fim de obter vantagem ou evitar perdas na defesa de uma disputa internacional, previsto na diplomacia das canhoneiras (CABLE, 1994), introduzindo as novas perspectivas para o século XXI.

Entretanto, esta nova abordagem, com o incremento do papel da diplomacia naval, também gera tensões decorrentes da possibilidade de conflito entre eventuais interesses das marinhas e a necessidade de subordinação aos objetivos da política externa (SILVA, 2018) para que haja uma linha lógica das ações estatais. Assim, apesar do crescente caráter pluralista do SI, os estados continuam lutando para garantir um grau de coerência política (HILL, 2015). Desse modo, para a correta avaliação dos resultados da diplomacia naval, torna-se relevante identificar em que

medida as ações da Marinha do Brasil (MB) se encontram articuladas com a política externa.

A fim de delimitar as análises, serão consideradas como objeto de estudo as atividades de diplomacia naval no Atlântico Sul, no período de 2006 a 2018, em função de sua relevância como parte do entorno estratégico, já consolidada desde a Política de Defesa Nacional (PDN) de 2005 (BRASIL, 2005) e mantida nas Políticas Nacionais de Defesa (PND) de 2012 (BRASIL, 2012b) e 2016 (BRASIL, 2016d).

Em virtude deste cenário que ora se apresenta, visando a ampliar a discussão em torno da articulação entre as ações da MB e a política externa brasileira no Atlântico Sul, este trabalho tem como propósito analisar três aspectos assim definidos: a diplomacia naval e suas perspectivas no século XXI; a relevância do Atlântico Sul; e a política externa brasileira e as atividades de diplomacia naval.

O trabalho foi elaborado comparando as ações da MB (exercícios conjuntos, acordos e operações de paz) com as diretrizes da política externa brasileira para o Atlântico Sul (acordos e discursos dos chanceleres). Para alcançar o propósito pretendido, compreende quatro capítulos: o primeiro com os conceitos e as perspectivas para a diplomacia naval no século XXI.

O segundo capítulo apresenta a relevância do Atlântico Sul, como parte do entorno estratégico brasileiro. Nessa conjuntura, em virtude da constante busca do Estado brasileiro por uma maior inserção no cenário internacional, mormente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, (CSNU) serão apresentadas breves considerações sobre a República Popular da China (RPC), membro permanente desse Conselho, e Índia, postulante, assim como o Brasil, a um assento nesse organismo (BRASIL, 2017c), a fim de identificar tendências e sugestões, em dois países emergentes entre os BRICS[7], para aprimoramento da articulação entre as ações da MB e do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

O terceiro capítulo apresenta a análise da política externa brasileira para o Atlântico Sul no período de 2006 a 2018.

O quarto capítulo compreende a análise das ações da MB no entorno estratégico do Atlântico Sul, no mesmo período a fim de se verificar em que medida essas ações estavam articuladas com a política externa brasileira. Ao final, serão tecidos alguns comentários a título de conclusão.

[7] Agrupamento de países que inclui Brasil, Rússia, China e África do Sul. (Nota nossa).

2 DIPLOMACIA NAVAL

As relações interestatais reinantes no século XIX, estabelecidas pelo Congresso de Viena (1814-1815), foram marcadas pela tentativa de restabelecer os limites territoriais anteriores às guerras napoleônicas e pela relevância dada ao balanço de poder e à solução diplomática dos conflitos.

Entretanto, a tentativa de criar um ambiente estável no SI naufragou com o Congresso de Verona (1822) (NICHOLS JR., 2012), quando Rússia, Áustria, Prússia, França e Reino Unido apresentaram posições divergentes sobre problemas na Turquia, a questão da intervenção na Espanha em apoio à dinastia dos Bourbon entre outros assuntos.

A Primavera das Nações (1848) e a Guerra da Criméia (1853-1856) aboliram a agenda conservadora e as alianças do Congresso de Viena, encerrando a perspectiva de estabilidade europeia, uma vez que as metas comuns estabelecidas pelos grandes poderes em Viena estavam sendo substituídas pelas crescentes disputas políticas e econômicas.

Este período, foi marcado pela grande superioridade do Poder Naval do Reino Unido (CABLE, 1983), durante o período conhecido como *Pax Britannica,* quando a Marinha daquele país exerceu domínio do mar. Este Poder foi essencial para a manutenção das linhas de comunicação marítimas entre o Reino Unido e suas colônias na América do Norte, Índia e África. Além disso, teve papel decisivo na Guerra da Criméia e nos posicionamentos políticos decorrentes que culminaram com a Declaração de Paris de 1856[8] e impulsionaram os ideais de liberdade da navegação (KENNEDY, 1989).

A disparidade entre os poderes navais da época e a relativa estabilidade observada na Europa da *Pax Britannica*, permitiu ao Reino Unido empregar seus navios em ações diferentes da guerra naval. Como, por exemplo, no caso *Don Pacifico* (1850), em que a Marinha Real saqueou navios gregos e bloqueou portos em represália à ação contra o britânico, *David ("Don") Pacifico* (LE MIÈRE, 2011).

A partir deste evento, outros estados passaram a perceber o potencial do emprego de seus navios de guerra para a consecução de seus objetivos e repetiram

[8] Nesta Declaração, o Reino Unido abandonou seu direito tradicional de impedir o transporte de mercadorias contrabandeadas em navios neutros (PIGGOTT, 1919).

a fórmula britânica em suas marinhas. Isso ocorreu em 1853, quando os EUA enviaram quatro navios para as proximidades de Tóquio e convenceram o Japão a abrir sua economia e, posteriormente, por ocasião da ida da canhoneira alemã Panther para Agadir em 1911, iniciando a Segunda Crise Marroquina, que por fim levou à cessão de áreas do Congo Francês à Alemanha (LE MIÈRE, 2011).

Os eventos acima descritos forneceram a base epistemológica para o fenômeno conhecido como Diplomacia das Canhoneiras, cujo conceito foi descrito por Cable (1994), como o emprego ou ameaça de emprego de força naval limitada, de outra maneira que não em ato de guerra, de forma a assegurar vantagem ou impedir perda, quer na promoção de uma disputa internacional, quer contra cidadãos estrangeiros no território ou jurisdição do seu próprio Estado.

Embora largamente utilizada na metade do século XIX, e no início do século XX, inclusive por ocasião da exibição de poder manifestada pela circunavegação da Grande Esquadra Branca de Theodore Roosevelt[9] (CRANDALL, 2006), os exemplos anteriormente mencionados estabeleceram um padrão comum onde este tipo de diplomacia era sempre empregado por um poder maior contra outro de menor expressão, indicando uma assimetria que por fim vinculou sua imagem ao colonialismo e ao imperialismo (WIDEN, 2011).

Apesar da relevância de tantos eventos, o emprego de navios em atividades de diplomacia permaneceu pouco estudado, até meados do século XX, quando a corrida armamentista pelo domínio dos mares entre EUA e a antiga URSS caminhava para seu ápice (LE MIÈRE, 2014).

A partir desta época estudiosos buscaram estabelecer a validade da diplomacia das canhoneiras para o período da Guerra Fria. A obra de Cable (1981), por exemplo, apresentaram uma tipologia e uma lista cronológica de eventos de 1919 a 1979, relacionados às atividades de diplomacia realizadas por forças navais.

Entretanto, tornava-se necessário evoluir o conceito estabelecido por Cable (1981), primeiro pela existência de um contraponto ao poder hegemônico, que não se observava no período da *Pax Britannica*; em segundo, pela evolução do Direito Marítimo, iniciada com a Declaração de Paris e culminando com a Convenção das Nações Unidas para o Direito no Mar de 1982 (CNUDM); para se adequar às

[9] A Grande Esquadra Branca realizou uma circunavegação entre dezembro de 1907 e fevereiro de 1909, consistindo em 2 esquadrões de cruzadores e seus escoltas, pintados de branco por determinação do presidente dos EUA Theodore Roosevelt para indicar seu propósito pacífico

realidades diplomáticas impostas pelo período da Guerra Fria; e, por fim, para afastar-se da associação ao imperialismo e colonialismo do século XIX.

Booth (1985) analisou os impactos no planejamento da estratégia naval à luz das mudanças trazidas pela CNUDM, considerando a evolução do termo diplomacia das canhoneiras para a diplomacia naval, que consistiria no emprego de navios de guerra para estabelecer presença em uma região, comunicar intenções e aumentar a influência. Esperava-se que o reconhecimento do direito internacional como força real na definição da estratégia marítima provocasse uma mudança na forma como as Nações considerariam o mar como fonte de recursos e objetos da política.

Nesta conjuntura, ainda que não houvesse espaço para um renascimento da diplomacia das canhoneiras que caracterizou a idade do imperialismo, navios de guerra continuariam a ser instrumentos de diplomacia (e de guerra) e, portanto, manteriam seus principais papéis estratégicos.

Assim, buscava-se distanciar do conceito de diplomacia, onde se previa o uso ostensivo de poder naval em operações destinadas a intimidar militarmente para atingir um objetivo político não declarado, dissuadir ou coagir um oponente. Tratava-se, portanto, segundo Le Mière (2011), de uma forma de negociação baseada na força, com navios de guerra como instrumentos.

A diplomacia naval para Booth (1985) fundamentava-se na negociação pela força, manipulação e prestígio. Estes preceitos seriam aplicados tanto de forma coercitiva como de forma a aumentar a influência sobre aliados por meio da sua capacidade de projetar poder e do prestígio, tão importante durante a Guerra Fria.

Mesmo com a abordagem mais abrangente de Booth (1985), o aspecto coercitivo da diplomacia das canhoneiras não perdeu sua validade, como ocorrido em maio de 2019, quando os EUA enviaram um Grupo-Tarefa nucleado no Navio Aeródromo *Abraham Lincoln* ao Oriente Médio em resposta às ações iranianas (WONG, 2019), passando a ser considerado como um subtipo da diplomacia naval.

2.1 PERSPECTIVAS PARA O SÉCULO XXI

O fim da Guerra Fria propiciou o início de uma nova era, com os EUA desempenhando o papel de única superpotência militar com capacidade de atuação

global e uma ordem econômica interdependente multipolar. Passou-se a acreditar em uma nova era de paz, como proclamada por Fukuyama (1992) ao decretar o fim da História em virtude do encerramento dos embates ideológicos entre o comunismo e o capitalismo. Mas, os conflitos vividos no século XX no Afeganistão (em situação conturbada desde 1989), no Iraque (1990-1991) e na Bósnia (1992-1995), entre outros, fez desvanecer a esperança de um mundo sem guerras (RUDZIT, 2005).

Constatava-se que, encerrada a ameaça do holocausto nuclear, tornava-se necessário iniciar estudos mais abrangentes que abordassem outras questões afetas à segurança dos estados que não as exclusivamente militares. Até aquela época, os estudos de segurança incluíam, basicamente, a segurança do Estado, avaliada em termos de seu poder material para lidar com ameaças de cunho eminentemente militar (WALT, 1991). Segundo Buzan, Wæver e Wilde (1998), seria preciso abrir os estudos de segurança a vários tipos diferentes de ameaça, militares, econômicas, sociais, ambientais ou políticas, explorando-as, bem como suas − securitizações[10] −, mantendo o Estado como objetivo principal da segurança.

A nova abordagem dos estudos de segurança, entretanto, não foi adotada por todos os estados de forma universal. Segundo Rudzit (2005), os estados com economia em desenvolvimento não foram influenciados de forma relevante pelos novos conceitos por estarem mergulhados em uma complexa rede de relacionamentos de segurança, incluindo conflitos internos e externos, além de uma série de novas ameaças apresentadas por Ayoob (1995), como doenças, questões ambientais, crime organizado, crises econômicas e o terrorismo.

Este novo contexto afetou os conceitos envolvidos no planejamento das estratégias marítimas ocidentais. Com o ocaso do poder naval soviético, tornou-se necessário efetuar uma transição do pensamento centrado na corrida marítima bipolar entre duas potências nucleares para um novo arranjo com destaque para a projeção de poder e de influência a partir de forças navais em resposta a desafios regionais (SMITH; UTTLEY, 1999) e que se relacionassem com as novas ameaças percebidas pelos diferentes estados. Assim, criou-se um campo fértil para o emprego desta projeção para apoiar a política externa estatal, resolução de conflitos e influência,

[10] − Securitização − é o estabelecimento intersubjetivo de uma ameaça existencial com uma projeção suficiente para ter efeitos políticos (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, p. 25, tradução nossa).

como reflexo de uma nova ordem mundial livre do contexto ideológico imposto pela Guerra Fria.

Segundo Buzan, Wæver e Wilde (1998), o enfoque regional da segurança, com ênfase nas ameaças mencionadas no parágrafo anterior, tornou-se mais evidente porque as mesmas são mais facilmente percebidas à curta distância do que a longas. Essa conjuntura gerou diversos complexos de segurança[11], influenciados pelas percepções de segurança, pela distribuição de poder e pelas relações históricas de amizade ou inimizade, que por sua vez impuseram a necessidade de estratégias cooperativas para seu enfrentamento.

Uma vez mais, as alterações no SI, demandavam o reestudo da forma de aplicar o Poder Naval em atividades de diplomacia naval. Cable (1994), por exemplo, na revisão de sua obra, passou a incluir operações para combater imigração ilegal, pirataria, tráfico de entorpecentes e para o controle de poluição e garantia da liberdade de navegação quando em águas territoriais de um outro Estado, além da evacuação de não-combatentes (LE MIÈRE, 2011).

O SI vigente na Guerra Fria, que militava contra a cooperação Oriente-Ocidente foi substituído por iniciativas de cooperação por meio das Organização das Nações Unidas (ONU) (SMITH; UTLEY, 1999), com vários estados membros descobrindo ou redescobrindo novas perspectivas para o emprego de suas marinhas.

Além disso, outras alterações do pós-Guerra Fria, como a Globalização e os conflitos religiosos (HILL, 2015) ampliaram os horizontes para a cooperação nas relações interestatais, a diplomacia além de garantir a liberdade de navegação, deveria, também, favorecer acordos de cooperação internacional em áreas como a vigilância do “alto mar”, o socorro e salvamento, para combate à pirataria e outras ameaças (WIDEN, 2015).

Isso explica, em grande parte o fato de que a diplomacia naval é um dos melhores indicadores de mudanças no balanço de poder regional ou global e ainda uma valiosa ferramenta para análise das relações internacionais (LE MIÈRE, 2014).

A combinação da questão financeira, a necessidade de operar em alianças ou coalisões e a crescente interdependência decorrente da globalização passaram a restringir a capacidade de estados engajarem unilateralmente em atividades de

---

[11] Conjunto de estados cujas percepções de segurança e preocupações são tão interligadas que os problemas de segurança nacional deles não podem ser analisados ou resolvidos separadamente (BUZAN; WÆVER; WILDE, 1998, tradução nossa).

diplomacia naval (SMITH; UTLEY, 1999). No caso do período pós-Guerra Fria, o emprego do poder naval em diplomacia, seja em projeção de poder ou em operações de paz (OpPaz), passou a se dar em um ambiente de restrições.

Dessa maneira, tornava-se válido o conceito apresentado por Booth (1985) de considerar a diplomacia naval como algo mais abrangente que a diplomacia das canhoneiras, mas agora tornava-se relevante incluir o aspecto de enfrentamento cooperativo das novas ameaças de Le Mière (2011), bem como entender a novidade apresentada pelas restrições impostas pelo cenário pós-Guerra Fria.

Tal fato pode ser confirmado pela análise feita por Rowlands (2015)[12], em um estudo similar ao de Cable (1994), catalogando incidentes no período pós-Guerra Fria, constatou que 90% dos registros possuíam certo grau de cooperação, prestígio, atração, assistência humanitária ou garantia da segurança.

Vale salientar, entretanto que algumas vezes, exercícios navais multilaterais, tipicamente enquadrados no campo da cooperação, podem ser interpretados sobre diferentes prismas, quando realizado em áreas disputadas, o que confere especial dificuldade no estabelecimento de tipologias para o enquadramento das atividades de diplomacia. Isso pode ser observado durante o exercício realizado pelos Estados Unidos, Japão, Índia e Filipinas no Sul do Mar da China, o que foi visto como uma ameaça pela China, durante um momento de tensão da guerra comercial iniciada no Governo Trump (SHARMAN, 2019).

Os estudos do século XXI passaram, então, a abordar uma tentativa de conferir maior abrangência aos conceitos existentes, buscando uma tipologia que permitisse incluir todo o aspecto de ações passíveis de emprego do poder naval. Segundo Le Mière (2014), a diplomacia feita pelas marinhas englobaria um espectro de atividades, desde medidas cooperativas, como visitas a portos, exercícios e assistência humanitária até a persuasão e coerção, tendo como ponto comum o fato de serem uma forma de sinalizar a aliados e rivais suas intenções e capacidades. Seja para dissuadir um oponente, obrigar um Estado mais fraco a executar uma tarefa onerosa ou construir alianças mais fortes.

Coutau-Bégarie (2010, apud WEDIN, 2015) propõe uma tipologia para a diplomacia naval, dividida em duas categorias: Uma compreendendo missões

---

[12] Rowlands realiza uma análise quantitativa e qualitativa de 500 incidentes de diplomacia naval no período de 1991 a 2010. (Nota nossa).

permanentes e outra em situação de crise. As missões permanentes compreenderiam:

- A diplomacia simbólica: afirmação da hierarquia e dissuasão “existencial”;

- A diplomacia de rotina: visitas, exercícios operativos internacionais e manifestações navais. Nesta modalidade, podemos citar as visitas realizadas pelo Navio Escola *Brasil* e pelo Navio Veleiro *Cisne Branco*;

- A diplomacia de defesa: participação da Marinha em atividades diplomáticas como negociações internacionais, o diálogo e permutas estratégicas, que contribuam para a projeção do Estado ou para garantia da estabilidade internacional; e

- A diplomacia econômica, para apoiar a indústria nacional de defesa, promovendo a venda de armamentos e demonstrando a capacidade tecnológica de um país. Como no caso da venda dos Navio-Patrulha de 200 toneladas para a Namíbia em 2009 (ALMEIDA, 2012).

Ao tratar da segunda categoria, a diplomacia de crise, Coutau-Bégarie (2010, apud WEDIN, 2015) aborda outros aspectos, reflexos das alterações identificadas no SI:

- A diplomacia humanitária: intervenções na ocasião de catástrofes, como por ocasião do apoio da marinha estadunidense no terremoto do Haiti em 2012 e as OpPaz sob a égide da ONU;

- A diplomacia protetora: proteção dos cidadãos e dos interesses nacionais no estrangeiro, incluindo-se as operações de evacuação de não-combatentes; e

- A diplomacia política ou de poder: representando o papel clássico do navio de guerra, visando a influir em uma situação política, nos moldes da diplomacia das canhoneiras.

Utilizaremos esta tipologia para o estudo da articulação entre as ações da MB e a política externa brasileira por retratar os diversos impactos das alterações do SI na diplomacia naval, bem como a importância da cooperação internacional, a assistência humanitária e o fortalecimento das OpPaz sob a égide da ONU em consonância com o ambiente internacional vislumbrado na PND (BRASIL, 2016d).

Coutau-Bégarie (2010, apud WEDIN, 2015), também concorda com Cable (1994) e Le Mière (2011), com a necessidade de analisar as ações diplomáticas no enfrentamento dos tráficos de entorpecentes, armas e pessoas, além dos crimes ambientais e no uso sustentável dos recursos do mar.

Além disso, o século XXI trouxe mais uma novidade, ao observar-se que a diplomacia já não se limitaria apenas às marinhas, mas na atualidade seria realizada por outros atores como guardas costeiras, navios civis e grupos não estatais, tornando necessário evoluir o termo, por essa razão para Diplomacia Marítima (LE MIÈRE, 2014). Tal conceito pode ser observado por ocasião da expedição do navio *Esperanza* do Grupo *Greenpeace* na foz do rio Amazonas, resultando em pedido do Ministério Público Federal brasileiro para que a exploração de petróleo fosse suspensa na região (BOEHM, 2018).

Assim, considerando-se a quantidade de novos assuntos e atores envolvidos nas possibilidades da diplomacia naval é fundamental que a estratégia diplomática e a estratégia naval sejam intensamente articuladas (WIDEN 2015), uma vez que as forças navais seriam os meios usados nessas ações.

Entretanto, o envolvimento de militares, que não são diplomatas profissionais, protagonistas na condução de temas envolvendo as relações entre estados e entre estes e outras entidades pode gerar tensões. Principalmente pelo fato de que nem sempre os objetivos navais coincidem com os da política externa e, por vezes, o Poder Naval não é visto como um meio à disposição de quem formula essa política (SILVA, 2018).

Esses pontos de atrito precisam ser mitigados pela instrumentalização da relação entre os poderes militares e políticos. Nessa conjuntura, os Ministérios das Relações exteriores desempenhariam um papel relevante articulando as ações da diplomacia naval com os posicionamentos e diretrizes da política externa, a fim de garantir a coerência estatal no SI.

Segundo Silva (2018), a coerência é uma decorrência da necessidade de coordenação das diplomacias setoriais, integrando as ações e decisões estatais, maximizando a aplicação do Poder Nacional no seu relacionamento com os demais e com outras entidades da política mundial.

No caso específico da diplomacia naval, Till (1999) demonstra a pertinência dos estudos de Sir Julian Corbett na atualidade, enfatizando que a estratégia naval deve estar conscientemente relacionada à política externa. Além disso, esse ressurgimento na popularidade dos estudos de Corbett também estaria relacionado às mudanças impostas no pós-Guerra Fria com a valorização do planejamento de emprego de meios em áreas mais próximas do litoral e em projeção de poder. Esta conjuntura internacional e os empregos visualizados indicariam que a diplomacia

naval permanece encontrando um espaço para atuar em no apoio à política externa dos estados.

Tal fato pode ser corroborado, atualmente, nas áreas marítimas próximas à China, onde os diferentes estados da região empregam suas forças navais, buscando demonstrar suas pretensões quanto à soberania sobre águas potencialmente muito ricas (WIDEN, 2015).

De acordo com Macedo (2013), no século XXI, a diplomacia naval deverá ser empregada cada vez mais pelos estados que possuam um Poder Naval e que pretendam dispor de uma ferramenta valiosa para apoio à política externa.

Finalmente, o término da Guerra Fria e da bipolaridade não garantiu a paz internacional esperada. O surgimento de conflitos regionais, a evolução do Direito Internacional, o surgimento dos atores não-estatais e a inclusão de novos temas na agenda dos estados como a mudança climática, fluxos de refugiados e os crimes transnacionais impuseram a necessidade de se reavaliar o emprego das forças navais Como consequência, formularam-se novos conceitos para a diplomacia naval, passando a se considerar os setores militares, econômicos, sociais, ambientais e políticos, de forma cooperativa, persuasiva ou coercitiva, porém devendo atuar sempre em estreita coordenação com a política externa nacional.

3 O ATLÂNTICO SUL

De acordo com a Organização Hidrográfica Internacional (OHI), o Atlântico Sul seria a porção do Oceano Atlântico ao Sul da linha do Equador até o paralelo de 60º S (INTERNATIONAL HYDROGRAPHIC ORGANIZATION, 1953)[13]. Esta definição, entretanto, aborda apenas aspectos geográficos sem considerar os antecedentes históricos e os fatores geopolíticos.

O tratado do Atlântico Norte, que estabelece a criação da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em seu artigo 6º, delimita o Atlântico Norte como a área ao Norte do Trópico de Câncer (paralelo 23º 26' 14" N) (NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION, 1949). Assim, por eliminação poder-se-ia dizer que o Atlântico Sul, seria toda a área remanescente.

Assim, ainda que haja controvérsias sobre os limites do espaço geográfico em questão, será adotada, para este estudo, a delimitação pelo paralelo 16º N, a Antártica, a costa oeste da África e o leste das Antilhas Menores, estabelecida pelo Livro Branco de Defesa Nacional (BRASIL, 2016c).

Essa parcela do oceano Atlântico já foi importante no estabelecimento das novas rotas para as Índias e para a época dos descobrimentos no século XV. Nos séculos seguintes foi palco da chegada dos colonizadores nos novos territórios, das rotas comerciais entre colônias e metrópoles e do tráfico de escravos. Na época da segunda guerra mundial, foi área de operações de uma violenta campanha submarina. Já durante a Guerra Fria, testemunhou a disputa ideológica entre os EUA e a extinta URSS pela conquista de aliados.

Trata-se de um espaço inserido no SI e que, portanto, não está imune às mesmas influências que moldaram a diplomacia naval, como analisado no capítulo anterior. Ao se configurar em cenário de descobertas de reservas de petróleo e gás nas PC dos países africanos e sul-americanos, adquiriu relevância nas políticas nacionais de países como Brasil, Argentina (ARGENTINA, 2015) e Angola (ANGOLA, 2018).

A importância econômica do Atlântico Sul e seu potencial fazem com que, cada vez mais, os estados lindeiros busquem aumentar suas águas jurisdicionais à

[13] A 4ª revisão desta publicação está em elaboração desde 1977, contudo a discordância entre os estados membros ainda não permitiu o consenso para uma versão final. (Nota nossa).

luz do previsto na CNUDM[14], iniciando um processo de territorialização dos mares, que pode se contrapor, em alguns casos, com a liberdade de navegação e, potencialmente, gerar conflitos de interesses. Essa situação cria um espaço propício para a atuação da diplomacia naval, seja na busca de um ambiente cooperativo na solução de desafios comuns como para marcar uma posição e garantir os interesses nacionais.

Mas o Atlântico Sul é também um espaço geopolítico de atuação de estados que não são banhados por ele, por outras organizações, governamentais ou não e por grandes potências que possuem territórios na região, como França e Reino Unido. A relevância desses últimos atores pode ser comprovada no trabalho de Rowlands (2015), ao constatar que no período de 1991 a 2010, dos 51 eventos de diplomacia naval no Atlântico Sul, 35% contaram com a participação deles (vide detalhamento no Anexo B).

Além disso, a instabilidade do Golfo da Guiné tem levado à maior inserção de atores externos na região, culminando com exercícios internacionais liderados pelos EUA como o OBANGAME EXPRESS[15] realizado desde 2010 (UNITED STATES OF AMERICA, 2019). Isso sem mencionar a reativação da 4ª Frota e a atuação da *Joint Interagency Task Force South* (JIATF-S)[16], cuja área de operações inclui todo o Atlântico Sul.

A França também menciona a importância do Atlântico Sul em sua Estratégia Nacional para a Segurança Marítima (FRANCE, 2015), ressaltando sua preocupação com os crimes transnacionais e a questão da pesca ilegal. Já a China apesar de não mencionar em nenhum documento oficial o Atlântico Sul, seus investimentos nos países lindeiros sul-americanos e africanos faz com que a presença estatal chinesa se faça necessária para garantir seus interesses e proteger seus cidadãos na região (PARELLO-PLESNER, 2016; THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2013). A Índia por sua vez passou a mencionar a relevância das linhas de comunicação marítima no

---

[14] O Brasil encaminhou à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU, em 2018, a Submissão Revista Parcial da Região Oriental/Meridional com a inclusão da Elevação do Rio Grande (UNITED NATIONS, 2019a).

[15] Exercício liderado pelo US Africa Command (AFRICOM) voltado para a segurança marítima na região do Golfo da Guiné, envolvendo adestramentos de comando e controle e de respostas a ameaças diversas. Atualmente, conta com a participação de 33 países, dentre eles o Brasil. (UNITED STATES OF AMERICA, 2009).

[16] A JITAF-S é uma Força Tarefa multinacional que conduz operações de detecção e monitoramento a fim de facilitar a interdição do tráfico de entorpecentes em apoio às políticas de segurança norte-americanas e das nações parceiras. (Nota nossa).

Atlântico Sul e a considerar a área marítima junto à costa ocidental africana como área de interesse secundária (INDIA, 2015).

Assim, conclui-se que este espaço possa vir a ser cenário de disputas de interesses nacionais e, por consequência, com potencial para as atividades de diplomacia naval, em função da valorização geopolítica da região, seja na busca de garantir direitos econômicos, acesso a recursos ou a garantia da segurança e da estabilidade.

3.1 A RELEVÂNCIA PARA O BRASIL

Em 7 de dezembro de 2018, o governo brasileiro apresentou à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU, o último pleito para alteração na proposta de limite exterior da PC brasileira, com a inclusão da elevação de Rio Grande[17]. No total, o Brasil reivindica a ampliação do território nacional no Oceano Atlântico em 2,1 milhões de quilômetros quadrados (BRASIL, 2018e). O que se disputa é o direito de exploração dos recursos minerais presentes no solo e no subsolo desta região que se estende além da Zona Econômica Exclusiva (ZEE).

Essa busca por ampliar as águas sob a jurisdição do Estado não é exclusividade brasileira e vai ao encontro à necessidade de maximizar o uso dos atributos do mar destacados por Reis (2013): fonte de recursos, meio para transportar e intercambiar, de projeção de poder e de domínio.

A relevância desses atributos fez com que após a promulgação da CNUDM os estados iniciassem uma verdadeira corrida pelo levantamento das PC de forma a expandirem seus domínios. Atualmente, 30% dos oceanos do mundo já estão sob jurisdição de algum governo (GUIDA apud A AMAZÔNIA [...], 2019), configurando o processo de territorialização dos mares.

No caso brasileiro, as águas jurisdicionais são conhecidas como Amazônia Azul, constituindo-se em área de particular importância para o país. Segundo o último

[17] Região localizada no Atlântico Sul, a mais de 1,1 mil km da costa brasileira, onde estudos demonstraram que o local possui indícios de áreas ricas em cobalto, níquel, manganês, fosfato, platina até minérios utilizados na indústria de alta tecnologia, como terras raras (COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS, 2017).

relatório da Agência Nacional do Petróleo (ANP) (BRASIL, 2018a) 96% das reservas totais de petróleo se encontram nessa região e 87% das de gás natural. A análise da produção também é relevante, considerando-se que 95,2% da de petróleo e 80,4% da de gás brasileiro são extraídos no mar. Além disso, em que se pese todo o esforço tecnológico para incremento da produção de hidrocarbonetos, o Brasil ainda depende da importação de petróleo, sendo que 16,3% das importações são provenientes de estados lindeiros ao Atlântico Sul, como Angola, Guiné Equatorial e Nigéria. Esse percentual, inclusive, já foi maior no passado, mas vem sendo reduzido por vários motivos, entre eles a questão da pirataria que afeta a região do Golfo da Guiné. Para se contrapor a este problema, identifica-se o aumento das importações de Líbia, Argélia e do Oriente Médio, com custo de frete mais alto e gerando impactos econômicos para o Brasil. Ressaltando-se, assim a relevância da estabilidade deste espaço geográfico para o desenvolvimento econômico brasileiro.

Mas além dos hidrocarbonetos, há outros recursos minerais que se constituem em importantes reservas para o país, como sal, cascalhos, areias, fosforitas, crostas cobaltíferas, sulfetos e nódulos polimetálicos, entre outros (BRASIL, 2018e). Por essa razão, o Brasil procurou apresentar de maneira expedita sua proposta de limites exteriores da PC de forma a garantir o acesso com exclusividade a essas reservas estratégicas. O levantamento da PC, encerrado em 2018, culminou com a proposta de inclusão da elevação de Rio Grande, área com indícios de possuir grande quantidade em cobalto, níquel, manganês, fosfato, platina até minérios utilizados na indústria de alta tecnologia, como terras raras. Ressalta-se, ainda, que os estudos realizados no Atlântico Sul, colocam o Brasil em um distinto grupo de na vanguarda das pesquisas minerais nos oceanos, entre eles, Rússia, Noruega, França, China, Alemanha, Japão e Coréia do Sul (COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS, 2017).

Além disso, dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços demonstram que quase 95% de nosso comércio exterior transita por linhas de comunicação marítimas no Atlântico Sul (BRASIL, 2018c), o que remete ao destaque do atributo do mar mencionado por Reis (2013) de meio para transportar e intercambiar.

Não poderíamos esquecer dos recursos vivos disponíveis em nossa ZEE. No Oceano Atlântico, atualmente, são capturadas anualmente mais de 600.000 t de atuns e espécies correlatas, equivalentes ao valor de US$ 4 bilhões. Ainda que nossa

participação nesse mercado ainda seja reduzida em função da obsolescência de nossa frota pesqueira, trata-se de um potencial a ser preservado e disputado pois constituem-se em uma importante fonte de divisas para o País (SERAFIM, 2007). Outras espécies oceânicas, de preço mais baixo e de excelente valor nutritivo, poderiam atender às demandas proteicas da população de baixa renda. A anchoíta, se solucionados os problemas de nossos pesqueiros para conservação a bordo, apresenta potencial aproveitamento comercial. Em termos médios anuais, estimam-se produções anuais em torno de 100 mil t (BRASIL, 2006).

Mas o Atlântico Sul não é apenas fonte de receitas para o Brasil, nossa proximidade com os três maiores produtores de cocaína do mundo e nossa vocação natural para o Atlântico, voltado para a África e Europa faz com que o País seja incluído como porto de escala do tráfico de entorpecentes, conforme observado no relatório do Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime (UNITED NATIONS, 2018b). Essa rota utilizada pelos criminosos transnacionais deixa um rastro de dinheiro ilícito, muitas vezes utilizado na corrupção de agentes públicos, provocando danos a administração governamental.

No mesmo viés, os ataques às plataformas e aos navios no Golfo da Guiné, já mencionados anteriormente são temas a serem aprofundados, seja pelo impacto em nosso comércio exterior, como pela possibilidade de que tais ações possam ocorrer em nossa Amazônia Azul, demandando estratégias específicas para mitigar tais ameaças.

Diante dos aspectos já analisados, constata-se a relevância do Atlântico Sul para o Brasil e da importância pela garantia de sua estabilidade e segurança. Esse tema tem estado presente nos discursos do MRE e resultou em dois posicionamentos importantes. O primeiro, em 1986, com a criação da Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)[18], estabelecendo a proibição de armamentos nucleares e de destruição em massa entre outras providências e, posteriormente, em 2005, com a inclusão desse espaço geográfico e dos países da africana como entorno estratégico brasileiro na PND de 2005 (BRASIL, 2005).

---

[18] A ZOPACAS inclui países da costa oriental da América do Sul e da costa ocidental da África. Possui 24 países membros: África do Sul, Angola, Argentina, Benin, Brasil, Cabo Verde, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai (BRASIL, 2016c).

Por meio de instrumentos multilaterais, o Brasil deseja cooperar com os integrantes da ZOPACAS, para o aproveitamento do potencial de desenvolvimento socioeconômico da região do Atlântico Sul (BRASIL, 2016c) e com tarefas específicas destinadas à MB como meio para projeção do poder nacional nos países africanos.

Tudo isso pode se enquadrar no conceito de Oceanopolítica (BARBOSA JUNIOR, 2009), em que se busca atuar nos países lindeiros aos espaços marítimos para se garantir a obtenção dos objetivos nacionais desejados.

Ao entender a importância estratégica dos países da costa ocidental africana, o Brasil iniciou um novo padrão de relações internacionais com eles, aumentando o número de embaixadas no continente africano de 22 em 2006 para 35 em 2019 (BRASIL, 2019b; LOWY INSTITUTE, 2017), sendo 20 delas em países lindeiros ao Atlântico Sul. Essa mudança demonstra o comprometimento com a cooperação Sul-Sul, percebida, inclusive, na mudança do comércio entre Brasil e África, evoluindo de cerca de US$ 15 bilhões em 2006 para quase 30 bilhões em 2013. Entretanto em função da crise econômica e do aumento da produção de petróleo no pré-sal, as relações comerciais caíram de nível, para US$ 14,7 bilhões em 2018, porém as análises desse ano e dos dados do 1º semestre de 2019 indicam uma retomada da economia e uma possibilidade de incremento do comércio entre Brasil e o bloco africano (vide Figura 2, Anexo A).

Mas o crescimento do número de embaixadas não se deu apenas por razões econômicas. As ambições brasileiras de reformar o CSNU (BRASIL, 2017c) poderiam ser reforçadas com o apoio dos 54 países africanos, que juntos são quase 30% dos 193 estados membros da ONU (UNITED NATIONS, [2011?]).

Em função da análise dessa conjuntura, o Brasil adotou um novo posicionamento em relação ao Atlântico Sul. Ao considerar suas estratégicas reservas, a importância da segurança das linhas de comunicações marítimas e a possibilidade de projetar poder sobre outros países por meio dele, em proveito do desenvolvimento econômico ou para garantir ganhos políticos, o Brasil entende que a estabilidade desse espaço geográfico é fundamental para defesa nacional.

Entretanto, além dos estados lindeiros da África Ocidental, outros também possuem interesses na região, o que faz com que o Brasil tenha que lidar com eles e com organismos internacionais que ali se façam presentes. Como apresentado por Rowlands (2015) EUA e Reino Unido tinham presença atuante até 2010. Mas, recentemente, outros atores começam a se fazer presentes e dentro do contexto dos

BRICS, China e Índia já declararam a importância desse espaço e por essa razão passarão a ser analisados mais detalhadamente.

3.2 AS ESTRATÉGIAS DE CHINA E ÍNDIA PARA A REGIÃO

A entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001 marcou o início da nova inserção chinesa no mercado internacional. Essa nova fase, capitaneada pela *Belt and Road Initiative* (BRI)[19], em 2013, fez com que o governo de Beijing se lançasse em uma empreitada pelos países africanos com investimentos de US$ 60 bilhões em 2015 e com promessa de novo aporte do mesmo valor em 2018 (SHEPHERD; BLANCHARD, 2018). Apesar das rotas marítimas da BRI não incluírem o Atlântico Sul, há interesses estratégicos chineses em diversos estados lindeiros, o que desperta a atenção para este espaço geográfico (vide Figura 3, Anexo A).

A busca por recursos energéticos, minerais, alimentos e de parceiros para a implantação do BRI fez com que a China se visse obrigada a lidar com novos desafios, para seus cidadãos e empresas estatais inseridos em países instáveis no Atlântico Sul, como no caso de Angola (PARELLO-PLESNER, 2016).

Nesse aspecto, a existência de mais de 2 milhões de chineses nessas condições na África passou a ser uma preocupação estratégica para o governo, sendo incluída como um dos possíveis empregos das Forças Armadas (FA) a evacuação de não combatentes para a salvaguarda dos interesses nacionais (THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2013). Provavelmente, uma modificação implantada após a difícil situação enfrentada por ocasião da retirada de cerca de 12 mil chineses da Líbia em 2011 (CHAN; MILES, 2011). Nessa ocasião, a China teve que confiar no apoio da Marinha Grega para essa operação, o que gerou desconforto para o governo.

Assim, além de adquirir meios e treinar seus militares para essa nova tarefa, a China identificou a dificuldade de operar em áreas distantes de seu território sem um apoio logístico fixo. Essa percepção se deu tanto na questão da evacuação de não-combatentes quanto nas operações contra pirataria no Chifre da África. A solução

[19] China iniciou a BRI em 2013 para ampliar a conectividade e cooperação em uma escala transcontinental por meio da implantação de corredores econômicos ao longo de 70 diferentes países a um custo estimado de US$ 575 bilhões (WORLD BANK, 2018).

para este problema foi a criação de uma base no Djibouti em 2015, a primeira base militar chinesa em outro país (ALDEN, 2018).

Mas a inclusão de uma nova tarefa para suas Forças Armadas (FA) e a correspondente adequação de meios e bases não era suficiente para a consecução da estratégia para a África. Assim, a China iniciou um processo para reforçar sua posição de cooperação com os países africanos, culminando com a decisão de sediar o Fórum China-África de Defesa e Segurança em 2018, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento econômico, promover a cooperação em assuntos de segurança e defesa e proporcionar apoio em assuntos internacionais (DAHIR, 2018). Além disso em outro mecanismo multilateral, o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC, do inglês: *Forum on China-Africa Cooperation*)[20], há a previsão de impulsionar a atividade econômica oceânica, por meio de pesquisas oceanográficas, planejamento de exploração, desenvolvimento de indústrias e de mentalidade oceânica nos países africanos.

Prover apoio logístico e de defesa aos países africanos faz parte da estratégia chinesa para projetar a imagem de líder das nações em desenvolvimento e demonstrar solidariedade no enfrentamento de ameaças como terrorismo, pirataria e desastres naturais (THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2013).

Esse apoio pode ser percebido quando, em 2018, pela primeira vez, a Marinha Chinesa participou de exercícios contra pirataria na Nigéria, ao mesmo momento em que assinavam o acordo para a BRI (LONG, 2018). A cooperação em exercícios e treinamentos para enfrentar um problema que assola os estados lindeiros ao Golfo da Guiné e a visita posterior realizada a outros pontos do continente africano reforça a estratégia chinesa por meio de atividades de diplomacia naval. Além disso, em 2010, o navio-hospital chinês, *Peace Ark*, realizou atendimentos médicos e distribuiu medicamentos no Djibouti, Quênia e Tanzânia (THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2013), aplicando mais uma dimensão da diplomacia naval por meio da assistência humanitária. Posteriormente, em 2017, o mesmo navio visitou quatro estados da costa ocidental africana (ZHIHAO, 2017), levando atendimento médico gratuito a milhares de cidadãos africanos em uma grande demonstração de *soft power*. Ressalta-se ainda que a participação chinesa não se limita ao continente africano no Atlântico Sul, havendo acordos de cooperação com países lindeiros do

[20] Mecanismo de cooperação internacional que conta com a participação de 53 estados africanos (FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION, 2018).

Atlântico Sul na América do Sul, como Argentina (THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2018) e Uruguai (THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA, 2019), o primeiro nesse subcontinente a integrar a BRI.

Outra estratégia adotada tem sido o aumento da participação nas missões de paz da ONU no continente africano. Dos 5 integrantes do CSNU, a China é quem mais contribui com tropas para as missões de paz na África, estando entre os dez maiores participantes (vide Figura 4, Anexo A), como pode ser observado no portal de dados *United Nations Peacekeeping* (UNITED NATIONS, 2019b). Em maio de 2018, a China tinha militares adjudicados à ONU no Mali, Sudão do Sul, Sudão e no Saara Ocidental, locais onde possui interesses nos suprimentos de óleo e de outros recursos minerais estratégicos (DAHIR, 2018). Além disso, a China destinou US$ 100 milhões para o Fundo de Paz e Desenvolvimento e para outros programas de treinamento da ONU (PERLEZ, 2015).

Por fim, o governo chinês tem utilizado uma rede de 110 adidos militares, que cresce a cada ano, para contribuir na implantação da BRI (DEFENSE INTELIGENCY AGENCY (United States of America), 2019). Na África, apesar do ritmo de crescimento do número de adidos seja menor que a média mundial chinesa, percebe-se a tendência de ampliar a presença na região (ALLEN; SAUNDERS; CHEN, 2017).

O posicionamento chinês tem dado resultados positivos e já despertou as atenções dos EUA, levando o Conselheiro de Segurança Nacional estadunidense, John Bolton, a declarar que seria lançada uma nova estratégia, voltada para o continente africano, fundamentada em acordos comerciais, ações de contraterrorismo e cooperação internacional (CALAMUR, 2018). Trata-se de uma tentativa de conter o avanço da China na África e trazer o embate entre EUA e a potência do sudeste asiático para mais uma frente de batalha.

Conclui-se que a China vem adotando uma estratégia para o Atlântico Sul que combina investimentos em infraestrutura, cooperação internacional voltada para segurança dos países onde possui investimento, aumento de presença por meio da criação de novas adidâncias e em missões de paz, além do emprego da diplomacia naval, seja por meio de visitas operativas de navios, apoio no combate à pirataria ou pelo emprego de seu navio hospital.

Dessa maneira, enquanto os EUA e a alguns países europeus estão adotando políticas nacionalistas e isolacionistas, a China aproveita o espaço para aumentar sua influência no continente africano.

Com relação à Índia, as preocupações no cenário marítimo, no passado, estiveram voltadas para o Oceano Índico. Contudo, o crescimento populacional e econômico do país levou a uma maior busca por recursos energéticos, minerais e por alimentos, como ocorreu com a China. Na questão energética, a rota junto ao Chifre da África adquiriu relevância estratégica, levando o governo indiano a uma aproximação no período de 2010 a 2015 com países da costa oriental africana, como Moçambique, Quênia e Tanzânia, oferecendo ajuda militar e treinamento (SINGH, 2015a), adotando modelo similar ao adotado pela China no Atlântico Sul.

Contudo, a diminuição de ocorrências de pirataria na costa oriental africana levou a Índia a reavaliar suas ameaças no cenário marítimo. Isso se deu em decorrência da crescente dependência do mar para o comércio internacional, principalmente petróleo e seus derivados e outras *commodities*. Nessa conjuntura, outras regiões adquiriram relevância, principalmente ao se considerar a dependência da economia indiana da importação de petróleo e a instabilidade política em alguns países exportadores, como Iraque, Venezuela e Nigéria, que estão entre os 5 maiores exportadores para a Índia (vide Figura 5, Anexo A). A questão da pirataria no golfo da Guiné passou a ser analisada pela Índia, em função de suas importações e da necessidade de reestudar seus parceiros comerciais em função das sanções comerciais ao Irã e da situação política venezuelana.

Ainda que a Índia não tenha se envolvido diretamente no Golfo da Guiné (SINGH, 2015b), como a China, o governo indiano, recentemente, proibiu seus marítimos de trabalharem em navios operando naquela região (RAO, 2019), demonstrando que esse espaço geográfico começa a fazer parte das preocupações de Nova Delhi.

Mas a cooperação indiana vai além do combate à pirataria e inclui também pesquisa hidrográfica e ampliação da consciência situacional marítima. Segundo a Estratégia de Segurança Marítima Indiana (INDIA, 2015), a cooperação na hidrografia tem sido fundamental nas iniciativas para engajamento a nível regional, sendo considerada uma importante área na diplomacia naval. A Marinha Indiana apoiou Quênia, Moçambique e África do Sul no levantamento de suas águas jurisdicionais e na preparação de cartas náuticas (INDIA, 2015). Nesse aspecto, observa-se uma diferença com relação à China, que apesar de conduzir pesquisas oceânicas em grande escala, tem concentrado suas ações nos oceanos Índico e Pacífico com presença discreta no Atlântico em um acordo de cooperação com a Nigéria

(MARTINSON; DUTTON, 2018). Há, contudo, segundo o planejamento da FOCAC (FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION, 2018), uma previsão de ampliação de apoio aos estados africanos no planejamento para 2019-2021.

A cooperação indiana no Atlântico Sul ainda possui um outro evento diferencial: usando a temática BRICS e o Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS), foi realizado em 2008, pela primeira vez o exercício multinacional IBSAMAR, com o propósito de estreitar laços de amizade, compartilhar experiências profissionais e fortalecer a cooperação naval (MEDEIROS; MOREIRA, 2017). Trata-se de um exercício relevante por constituir uma ação de diplomacia naval que une os dois lados do Atlântico e um integrante dos BRICS externo a este espaço geográfico.

Outro aspecto relevante para a análise estratégica do Atlântico Sul para a Índia diz respeito a grande quantidade de cidadãos indianos ou pessoas de origem indiana nos estados lindeiros a esse oceano. De acordo com o Ministério das Relações Exteriores indiano (2015 apud INDIA, 2015), na Guiana, quase 40% da população é de origem indiana, em Trinidad e Tobago a taxa é de cerca de 35%e no Suriname, mais de 27%. Além disso cerca de 2,5 milhões de cidadãos de interesse para a Índia se encontram em continente africano. Assim, constatando-se esta diáspora e a influência política que essas pessoas podem exercer nos países do Atlântico Sul, torna-se relevante considerar esse fator na formulação das estratégias indianas (OLIVEIRA, 2018), bem como se pensar em como proteger os indianos que estão fora de seu território.

Desse modo, para garantir os interesses nacionais da Índia, seu entorno estratégico tem passado por um constante processo de expansão ao longo dos anos, do Mar da Arábia e da Baía de Bengala, para o Oceano Índico, passando pela região Indo-Pacífica e, agora, chegando ao Oceano Atlântico. Como consequência, a costa ocidental da África e suas regiões litorâneas foram incluídas como área de interesse marítima secundária (INDIA, 2015).

Uma outra análise a ser feita é sobre a forma como a Índia tem buscado aliados no Pacífico para conter o avanço da China no Índico (PANDA, 2019). Assim, pode se vislumbrar que, em uma mudança de cenário, que aumente a demanda por recursos energéticos, a disputa seja levada para uma nova frente de batalha de confrontação no Atlântico Sul.

Observa-se que um ponto comum entre Índia e China é o amplo emprego de suas marinhas em atividades de diplomacia naval na busca de garantir seus

interesses econômicos, salvaguardar seus cidadãos e projetar poder. A China, por exemplo, estabelece que esse tipo de diplomacia deve perseguir os objetivos da política externa sobre a orientação grande estratégia nacional chinesa de forma integrada. Na verdade, constata-se que à medida que ambos continuem no processo de crescimento econômico, eles cada vez mais usarão essa versátil ferramenta de *soft* e *hard power*.

4 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO ATLÂNTICO SUL

Segundo Visentini (1999), a política externa expressa a orientação governamental de um Estado a propósito de certos governos, estados ou organizações em uma conjuntura específica, devendo se considerar a importância da articulação com a política interna.

Esse conceito é validado por Lafer (2018), ao afirmar que a política externa é uma política pública, que traduz de formas qualitativa e quantitativa as necessidades internas em possibilidades externas. A formulação dessa política deve considerar a conjuntura nacional e priorizar as necessidades, analisando de forma metodológica quais as possibilidades externas de torná-las efetivas. Obviamente, ao tratar da inserção dessas necessidades no SI, deve se avaliar qual o impacto externo da busca pelo atendimento delas.

Nesse contexto, uma análise se faz relevante: a da necessidade de segurança. Trata-se de um objetivo relevante da política externa de todos os estados, pois assegura, em uma situação limite, a independência e a autonomia deles. Entretanto, a importância desse tema não se faz de forma equivalente em todos os estados. De acordo com Buzan, Wæver e Wilde (1998), os governos percebem as ameaças de forma diferente, o que faz com que a sensação de segurança seja afetada distintamente e de acordo com a proximidade dos problemas inseridos nos complexos regionais.

No caso específico do Brasil, identifica-se nos capítulos anteriores, a relevância da segurança e da estabilidade do Atlântico Sul para o país, originando diversas diretrizes inseridas na política externa brasileira voltadas para a consecução desse objetivo. Contudo, em função da análise de vulnerabilidades no complexo de segurança regional em que o Brasil está inserido, as questões afetas à segurança e defesa foram relevadas a segundo plano desde o fim da Guerra Fria (PINTO, 2015).

Nesse aspecto, torna-se relevante observar a evolução da política externa brasileira desde sua independência até os dias atuais. Trata-se de um processo contínuo que inclui dois períodos bem marcantes: a unilateralidade sob a hegemonia do Reino Unido e a unilateralidade sob a liderança estadunidense (com grande destaque para a política externa de desenvolvimento) até se chegar ao conceito de autonomia na dependência da era Vargas (VISENTINI, 1999). Essa mudança se

implementou em virtude da maior atenção dada pelos EUA aos assuntos afetos à Europa, ampliadas com a chegada da II Guerra Mundial e ratificadas com os investimentos feitos na reconstrução do velho continente no Plano Marshall. Como resultado, a política externa brasileira chegou ao terceiro grande período das relações exteriores: o da multilateralidade[21] (VISENTINI, 1999).

A importância do multilateralismo é reforçada por Hill (2015), que destaca que a diplomacia contemporânea deve executar quatro funções básicas: comunicação, negociação, participar em organismos multilaterais e a promoção de bens econômicos. Como consequência, a política externa brasileira passou a estar vinculada ao desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que se ampliava o número de parceiros internacionais (VISENTINI, 1999), devido à nova abordagem multilateral e pragmática de nossa chancelaria. Era necessário evoluir da exclusividade do eixo norte-sul (EUA e Europa), para adotar, de forma combinada, políticas para o eixo de cooperação Sul-Sul (relações com os países em desenvolvimento). Ressalta-se ainda que, em uma análise histórica, a política externa alternou momentos de maior ou menor dependência das potências centrais do eixo norte-sul, com respectiva menor ou maior autonomia em sua política externa.

Outro aspecto relevante do modelo de multilateralismo adotado pelo Brasil é a profunda vinculação com as questões econômicas, fazendo com que a Política externa atribuísse menor prioridade para as questões de defesa.

A preponderância dos aspectos psicossociais e econômicos nas relações com os países do Atlântico Sul não permitiu a exploração da projeção nacional em sua plenitude. Segundo Lima (2010), a pouca articulação entre o Ministério da Defesa (MD) e o MRE, levou as FA e os diplomatas a conceberem estratégias distintas no que diz respeito à inserção do Brasil no SI.

A diplomacia brasileira do século XX atuou quase sempre de maneira independente do poder militar, consolidando-se, ao longo do tempo, uma vertente de pensamento que privilegia a dimensão da cooperação (ALSINA JÚNIOR, 2003).

A análise da evolução da política externa para o Atlântico Sul é complexa, principalmente pela ausência de um documento formal nos moldes da Política Nacional de Defesa, que estabeleça de forma clara os interesses e prioridades do

[21] Fenômeno das relações internacionais em que três ou mais atores interagem em cooperação institucionalizada e voluntária, regulada por normas e regras que se aplicam igualmente a todos (BOUCHARD; PETERSON, 2008 apud LAZAROU *et al.*, 2010).

MRE no SI, bem como seus objetivos. Assim, para efeitos desse estudo, buscou-se analisar os discursos de posse de todos os Ministros de Relações Exteriores no período de 2006 a 2018, analogamente à pesquisa histórica feita por Seabra[22] (2010) para os discursos presidenciais. Observou-se que alguns fatos marcantes da política foram antecipados em suas palavras iniciais, ressaltando-se, contudo, os conflitos entre as alocuções e a realidade prática, uma vez que algumas promessas não são cumpridas e outras realizações não estão incluídas nos discursos de posse (SEABRA, 2010). Por essa razão, a análise foi ampliada para os discursos de transmissão de cargo, realizados ao fim dos mandatos, os feitos para grupos de diplomatas africanos e sul-americanos, das reuniões ministeriais da ZOPACAS e de audiências públicas nas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, totalizando 80 textos analisados.

Primeiro aspecto a ser destacado é que não há menções ao Atlântico Sul como entorno estratégico em nenhum dos dez discursos de posse ou transmissão dos ministros analisados, ainda que se façam diversas referências aos estados lindeiros a este oceano. Os cinco únicos registros específicos são feitos por Amorim (2011a) na IV Reunião Ministerial da Cúpula América do Sul-África em 2011; Patriota (2011, 2016) na solenidade em comemoração do dia da África em 2011, na VII Reunião Ministerial da ZOPACAS em 2013 (BRASIL, 2013a), na Conferência Ministerial da Agência Internacional de Energia Atômica para Segurança Física Nuclear no mesmo ano; e por Vieira (2015b), por ocasião da abertura do V Curso para Diplomatas Africano.

A abordagem do tema Atlântico Sul em todas as ocasiões foi sempre voltada para a desmilitarização e para a não-proliferação de armas de destruição em massa e para a cooperação para desenvolvimento econômico dos estados lindeiros. Dessa maneira, a política externa para o Atlântico Sul, nesse estudo, foi analisada tendo como base as interações com os países banhados por esse oceano, usando-se os conceitos de oceanopolítica de Barbosa Junior. (2009).

Assim, iniciando pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), observa-se que, dentro da histórica busca pela autonomia no SI, o MRE intensificou as parcerias no eixo Sul-Sul, mantendo os relacionamentos com as potências centrais, reafirmando a escolha do multilateralismo como ferramenta para a cooperação e

[22] Roberto Seabra é escritor e jornalista da Agência Câmara e efetuou uma revisão histórica dos discursos de posse dos presidentes da República de Deodoro da Fonseca a Lula. (Nota nossa).

crescimento econômico dos países em desenvolvimento. Essa estratégia, caracterizada por Vigevani e Cepaluni (2007), como autonomia pela diversificação[23], enfatizou a cooperação Sul-Sul a fim de obter maior equilíbrio com os países do Norte, incrementando o protagonismo internacional do país.

Ao assumir o MRE, Amorim (2003), em seu discurso de posse, ressaltou a importância de ampliar o mercado consumidor de bens primários e semielaborados e afirmou que a prioridade seria a América do Sul, viés que foi mantido com a valorização de inciativas como o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a revitalização do Fórum Econômico-Social. Em sua posse, Amorim deixava claro que a tônica dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) seria a da continuada busca de autonomia, por meio do multilateralismo, buscando novos parceiros e acordos mas mantendo os relacionamentos com as potências centrais tradicionais. O Brasil tentou planejar equilibradamente a combinação dos eixos horizontal (Sul-Sul) e vertical (Norte-Sul) (PECEQUILO, 2008). Tal posicionamento seria confirmado por Amorim (2011) ao marcar o fim de sua gestão à frente do MRE no governo Lula: “Fui mais vezes a Porto Príncipe do que a Londres, e estive em São Tomé e Príncipe tanto quanto em Washington [...]”.

Delineou-se uma política externa com ampliação da cooperação com os países sul-americanos e africanos, inclusive por mecanismos trilaterais, por meio de parcerias com outros países e organizações, utilizando-se a Agência Brasileira de Cooperação (ABC)[24], com prioridade para Angola e Moçambique em função do longo período de conflitos internos vividos por aqueles estados, priorizando-se o apoio técnico (AMORIM, 2003), em detrimento dos grandes investimentos como no modelo chinês. Este modelo aliado às similaridades socioeconômicas e culturais entre Brasil e alguns estados africanos podem ter sido os motivos para o País não ter passado pelos problemas enfrentados na China, relacionados à discriminação e desconfiança, que culminaram com diversos ataques a chineses e empresas daquele país no continente africano (PARELLO-PLESNER, 2016).

---

[23] Adesão do País aos princípios e às normas internacionais por parcerias no eixo Sul-Sul, e de acordos com parceiros não tradicionais (África, China, Índia, Ásia-Pacífico, África, Oriente Médio etc.), reduzindo as assimetrias nas relações com países mais poderosos e aumentando a capacidade negociadora brasileira (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

[24] Agência vinculada ao MRE, voltada para coordenação de ações para compartilhamento de experiências, de conhecimentos e de tecnologias, em um trabalho de cooperação não só em solidariedade aos estados apoiados, mas, também, induzindo o desenvolvimento nacional ao incentivar reflexão sobre as nossas práticas de modernização do setor produtivo, de ampliação dos mecanismos de promoção de direitos e de inovação da gestão pública (FERREIRA, 2017).

A política externa nos mandatos de Lula foi fundamentada na tríade: sistema multilateral de comércio, segurança coletiva e cooperação internacional. Mas, isso não seria suficiente, na visão do MRE, para, por si só, criar um mundo melhor e mais seguro (AMORIM, 2005). Como reflexo da política doméstica, projetava-se na política externa a necessidade de iniciativas de inclusão social, por meio de um real engajamento na luta contra a fome e a pobreza para o êxito na solução dos problemas globais.

O governo de Lula ampliou e dinamizou as relações Brasil-África com várias viagens presidenciais à região numa combinação de cooperação estatal em programas relacionados ao desenvolvimento agrícola, HIV/AIDS e à luta contra a fome e a pobreza e de investimentos do setor privado provenientes dos empresários sempre presentes em suas comitivas (VISENTINI; PEREIRA, [2008?]).

A estratégia seria utilizar mecanismos multilaterais como a ZOPACAS e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para ampliar as relações entre Brasil e países do entorno estratégico. Por essa razão, em 2007, foi realizada a reunião da ZOPACAS, depois de quase dez anos sem atividades formais (AMORIM; CHIOZZO, 2017). Nessa reunião, condenou-se, pela primeira vez, a ocupação britânica das Malvinas.

Com relação aos estados lindeiros ao Atlântico Sul na África Ocidental, em seu primeiro mandato, o governo Lula utilizou, além dos recursos do orçamento nacional, o Fundo de Alívio à Pobreza do IBAS para financiar projetos na Guiné Bissau, Cabo Verde e Serra Leoa (AMORIM, 2010). Na Nigéria, a PETROBRAS aplicou seu maior investimento direto, em um total de 2,3 bilhões de dólares (PENHA apud GUIMARÃES, 2015). Em decorrência disso, em 2010, o Brasil intensificou seus projetos de cooperação na área de defesa com alguns países da costa ocidental africana de forma a contribuir para a segurança regional e para garantir seus investimentos. Assim, a fim de institucionalizar e ampliar a parceria entre a ABC e o MD, foi assinado em 2010 um acordo para fortalecer a capacidade de coordenação daquela agência nos projetos na área de defesa (BRASIL, 2017a).

Aproveitando-se da experiência de cooperação bem-sucedida com a Namíbia, o governo brasileiro assinou acordos na área de defesa com África do Sul, Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau e Camarões (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014).

Apesar da prioridade dada à América do Sul, o grande diferencial dos dois mandatos do presidente Lula foi a ampliação na rede diplomática no continente

africano, considerado um marco na cooperação Sul-Sul e citado em diversos discursos dos chanceleres dos governos do PT. Além disso, reforçou-se a imagem de que o relacionamento entre os estados seria fundamentado em um passado histórico comum e em semelhanças culturais e socioeconômicas, além do caráter solidário de cooperação (AMORIM, 2011; PATRIOTA, 2013), intensificando o caráter multilateral da política externa brasileira no período.

Outro fator de força do governo Lula foi a elaboração da PDN em 2005 e, mesmo sem um documento formal com as diretrizes do MRE, depreenderam-se as prioridades da política externa e, assim, estabeleceu-se o entorno estratégico do Brasil, com a inclusão do Atlântico Sul e dos países lindeiros da África e da América do Sul como área de prioridade para segurança do País (BRASIL, 2005).

Posteriormente, em 2008, a Estratégia Nacional de Defesa (END) viria a coroar e institucionalizar a participação das FA na política externa, estabelecendo seu papel na manutenção da estabilidade regional, na cooperação internacional e na maior inserção do País no SI.

O primeiro mandato da Presidente Dilma deu continuidade à política externa iniciada no governo Lula, pautando a política externa em duas vertentes: a agenda clássica e os novos temas. Segundo Machado (2014), a primeira incluiu questões ligadas à integração regional, aos relacionamentos bilaterais, à diplomacia econômica e à paz e à segurança internacional. Já segunda vertente, abordava temas como o combate à fome e à pobreza, o desenvolvimento sustentável, a mudança do clima, a promoção dos direitos humanos. O Brasil deveria atuar como uma liderança responsável por minimizar as assimetrias nas relações internacionais, garantindo que o G-20 e outros agrupamentos restritos consolidassem sua autoridade ao permanecerem sensíveis aos anseios e interesses dos mais de 150 países, em grande parte afetados pelos novos temas da política internacional, e que não tinham assento nesses organismos (PATRIOTA, 2011b). Assim, os projetos de cooperação junto a países menos desenvolvidos na América Latina, no Caribe e na África continuaram na pauta do MRE, incluindo cooperação técnica na adoção de políticas públicas bem-sucedidas ou de ajuda humanitária.

Em seu discurso de posse, Patriota (2011b), abordou que o MERCOSUL continuaria prioridade e que a parceria com a Argentina seria fundamental, ressaltando que essa priorização não se daria em detrimento de outras relações. Tal fato seria demonstrado pela programação de viagens internacionais da presidente

Dilma, prometida pelo chanceler, que incluiria visitas aos países sul-americanos e a alguns dos principais parceiros econômicos e comerciais do Brasil, como EUA e China (PATRIOTA, 2011a). Tal fato se confirmou, ao se analisar o que realmente aconteceu, contatando-se que a Argentina foi o país mais visitado (4 vezes), seguido dos EUA (3 viagens) e França, Peru e Uruguai (com 2 visitas oficiais em cada) (WASSERMANN, 2013). Entre janeiro de 2011 e dezembro de 2012, foram realizadas 36 visitas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio Patriota, 12 das quais em nível presidencial, a países da América do Sul, revelando a prioridade que a política externa brasileira atribuiu a essa região (PATRIOTA, 2013).

Na assunção de Machado (2013), ressaltava-se a importância do viés econômico na política externa nacional, a fim de garantir o crescimento econômico que permita a redução de desigualdades sociais e a erradicação da miséria. A integração regional continuaria sendo uma questão chave para o Brasil.

Em 2013, após dez anos de governo PT, atingiu-se o ápice da parceria Brasil-África, com projetos de cooperação técnica, envolvendo 45 países africanos. Destacou-se ainda o aumento de investimentos das empresas brasileiras e do comércio entre o Brasil e a África, que saltou de US$ 6,1 bilhões para US$ 28,5 bilhões (VIEIRA, 2015c).

Ressaltou-se a importância do Atlântico Sul como espaço de diálogo, cooperação, paz, livre de armas de destruição em massa e marcado por avanços permanentes na erradicação da pobreza, segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento sustentável. A análise indicava a necessidade de se evitar a militarização indevida da região e a priorização da exploração dos recursos do mar e o dinamismo do crescimento econômico dos países africanos como fator potencializador para o desenvolvimento regional da ZOPACAS (PATRIOTA, 2016). Em 2013, o tema das influências externas na região foi novamente colocado em pauta por meio do Comunicado Especial da Cúpula dos Estados Latino-americanos e Caribenhos sobre as Ilhas Malvinas, que reiterou o apoio à República Argentina na disputa de soberania e destacou o interesse dos países da região na retomada das negociações entre aquele país e o Reino Unido (PATRIOTA, 2016).

Apesar disso, observou-se uma distância entre discursos e as ações efetivas na ZOPACAS. A falta de orçamento e pessoal dedicado acabaram por limitar a credibilidade das declarações (ABDENUR; MATTHEIS; SEABRA, 2016).

Uma outra mudança observada nesse período, por conta da assinatura da Declaração de Montevidéu, foi o consenso estabelecido a fim de preservar o Atlântico Sul livre de instabilidade, tráfico de drogas e pirataria. Já no que se tratava especificamente ao Golfo da Guiné, a Declaração reiterou a importância de um esforço coordenado com iniciativa regional para enfrentar a ameaça da pirataria na região, procurando evitar a ação de agentes externos para a solução do problema. Essas duas novidades criaram um espaço para a introdução de projetos de cooperação em defesa.

Em um cenário de crise econômica, no 2º mandato da presidente Dilma, o MRE optou por consolidar a América do Sul como espaço de integração em todos os âmbitos. Manteve-se a combinação dos eixos Norte-Sul e Sul-Sul, porém, com a escassez de recursos orçamentários, os projetos de cooperação da ABC foram reduzidos e as ações na África, apesar de constarem no discurso de posse do Chanceler Mauro Vieira (2015d), perderam a intensidade. Mesmo assim, em 2015, o Brasil havia expandido sua rede diplomática, para um número maior que duas vezes o de 2003, com 37 embaixadas residentes. Nesse contexto, destaca-se a abertura da embaixada em Adis Abeba, sede da União Africana (UA), em fevereiro de 2005, refletindo o interesse do Brasil em acompanhar as atividades daquela organização. Além disso, foram realizadas 34 visitas presidenciais a países africanos nos governos do PT (VIEIRA, 2015c).

A prioridade supramencionada foi confirmada por Vieira (2015a), em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, ao citar que a ordem de prioridade da política externa brasileira seria: América do Sul, MERCOSUL (com prioridade para a retomada do acordo com a União Europeia), EUA, Japão, China, África e Oriente Médio. Mesmo com a redução do *status* da África, ficava registrada a necessidade de manter os projetos de cooperação não apenas pelas questões histórica e cultural, mas também pela projeção de imagem naquele continente. Entretanto, os cortes orçamentários não permitiriam a manutenção do intercâmbio no mesmo patamar dos anos anteriores (vide Tabela 2 no Anexo B). Essa mudança de prioridade pode também ser confirmada na divisão das viagens ao exterior, pois enquanto a Presidente Dilma visitou EUA e Europa, o Chanceler brasileiro ficou responsável pelo périplo africano (Gana, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Angola, Cabo Verde, República Democrática do Congo, Senegal, Camarões e Argélia) (VIEIRA, 2016).

Mesmo assim, o MRE assinalava a necessidade de buscar contribuir para a paz e a estabilidade na África, seja pela participação em missões de paz sob a égide da ONU no continente, ou pela cooperação, por exemplo, na capacitação naval de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Angola no combate à pirataria marítima, permitindo a retomada da importância do Atlântico Sul como fator de ligação com a África e a relevância da estabilidade e segurança desse espaço geográfico, bem como a necessidade de fortalecimento da ZOPACAS (VIEIRA, 2015b).

No 2º mandato da presidente Dilma, a tônica dos discursos permanecia a mesma: a defesa de princípios históricos da política externa brasileira, como a solução pacífica de conflitos e a relevância do multilateralismo como principal meio para lidar com as questões globais. Além disso, a crise econômica interna fez com que o MRE reposicionasse suas ações de forma a promover a melhoria nas condições de comércio exterior, passando a priorizar seus parceiros comerciais em detrimento daqueles que necessitavam de cooperação.

Com o impeachment de Dilma Roussef em 2016, o grupo político que se sucedeu buscou romper com as diretrizes traçadas pelo governo do PT. Logo por ocasião do discurso de posse do Ministro José Serra, ficava claro que a diplomacia atuaria de forma a refletir os valores da sociedade brasileira e os interesses da economia, afastando-se das conveniências e preferências ideológicas de um partido político e de seus aliados no exterior (SERRA, 2016a). A vertente econômica foi de destacada importância, culminando com a transferência de subordinação da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos e a Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior para a jurisdição do MRE. Além disso, as denúncias de que o ex-presidente Lula estaria envolvido em *lobby* para beneficiar empresas nos projetos africanos (BRONZATTO; COSTA; RIZZO, 2015) acabaram por afetar a imagem da Cooperação Sul-Sul.

No Atlântico Sul, Serra (2016a) afirmou que um dos principais focos da ação diplomática brasileira seria revitalizar a parceria com a Argentina e fortalecer o MERCOSUL. Além disso, buscar-se-ia a atualização do intercâmbio e cooperação com a África, a fim de forjar parcerias no presente e para o futuro. A iniciativa visava a dar um novo rumo à estratégia sul-sul, mantendo os laços culturais e de solidariedade, porém promovendo um efetivo intercâmbio econômico, tecnológico e de investimentos. A ratificação desse novo posicionamento veio com a decisão de constituir a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável da CPLP em um plano

de ação global e visão comum (SERRA, 2016b) e ao apoio a prioridade conferida pelo G20 à cooperação com a África (SERRA, 2017). Ressalta-se, contudo, que nas duas situações, o intercâmbio ocorreria nos setores agropecuário, de saúde, energético, de meio ambiente, de inclusão social e de educação, não havendo previsão de extensão para a economia marítima ou para a defesa. A comprovação disso pode ser feita na análise do Relatório de Atividades da ABC (BRASIL, 2017a), quando se constata que 71,92% dos projetos de cooperação são nestes setores.

Um bom indicador para a verificação dessa troca de experiências é o acompanhamento do desempenho da ABC. Em 2017, após 30 anos de atuação, foram mais de 3 mil projetos executados em uma centena de países, em apoio, preferencialmente, a estados na América Latina, Caribe e África, com destaque para países de menor índice de desenvolvimento relativo (FERREIRA, 2017). Contudo demonstrava-se a necessidade de reestudar a posição do Brasil na África, em face da crise econômica no governo Temer e da perda de influência da temática africana na política externa (MELLO; NUBLAT, 2016), levando a perda da perspectiva estratégica e mesmo comercial da relação Brasil-África. Uma das saídas seria a busca de investimentos junto a organismos internacionais ou a outros países para financiamento de projetos, em iniciativas multilaterais, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, por exemplo, ou trilaterais, como no financiamento pelo Programa Brasil-Japão para o curso internacional de atenção humanizada ao parto e nascimento em Angola (BRASIL, 2017a).

Uma vez mais firmava-se a ideia de que existiriam diferentes eixos de relacionamento do Brasil com o mundo e que eles não seriam contraditórios nem excludentes. A busca por parcerias seria sempre realizada fundamentada no interesse nacional. Observa-se que a ausência de priorização clara nesses relacionamentos e de um documento formal para expressar a política externa dificulta a verificação do grau de aderência das ações da MB às diretrizes do MRE. Contudo, a observação dos discursos de posse dos dois chanceleres do biênio 2016-2018, indicam a prioridade para Argentina, demais parceiros do MERCOSUL, com as demais nações da América do Sul, da América Central e do Caribe. A África, nesse caso ficaria relevada a um segundo plano.

Mesmo nessa situação em 2016, o Brasil assinou um acordo-quadro em cooperação no setor de defesa com Cabo Verde com ênfase nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, de apoio logístico, de aquisição de produtos e serviços de defesa,

experiências em operações internacionais de manutenção de paz, treinamento e instrução militar e exercícios militares conjuntos (BRASIL, 2016a).

De maneira geral, no período analisado de 2006 a 2018, a cooperação Sul-Sul ganhou espaço na pauta da política externa brasileira, com grande prioridade para a América do Sul e, em seguida para a África, com variação de intensidade decorrente da situação econômica brasileira ou da ideologia do partido ocupando o governo. Essas relações foram utilizadas como uma forma de projetar o Brasil no SI e fortalecer suas posições para a reestruturação dos principais organismos internacionais. As relações estabelecidas para apoio aos países em desenvolvimento diferiram da posição das potências centrais (antigos estados colonizadores) pela introdução do componente cultural e do aspecto solidário em que os acordos de cooperação se apresentaram. Em virtude da diferença de poder econômico de outros atores como China e EUA, adotou-se um modelo de cooperação técnica com menores valores de investimento nas áreas de agricultura, saúde, educação, energia e inclusão social por meio da ABC. A utilização de projetos de cooperação trilaterais e multilaterais poderão garantir a projeção brasileira no Atlântico Sul, compensando a redução orçamentária da ABC em função da situação econômica do país, necessitando, contudo, que o Brasil recupere sua imagem prejudicada pelos escândalos de corrupção.

5 AS AÇÕES DA MARINHA DO BRASIL NO ATLÂNTICO SUL

A MB possui uma tradição em atividades de diplomacia de defesa, que se estende ao período anterior ao objeto desse estudo. Podemos citar a participação na Missão de Paz em Angola e a visita oficial, repleta de simbolismos, realizada pela Fragata *Independência* a Cape Town, como o primeiro navio de guerra brasileiro a atracar na África do Sul após o término do *apartheid* (PINTO, 2015; ABREU, 2018).

Mas apesar dessas ações exitosas, as promulgações da PDN (BRASIL, 2005) em 2005 e da END (BRASIL, 2008) em 2008 foram as primeiras tentativas de instrumentalizar a relação entre defesa e política externa, ainda que esses documentos tenham sido elaborados sem uma participação efetiva do MRE (FLORES, 2011). Persistia a dicotomia observada por Alsina Júnior (2006) quando por ocasião da elaboração da PND do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Contudo, esses documentos mencionavam a importância das FA para a projeção do País no SI e por consequência da relevância das mesmas para os objetivos nacionais no exterior.

Na revisão da END em 2012 (BRASIL, 2012a), ficou mais evidente a importância de buscar uma maior participação do Brasil em operações internacionais em apoio à política exterior do País. Contudo, no aspecto prático, o relacionamento entre as FA e o MRE, por meio do MD, continuaram desarticuladas no que diz respeito ao planejamento de longo prazo, não sendo observado um mecanismo responsável pela formulação conjunta de políticas (ALSINA JÚNIOR, 2006).

Apenas em 2016, o MRE viria a criar o Departamento de Assuntos de Defesa e Segurança, subordinado à Subsecretaria-geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte, que passou a reunir duas unidades, a Divisão de Assuntos de Defesa e a Divisão de Combate a Ilícitos Transnacionais (BRASIL, 2016d). Foi a partir desse ano que o Itamaraty passou a incluir o tema segurança e defesa de forma mais detalhada em seus relatórios de gestão, permitindo avaliar a formalização dos processos de relacionamento entre o MRE e o MD. Tratou-se de uma tentativa de instrumentalizar a articulação entre os dois ministérios, demonstrando a preocupação com assuntos incluídos na agenda internacional e que se constituem em campo fértil para as atividades de diplomacia naval. Contudo, a análise dos relatórios de gestão desde a criação desse departamento aponta que o relacionamento intersetorial ainda está em estado inicial com duas reuniões ministeriais realizada por ano no biênio

2016-2017 (BRASIL, 2016e, 2017d). Ressalta-se, ainda que desde 2013, o MD tem indicado um Oficial Superior das FA para exercer a função de Assessor Militar junto ao MRE.

A PND de 2016 (BRASIL, 2016b) foi redigida em consonância com a mudança implementada no MRE, ao destacar o papel do MD na articulação com as políticas intersetoriais e com a política externa e, assim, estabeleceu objetivos de defesa diretamente ligados à política externa, como por exemplo: Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais e para o incremento da projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais. Em decorrência disso, foi elaborada a nova END em 2016, que determinava à MB a missão de preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em lei; e para **o apoio à política externa**.

Considerando o propósito da missão atribuída à MB, a Doutrina Militar Naval (DMN) foi revisada em 2017 e ressaltou o emprego do Poder Naval para o apoio à política externa por meio da diplomacia naval (BRASIL, 2017b). Em tempo de paz, a MB poderia atuar de diversas formas, explicitadas na tabela a seguir, buscando seu enquadramento na tipologia de Coutau-Bégarie adotada nesse estudo:

Quadro 1 - Tipologia de Coutau-Bégarie e a Doutrina Militar Naval

Tipologia de Coutau-Bégarie	**DMN**
diplomacia simbólica	- operações no exterior e ação de presença em áreas de interesse.
diplomacia de rotina	- mostrar bandeira com os meios navais, os quais atuam como "embaixadores" do Brasil em portos estrangeiros selecionados sob critérios político-estratégicos; e - exercícios e jogos de guerra bilaterais e multilaterais, aprimorando a interoperabilidade com Marinhas amigas.
diplomacia de defesa	- integrar reuniões de Estados-Maiores, Comitês Navais, Conferências Navais, nos níveis estratégico, operacional e tático; - promover assistência técnico-militar com FA estrangeiras, por meio de cursos, estágios, conclaves, simpósios, intercâmbios, inspeções técnicas ou administrativas, dentre outras opções;
diplomacia econômica	- não aplicável
diplomacia humanitária	- empregar a Diplomacia Preventiva, que é um tipo de OpPaz compreendendo às atividades destinadas a prevenir o surgimento de disputas entre as partes; e - conduzir operações em razão de compromissos internacionais.

Fonte: Elaborada pelo autor com base em Wedin (2015) e Brasil (2017b).

Ressalta-se, contudo que as Operações de Assistência Humanitária, embora previstas na DMN, não estão enquadradas como diplomacia naval nessa publicação, apesar dos conceitos apresentados na literatura moderna (WEDIN, 2015; LE MIÈRE, 2014). Além disso, ainda que a doutrina mencione o papel da MB no desenvolvimento econômico na execução das atividades benignas do Poder Naval, não há menção a aspectos afetos à diplomacia econômica e à contribuição para a política externa. Nesse contexto, a inserção de estratégias combinadas de apoio de assistência técnico-militar com ações de promoção de venda de equipamentos nacionais poderia contribuir sobremaneira para o desenvolvimento da indústria de defesa brasileira e para maior projeção do país.

A seguir, serão analisadas as atividades da MB voltadas para as diplomacias de rotina, de defesa e humanitária, no período de 2006 a 2018, em conformidade com o estabelecido na DMN e à luz da tipologia de Coutau-Bégarie, previstas para emprego em tempo de paz.

5.1 DIPLOMACIA DE ROTINA: EXERCÍCIOS MULTINACIONAIS E VISITAS OFICIAIS

A ação fundamental da diplomacia naval é a presença[25]. Sua efetividade depende da postura da força naval e de sua credibilidade e o fenômeno da atração é algo que se busca, frequentemente, durante as visitas navais ao exterior. (WEDIN, 2015). Em linhas gerais, para que se obtenha o efeito desejado é necessário que os navios se façam presentes nas áreas de interesse do Estado e que representem um poder crível com equipamentos modernos, adequados e tripulações adestradas.

A escolha dos portos visitados deve ser feita em consonância com os objetivos estabelecidos pela política externa e considerando-se o entorno estratégico. Porém, aqui cabe a ressalva em virtude da necessidade de atender aos interesses da MB na área internacional, seja por tradições históricas ou pela necessidade de adestramento

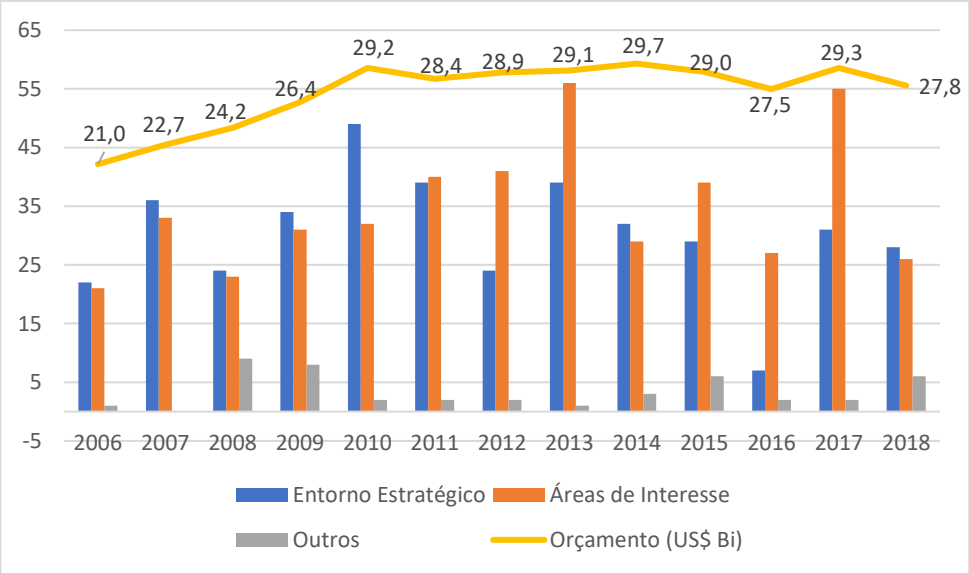
[25] Emprego do Poder Naval em atividade de diplomacia por meio de visita a portos estrangeiros, exercícios com outras marinhas e operações em áreas de interesse, de forma a demonstrar interesse, reafirmar laços de amizades e alianças ou para dissuadir. Sinônimo de “mostrar bandeira” (BRASIL, 2017b).

com marinhas mais modernas. Cria-se a imposição de mesclar os interesses da política externa com os da defesa, um problema que deve ser resolvido por meio da articulação entre os dois ministérios (SILVA, 2018).

O próprio MD reconhece essa questão ao estabelecer um arco de conhecimento formado por EUA, Europa e Ásia e uma outra área de integração e cooperação (vide Figura 8, Anexo A), que inclui a América do Sul, a África Ocidental e os estados da CPLP (BOTTENTOUIT, 2018).

O resultado dessa necessidade de balanceamento é comprovado no gráfico a seguir, onde se verifica o número de visitas realizadas pelos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais aos portos estrangeiros, considerando-se o orçamento disponível para o MD. Observa-se que o número de visitas tende a acompanhar o orçamento disponível. A exceção ocorre a partir de 2014, com a crise econômica e o contingenciamento de recursos da MB, obrigando a uma decisão de reduzir as despesas com manutenção dos navios e compra de combustível para a continuidade dos programas estratégicos (STOCHERO, 2015).

Quadro 2 - Visitas realizadas pelos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais aos portos estrangeiros, de 2006 a 2018, considerando-se o orçamento do MD,



Fonte: elaborado pelo autor com base em informações obtidas junto arquivo da MB[26] e *Stockholm International Peace Research Institute* (2019)[27].

[26] Levantamento efetuado pela análise dos Memorandos expedidos pelo Comandante da Marinha com a aprovação do Programa de Viagens ao Exterior de Navios e Forças, no período de 2006 a 2018 (Nota nossa).

[27] Curva de orçamento utilizada em valor de dólar constante uma vez que as despesas com viagens ao exterior são efetuadas em dólar (Nota nossa).

Nota-se que há uma tentativa de se fazer presente no entorno estratégico e nas áreas de interesse[28] de forma balanceada, com preponderância para o entorno estratégico, em consonância com as diretrizes da política externa. Observa-se no período Lula, uma priorização de Argentina, Uruguai e da costa ocidental africana, com o ápice em 2010, com a viagem da Corveta *Barroso* ao continente africano. Esse equilíbrio se rompe em 2011 com o envio da Fragata *União* para o Líbano a fim de integrar a *United Nations Interim Force in Lebanon* (UNIFIL). A partir desse ano, a necessidade de atracar em portos europeus, durante a travessia para a área de operações e para o reabastecimento e manutenção, durante a atuação no Mar Mediterrâneo, provocou um aumento nas visitas a portos europeus. Ainda que essas escalas também sirvam como atividade de diplomacia naval, observou-se um desvio das áreas consideradas relevantes na PND. Além disso, a manutenção do nível de recursos repassados ao MD fez com que se tornasse necessário reduzir a presença no entorno estratégico para atender a esse novo compromisso internacional.

Ressalta-se que o peso político de comandar a única Força de Paz Marítima do mundo é relevante para o País, contudo, é necessário lembrar o exemplo de Wedin (2015), ao destacar que no início da década de 1980, a redução de presença da marinha do Reino Unido no Atlântico Sul foi entendida pela Argentina como desinteresse britânico e a impulsionou para a invasão das Ilhas Malvinas em 1982. Assim, vislumbram-se algumas ações para minimizar a questão da diminuição de nossa presença no entorno estratégico, seja pela inclusão de paradas em portos da costa ocidental africana no trânsito para a UNIFIL, nas viagens do NE Brasil e nas do Cisne Branco. A substituição de Las Palmas por Cabo Verde é um exemplo prático que auxiliaria a reforçar o acordo de cooperação entre Brasil e aquele país.

No 2º mandato do Presidente Lula e no 1º da Presidente Dilma, em 2009 e 2013, a Diretoria de Hidrografia e Navegação enviou navios para participar dos eventos da Comissão Hidrográfica das Ilhas e África Austral (*Southern Africa & Islands Hydrographic Commission* – SAIHC)[29], onde o Brasil participa como observador.

---

[28] A América do Norte e a Europa constituem áreas de interesse de acordo com a END (BRASIL, 2016b).

[29] Comissão criada em 1996 para a melhoria da hidrografia na região e conta com a participação da França, Ilhas Maurício, Moçambique, Noruega, África do Sul, Ilhas Seychelles e Reino Unido, além de mais 9 membros associados, dentre eles Angola, Portugal e Índia (INTERNATIONAL HYDROGRAPHIC ORGANIZATION, 2019).

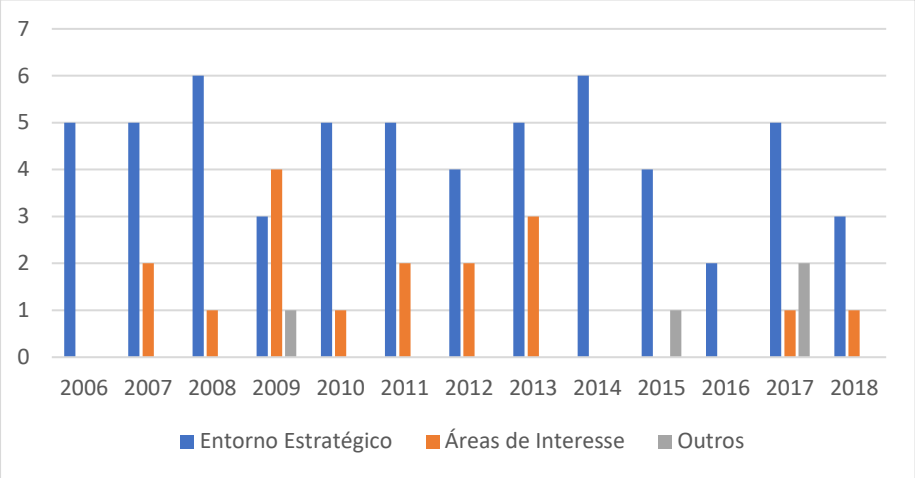
Nesses eventos, considerando-se a experiência do Brasil no levantamento da PC (BRASIL, 2018e) e alguns acordos de cooperação já existentes na área de hidrografia (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014), vislumbra-se uma oportunidade para o Brasil, com a possibilidade de mudar seu *status* na SAIHC para membro associado e atuar mais intensamente na cooperação com os serviços de hidrografia africanos, de maneira similar à estratégia indiana. Pode se avaliar inclusive o envolvimento de universidades e de empresas públicas ou privadas que tenham interesse em investir na região para minimizar a questão orçamentária. Uma outra opção seria o estabelecimento de acordos multilaterais (por meio da ONU ou da OHI) ou trilaterais para programas de desenvolvimento ou de construção de capacidades a fim de obter recursos para a cooperação.

As visitas do Navio Escola *Brasil* e do Navio Veleiro *Cisne Branco* também se constituem em um importante apoio à política externa. Uma visita naval pode ser um grande evento diplomático, buscando-se aprofundar a amizade entre os países e os seus povos, promover a venda de armamentos ou equipamentos. Isto pode ser reforçado se os ministros ou o Chefe de Estado estão presentes a bordo (WIDEN, 2015). Esse envolvimento é comum nas vendas da indústria de defesa em virtude de seu caráter estratégico, como, por exemplo, na visita de Nicolas Sarkozy ao Brasil com a possibilidade da venda de caças Rafale (LE GUERNIGOU, 2009).

No caso da MB, a análise dos roteiros dos navios nos últimos dez anos indica pouca relevância para os países do Atlântico Sul, com uma média de 2,4 visitas por ano no lado sul americano desse oceano e de 0,4 na costa ocidental africana, indicando uma oportunidade de melhora no apoio ao MRE.

Um outro aspecto a ser considerado são os exercícios combinados, uma forma habitual de aprofundar a amizade entre dois países (WEDIN, 2015). Assim, durante o período analisado, constata-se que a maioria dos exercícios foi realizada no entorno estratégico, mantendo aderência ao previsto na PND e com grande ênfase no Atlântico Sul e na América do Sul, mostrando coerência com as diretrizes da política externa, conforme podemos observar no gráfico a seguir:

Quadro 3 - Exercícios combinados, nas regiões apontadas, de 2006 a 2018



Fonte: elaborado pelo autor com base em informações obtidas junto arquivo da MB.

Além dos exercícios tradicionais como UNITAS[30], FRATERNO, ATLASUR e IBSAMAR[31], que estão fundamentados no aumento da interoperabilidade nas operações navais clássicas, a partir de 2007, com a PANAMAX[32], a MB passou a participar de alguns exercícios voltados para ameaças distintas daquelas visualizada no período da guerra fria, em consonância com os conceitos atuais de diplomacia naval de Le Mière (2014) e de Coutau-Bégarie.

Nessa conjuntura, enquadram-se também a operação ATLANTIC WATCH em 2011, realizada no Atlântico Sul para o combate a crimes transnacionais (FRAGATA [...], 2011) e o exercício OBANGAME EXPRESS, com a participação da MB desde 2014.

Em 2013, contudo, os Navios-Patrulha Oceânicos (NPaOc) Apa e Araguari já haviam visitado diversos portos africanos, realizando adestramentos para militares da

30 Exercício multinacional realizado desde 1959 com a participação das marinhas das Américas do Norte, Central e do Sul, além de alguns representantes de países caribenhos (McKENZIE, 2016).

31 ATLASUR é uma operação combinada com a participação das Marinhas do Brasil, da África do Sul, da Argentina e do Uruguai, para contribuir para a interoperabilidade e para manutenção da segurança do Atlântico Sul. Já a IBSAMAR ocorre bianualmente desde 2008, e envolve as Marinhas do Brasil, da Índia e da África do Sul. A FRATERNO é a operação voltada para o incremento da interoperabilidade entre Brasil e Argentina (SALLES, 2018 apud GABINO, 2018).

32 Exercício iniciado em 2003, com participação de Chile, EUA e Panamá e, em 2018, foi realizado por 20 países, com a missão de garantir a manutenção da operação do Canal do Panamá a fim de manter as linhas de comunicação marítimas vitais para o comércio internacional (UNITED STATES SOUTHERN COMMAND, 2018). Em 2008, a Fragata *Liberal* foi o primeiro navio da MB enviado para participar do exercício. (Nota nossa).

Mauritânia, Senegal, Gana, Angola e Namíbia (FELLET; KAWAGUTI, 2013). Na verdade, a participação brasileira se deu com ligeiro atraso, uma vez que os EUA já haviam estabelecido uma estação permanente no Golfo da Guiné para lidar com a questão da pirataria em 2008 (ROWLANDS, 2015), e a China já mantinha um programa de treinamento e doação de navios para países africanos desde 2010 (ZHOU; SEIBEL, 2015). O enfrentamento desse problema dentro do âmbito da ZOPACAS teria sido uma ótima oportunidade para que o Brasil exercesse sua liderança regional e fortalecesse esse organismo.

Outro evento interessante ocorrido no período diz respeito à chegada do Navio Porta Helicóptero Multipropósito (NPHM) *Atlântico*, Navio Doca Multipropósito (NDM) *Bahia* e dos NPaOc da classe *Amazonas*, que podem favorecer as atividades de diplomacia militar em virtude das novas possibilidades de realização de exercícios voltados para o adestramento em operações combinadas com os estados no Atlântico Sul (LOPES, 2018), seja para realização de Operações Anfíbias ou para ações de combate à pirataria. O término da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) em 2017 (UNITED NATIONS, 2017) também aumentou a parcela de tropa disponível para a realização de outros tipos de operação que não em missão de paz.

O NDM Bahia, além do emprego em adestramentos para Operações Combinadas, poderia ser utilizado de modo similar ao *Peace Ark* chinês, realizando atendimento médico por ocasião do lançamento de algum dos programas de cooperação em saúde existentes na África, mas para isso haveria a necessidade de aporte de recursos orçamentários.

5.2 DIPLOMACIA DE DEFESA: COOPERAÇÃO TÉCNICA, INTERCÂMBIOS E ADIDÂNCIAS

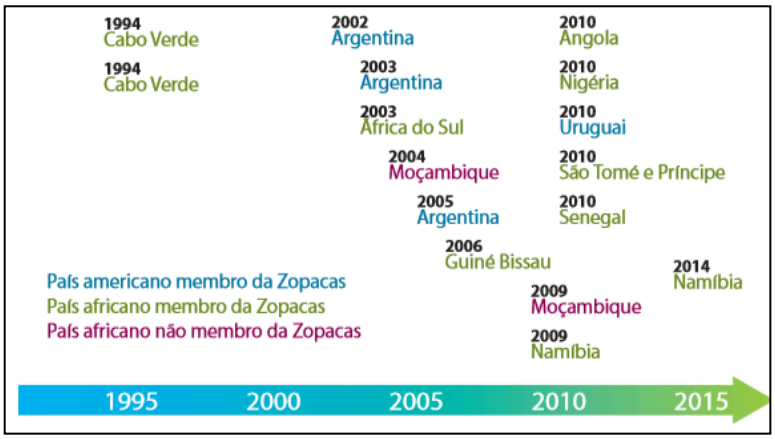
A cooperação é fundamental para a construção de vínculos de confiança, que permitem evitar que surjam controvérsias entre os estados da região ou que aquelas já latentes se transformem em conflitos armados (LUIS, 2012).

A diplomacia brasileira, como foi abordado no capítulo anterior, traçou uma estratégia que previa a cooperação com os países do MERCOSUL e com os países

africanos, em um espaço onde se vislumbrava um crescimento econômico em um conjunto de economias complementares (VISENTINI, 1999). A expectativa era de se repetir a experiência iniciada na década de 1990 com a Namíbia e dinamizada com a doação e venda de navio na década seguinte.

A cooperação com a África, uma prioridade diplomática do Governo do Presidente Lula, estendeu-se ao domínio militar, com um bom número de acordos e de visitas ministeriais. O ritmo, contudo, caiu durante o governo Dilma, como a figura a seguir indica:

Quadro 4 - Acordos e visitas ministeriais militares, na África, de 1994 a 2014

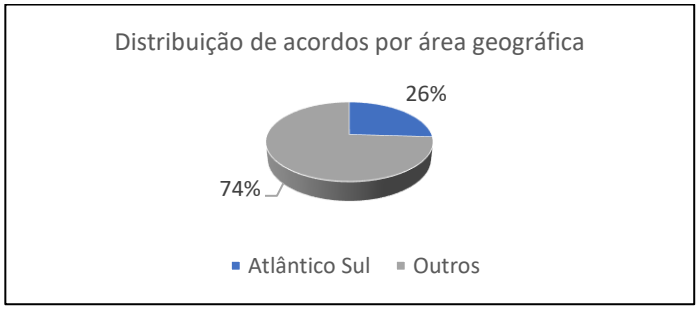


Fonte: Lima *et al*. (2017).

Assim, seguindo as diretrizes da política externa, foram assinados acordos de cooperação com a Guiné-Bissau, Namíbia, Nigéria, Senegal, Angola e Guiné Equatorial. Observa-se, entretanto, que ao se analisar todos os acordos assinados no período em estudo, constata-se a prevalência de parcerias fora do entorno estratégico, conforme demonstrado no gráfico a seguir, obtido a partir das informações disponíveis na plataforma Concórdia (BRASIL, 2019a).[33] Ressalta-se ainda que a maior parte desses acordos gerava atribuições para a MB apenas no que dizia respeito a visitas de navios. Serão analisados agora aqueles que incluíam artigos afetos à cooperação técnica.

[33] Base de dados disponibilizada pelo MRE com acervo de atos internacionais assinados pelo Brasil, contendo 7.821 atos desde 1822. (Nota nossa).

Quadro 5 - Acordos de cooperação as áreas geográficas apontadas, de 2006 a 2018



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Brasil (2019a)

No que concerne à MB, além da troca de experiências decorrentes dos exercícios multinacionais e dos adestramentos por ocasião das visitas aos portos dos países do Atlântico Sul, merece especial destaque a evolução da cooperação com a Namíbia, com a criação da Missão Naval naquele país em 2009, que se soma ao Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN) em atuação desde 1994, na cidade de Walvis Bay (sede do Comando da Marinha da Namíbia). São cerca de 40 militares da MB auxiliando na formação de integrantes do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia e assessoria técnica na estruturação administrativa e operacional da Marinha (BOTTENTOUIT, 2018).

Além disso, outra alteração foi implantada com a cooperação com Cabo Verde para estruturação e capacitação da Guarda Costeira pelo Núcleo da Missão Naval do Brasil em 2013. A parceria prevê a formação de oficiais e praças do país africano em instituições de ensino militar brasileiras e o Interesse em fortalecer mecanismos de prevenção e combate à pirataria, pesca ilegal e tráfico de drogas e pessoas no Atlântico Sul, importante rota marítima para o comércio de ambas as nações, além da realização de exercícios conjuntos de patrulhamento aéreo no mar (BRASIL [...], 2013b).

A preocupação com o tráfico de entorpecentes é retratada também no envio de um oficial da MB para integrar a JIATF-S desde 2009, ampliando a cooperação e a troca de informações referente a essa ameaça no Atlântico Sul.

De forma análoga a Cabo Verde, o acordo assinado com São Tomé e Príncipe em 2010 deu origem ao Núcleo da Missão Naval em 2014, para efetuar o levantamento das reais necessidades da guarda costeira daquele país e para

acompanhar e apoiar as atividades do GAT-FN. A parceria já possibilitou a doação de uma lancha, fardamento, armamento e munição, além da capacitação de oficiais no Curso de Comunicações no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (DEFESA [...], 2014). A cooperação tem evoluído e, em 2018, ocorreu a Cerimônia de Conclusão do 1º Curso de Especialização de Infantaria conduzido pela MB, contribuindo para a formação, organização e estruturação da Unidade de Fuzileiros Navais são-tomense (MARINHA [...], 2018).

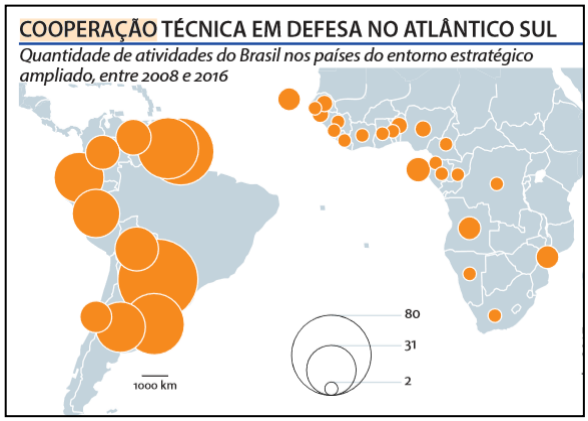
A doação de lancha e capacitação de pessoal também foi o modelo de cooperação adotado com o Suriname (MARINHA [...], 2017). A parceria iniciada em 2014 previa, entre outras coisas, a compra de navios-patrulha brasileiros para o combate a ilícitos em suas águas jurisdicionais (BRASIL, 2014), assim como fez o governo da Guiné Equatorial (UCHOA, 2010). Essas vendas, contudo, até o momento não se concretizaram. Aliás, em 2017, diversos estados africanos indicaram a intenção de adquirir navios-patrulha para se contrapor às questões comuns que afetam a região como pirataria, pesca ilegal, roubo armado, contrabando e tráfico de drogas (BLADE, 2017). Este cenário se constitui em oportunidade para que o Brasil repita a experiência da venda dos navios para a Namíbia. Entretanto, não se obteve sucesso no mercado atual, seja pela falta de recursos para investimento decorrente da crise econômica atual do Brasil ou por motivos políticos nos países africanos. Observa-se ainda que, nesse processo, o envolvimento de autoridades brasileiras do executivo não se faz com a mesma intensidade que em países como a França, onde o presidente participa abertamente do processo de venda de materiais de defesa (LE GUERNIGOU, 2009).

O Brasil também estabeleceu acordos com países de maior relevância econômica, como a Nigéria. Em 2010, os países assinaram um documento de cooperação com destaque para o apoio em treinamento, na aquisição de equipamentos e no desenvolvimento de tecnologia (BRASIL, 2010). Angola também assinou acordo similar com o Brasil e, na última reunião de acompanhamento realizada em 2017 foram estabelecidos projetos de cooperação nas áreas de ensino, saúde, inteligência e indústria de defesa (BOTTENTOUIT, 2018).

Ainda na África, em 2004, Gabão apresentou interesse em estabelecer cooperação com a MB para treinamento e para a formação de pessoal nas escolas militares. Em 2012, a Mauritânia manifestou interesse de realizar exercícios bilaterais com as marinhas dos dois países (AGUILAR, 2013).

Apesar da prioridade dada à África nos governos Lula e Dilma, observa-se que o foco principal dos eventos de cooperação permaneceu na América do Sul, similarmente ao que ocorreu com as visitas e exercícios internacionais, como a figura a seguir demonstra:

Quadro 6 - Cooperação técnica em Defesa no Atlântico Sul, no período de 2008 a 2016



Fonte: Lima *et al*. (2017)

Com relação aos intercâmbios, o Brasil tem feito um grande esforço para mantê-los mesmo com as restrições orçamentárias vigentes. Assim, no período de 2016 a 2018, o MD conseguiu passar de 27 para 43 militares apoiados (BOTTENTOUIT, 2018). Nesses cursos, oficiais e suboficiais de nações amigas podem receber conhecimentos específicos da experiência militar brasileira, capacitando-os para o desempenho de suas funções em seus países de origem.

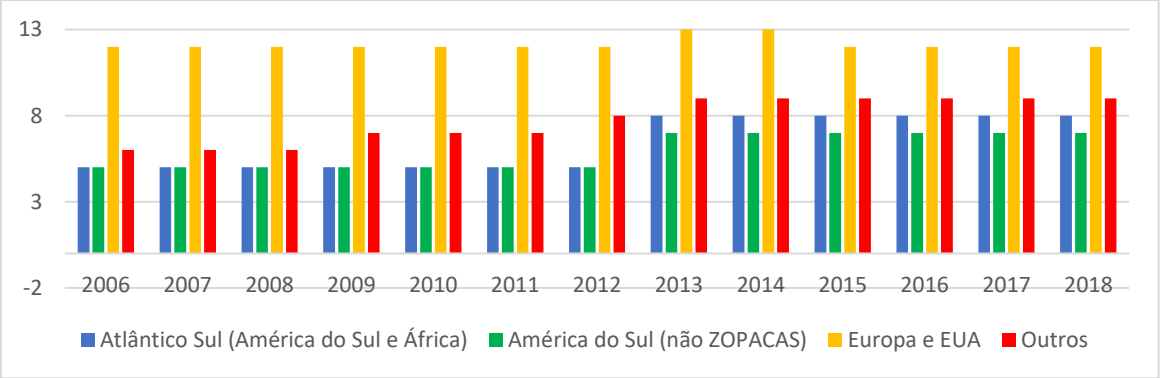
No âmbito da Marinha, uma iniciativa de destaque foi o apoio na formação da Marinha da Namíbia, onde os militares africanos foram treinados no Brasil pela Força Naval. Além disso, no caso de Cabo Verde, em 2018, replicando o modelo namibiano, já havia dois aspirantes cursando na Escola Naval e outros militares nas diversas áreas de especialização na MB. (BOTTENTOUIT, 2018).

Outro aspecto relevante a ser analisado diz respeito às adidâncias. A designação de adidos constitui uma das principais práticas afetas `diplomacia de defesa (SILVA, 2018). Esses militares são ferramentas que podem potencializar a cooperação e auxiliar às Forças no aproveitamento de oportunidades que sejam vislumbradas. Também são assessores dos embaixadores e representam a Marinha

do Brasil nos países ou nas organizações internacionais onde são acreditados (SILVA, 2018). Dentro do contexto dos BRICS, Índia e China ampliaram e dinamizaram sua rede de adidos ao redor do mundo (SILVA, 2018). Após a inauguração da primeira base chinesa fora de seu território no Djibouti, o partido comunista mantém a previsão de aumento da presença militar na África para os próximos anos, com rumores de instalação de bases na Namíbia (CHANDRAN, 2018) e em São Tomé e Príncipe, que também já despertou o interesse dos EUA (CRABTREE, 2018). Assim, torna-se relevante para o Brasil manter uma quantidade de adidos compatível com seu interesse na região e com capacidade para lidar com o aumento de potências externas em seu entorno estratégico.

Dessa forma, o Brasil também seguiu a linha de expansão da quantidade de países com adidos na África, conforme podemos analisar no gráfico a seguir.

Quadro 7 - Adidos militares, nas regiões apontadas, no período de 2006 a 2018



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Brasil (2004).

A partir de 2013, pode se verificar o resultado dos diversos acordos assinados em 2010, impulsionando o número de adidâncias dentro do entorno estratégico. Entretanto, após a análise do decreto que fixa os postos a serem guarnecidos (BRASIL, 2004) e as suas alterações até 2015, constata-se que algumas posições onde a MB teria interesses diretos são guarnecidos por oficiais do Exército Brasileiro. É o caso de São Tomé e Príncipe (adido acreditado também em Angola) e da Nigéria. Com relação ao primeiro país, o núcleo da missão naval criado irá minimizar este problema. Contudo, não se pode dizer o mesmo no que diz respeito ao segundo país. Além do acordo assinado com as atribuições para a MB, trata-se da maior economia da África desde 2018 e o terceiro maior orçamento de defesa na costa ocidental

africana, atrás apenas da África do Sul e de Angola (STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2019), constituindo-se em importante parceiro e interessante mercado para a indústria de defesa.

Apesar da fundamentação na solidariedade prevista em nossa política externa para a cooperação Brasil-África, é essencial compreender que há fortes bases econômicas envolvidas. Em 30 anos de atuação em Angola, por exemplo a empresa Odebrecht gerou cerca de 24.000 empregos diretos e indiretos, mas também obtém lucros com as atividades de mineração e de petróleo e gás (ODEBRECHT, 2015). Analogamente, deve se esperar que as ações de cooperação intensifiquem a imagem do poder naval brasileiro na África e proporcione dividendos no futuro por meio da venda de equipamentos.

A falta de recursos para financiar a construção de navios, contudo é um problema a resolver uma solução visualizada é a cooperação trilateral, envolvendo outros países, ou multilateral, com organismos internacionais. No segundo caso uma boa solução pode ser visualizada pela utilização do fundo criado pelo Fórum IBAS junto à ONU, que financia projetos na Guiné Bissau e Cabo Verde, entre outros (AGUILAR, 2013).

5.2.1 ZOPACAS

A ZOPACAS foi estabelecida em 1986 por países da África e da América do Sul, banhados pelo Atlântico Sul e conta atualmente com 24 integrantes (BRASIL, 2016c). Trata-se de instrumento de entendimento e cooperação regional, que contribui para tentar afirmar a identidade própria da região sul-atlântica, reconhecida pelos estados costeiros e por toda a comunidade internacional (BRASIL, 2013a). A cada 2 anos, as decisões tomadas pelos membros têm sido endossadas por resoluções da Assembleia-Geral da ONU, que incorporam os seus principais objetivos.

Em 2007, por iniciativa de Angola, os estados membros reuniram-se em Luanda, em nível ministerial, e elaboraram um programa de atividades. Contudo, apesar dos esforços realizados, o planejado não foi levado adiante (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2010a).

Na mesa redonda da ZOPACAS realizada em Brasília em dezembro de 2010, a ata registrava que esse organismo multilateral estava sofrendo com a falta de ações concretas e com o avanço de propostas paralelas como a Iniciativa de Rabat na Conferência Ministerial Africana dos Estados Costeiros do Atlântico em 2009 e a investida espanhola com a Reunião de Lanzarote[34] adiante (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2010b). A Nigéria, que ocupava presidência do Fórum de Cooperação África-América do Sul (ASACOF) em 2010, apresentou proposta de assimilação da ZOPACAS pela ASACOF, no âmbito de um − mecanismo "guarda-chuva" de cooperação Sul-Sul. Do seu ponto de vista isso se justificaria pela inércia na ZOPACAS, que em 24 anos de existência não teria tido o impacto esperado. Sublinhou-se que a revitalização da Zona passaria pela implementação de cooperação que busque desenvolver capacidades nos países membros adiante (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2010b).

Nessa ocasião, ficou registrada a relevância dos seguintes temas para cooperação: levantamento e exploração dos fundos marinhos, meio ambiente, infraestrutura aérea, marítima e portuária, defesa, segurança marítima e combate a crimes transnacionais (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME, 2010). Temas que foram reafirmados na VII reunião ministerial da ZOPACAS em Montevidéu (BRASIL, 2013a). Assim, a fim de garantir a sobrevivência da ZOPACAS, tornava-se necessário apresentar ações concretas inseridas nesses temas.

Assim, a MB em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia contribuiu para a política externa por meio da Operação TRANSATLÂNTICO I, efetuando pesquisas oceanográficas e analisando a circulação da bacia do Oceano Atlântico Sul com o Navio Oceanográfico *Cruzeiro do Sul* em 2009, com idas à África do Sul e Namíbia (CENTRO DE EXCELÊNCIA PARA O MAR BRASILEIRO, 2012). Esse tipo de operação ia ao encontro aos anseios das nações africanas e possibilitou ao brasil uma importante coleta de dados meteoceanográficos, porém só foi realizada mais uma vez em 2011. A continuidade desse projeto, com a possibilidade da participação de pesquisadores dos países africanos, da Argentina e do Uruguai poderia ser mais um fator de força para a retomada da ZOPACAS. Além disso, o Brasil acabou de

[34] Tentativa espanhola de ampliar a cooperação entre os países do Atlântico para o enfrentamento das ameaças comuns, tratando esse oceano como um espaço geopolítico (ABDENUR; SOUZA NETO, 2014).

submeter seus últimos pleitos à CLPC, o que aumentaria sua disponibilidade de pessoal para atender às solicitações de cooperação técnica dos países africanos.

Além disso, a MB também tem atuado na cooperação para a realização do levantamento das plataformas continentais da Namíbia e Angola, o que também estaria relacionado a uma demanda registrada em reuniões da ZOPACAS.

Segundo Abdenur e Souza Neto (2014), após os primeiros passos tomados por Angola em 2007 para a retomada da ZOPACAS e os questionamentos da mesa redonda de Brasília, o Brasil passou a assumir algum protagonismo na tentativa de impulsionar esse mecanismo multilateral.

Além das atividades oceanográficas, isso tem sido feito por meio dos núcleos das missões navais, dos GAT-FN e da troca de conhecimentos durante os exercícios bilaterais ou multilaterais e durante as visitas aos portos estrangeiros, ampliando a capacidade dos países lindeiros do Atlântico Sul se contraporem às ameaças dos crimes transnacionais. Todas as iniciativas surgiram a partir das tentativas para revitalização da ZOPACAS nas reuniões do organismo ou em encontros bilaterais, mostrando a articulação das ações da MB com as do MRE (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2009).

Como resultado, países que não haviam assinado acordos em 2010 passaram a manifestar interesse em estabelecer instrumento de cooperação, como foi o caso do Benin, que iniciou tratativas com o Brasil para a parceria na área de ensino, voltada para a capacitação de militares e de pessoal da marinha mercante (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2011) .

Além disso, uma outra ferramenta para essa questão e fundamental para a segurança marítima é o compartilhamento de informações do tráfego marítimo, que passou a ser realizado entre o Centro Integrado de Segurança Marítima (CISMAR) da MB e a Marinha Nacional de Camarões, por meio de acordo assinado entre os dois países (BRASIL, 2018b). Há ainda a cooperação para operação do Sistema de Identificação e Seguimento de Navios a Longa Distância (LRIT) já firmada com Namíbia e Uruguai. Ampliar a quantidade de acordos com países africanos pode intensificar a liderança regional brasileira e, paralelamente, aumentar a consciência situacional no Atlântico Sul, atendendo a um dos temas propostos para a ZOPACAS.

Observa-se, contudo que apesar da relevância dada no plano da política externa brasileira e da relativa articulação com a MB, as ideias de revitalização não são acompanhadas de aporte de recursos, o que acaba por dificultar uma maior

participação de navios e militares em atividades que poderiam garantir uma maior sustentação à cooperação no âmbito da ZOPACAS. Em função da pouca memória institucional de alguns parceiros, em virtude de instabilidades políticas ou de outros fatores, é relevante que as ações implementadas nesse organismo não sejam descontinuadas no tempo a fim de que o tema permaneça em discussão por chanceleres e ministros da defesa de forma regular. Para tal, há necessidade de se evitar descontinuidade orçamentária nessas atividades.

Além disso, se o Brasil deseja o Atlântico Sul livre da presença militar de potências extra regionais, torna-se relevante analisar as demandas por cooperação de países que podem receber investidas de EUA e China para instalação de bases militares em seus territórios, como São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Namíbia, buscando maior aproximação com os mesmos, mantendo-os dentro da esfera de influência brasileira.

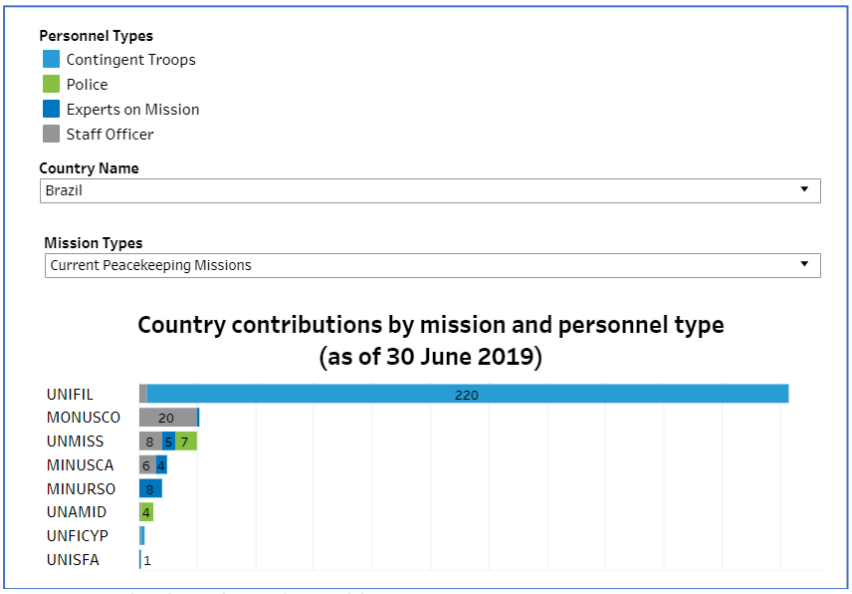
5.3 DIPLOMACIA HUMANITÁRIA: OPERAÇÕES DE PAZ E AJUDA HUMANITÁRIA

A atuação brasileira em OpPaz na África remonta aos anos 1990. O País teve atuação relevante em Angola e Moçambique, contribuindo com militares e civis para as missões das Nações Unidas naqueles países.

Na década seguinte, o Brasil ampliou sua participação no cenário internacional em operações sob a égide da ONU ao assumir a posição de *force commander* na MINUSTAH no Haiti, conferindo ao País experiência e credibilidade junto aos demais estados membros. As condições socioeconômicas e a fragilidade estatal observadas no país caribenho em muito se assemelham a alguns estados africanos, o que garantiu ao Brasil uma *expertise* para participar de missões da ONU na África.

Entretanto, apesar do Comando da Missão de Organização e Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) no período de 2013 a 2015, a participação das tropas brasileiras na África foi reduzida, como a figura a seguir pode demonstrar.

Quadro 8 - Participação de tropas brasileiras em Missões de Paz na África em 2019



Fonte: United Nations (2019b).

Analisando a figura anterior, constatamos que das missões atuais com participação brasileira, atualmente, apenas a Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO) e a MONUSCO estão no entorno estratégico do Atlântico Sul, com a participação de menos de 30 militares em 2019. Os números se mantiveram baixos ao longo de todo o período de 2006 a 2018, com pequenas variações por conta da participação do Brasil nas Missões das Nações Unidas na Libéria (UNMIL) e na Costa do Marfim (UNOCI).

Ainda que o Presidente do CSNU demonstre preocupação com a escalada da violência no Golfo da Guiné (UNITED NATIONS, 2018a), não há previsão de se adotar um modelo similar ao empregado no Chifre da África nem de uma Força de Paz Marítima da ONU como a UNIFIL. Assim, não há espaço, na conjuntura atual para uma ampliação da ação da MB na diplomacia humanitária em OpPaz no continente africano. Apesar disso, ainda há espaço para cooperação nessa área, tendo em vista o grande interesse manifestado pelos membros da ZOPACAS em receber treinamento para a realização desse tipo de Operação.

Um outro aspecto dentro da diplomacia humanitária diz respeito aos exercícios de apoio no campo do salvamento no mar. Esses adestramentos são empregados, frequentemente, como uma maneira de organizar um processo de construção de confiança entre países que possuam grande disparidade de capacidades (WIDEN,

2015; ROWLANDS, 2015). Extrapolando para a prática, essa cooperação pode acontecer em situações reais, como no caso do acidente com a aeronave da Air France no Atlântico em 2009, já na área de responsabilidade SAR do Senegal. Entretanto, considerando-se as dimensões das áreas SAR e a capacidade limitada do país africano para operar longe de suas bases, a MB atuou de forma a suprir a deficiência senegalesa.

No que diz respeito à ajuda humanitária, propriamente dita, Booth (1985) já havia mencionado a importância do papel das marinhas na diplomacia naval ao considerar o apoio prestado a países após desastres naturais. A MB já internalizou esse conceito na sua DMN, inserindo-o no rol de atividades benignas ainda que não relacionado como forma de contribuição para a política externa. Desde 2000, a MB participa da Operação FELINO, dentro do contexto dos países da CPLP, voltada para o adestramento em operações de paz e de ajuda humanitária (AGUILAR, 2013), trazendo uma nova dimensão de cooperação para o entorno estratégico.

Nessa conjuntura, no período de 2006 a 2018, a atuação mais representativa tenha sido o apoio prestado pela Fragata *União* em 2015 em Cabo Verde. A tripulação do navio, composta de cerca de 200 militares, distribuiu medicamentos, alimentos e barracas para as vítimas da erupção vulcânica da Ilha do Fogo naquele país.

Mas a questão da ajuda humanitária no Atlântico Sul não se restringiu apenas à costa ocidental africana. Em 2018, Brasil e Argentina realizaram a 2ª reunião de planejamento do Exercício binacional em caso de desastres. O treinamento focará na experiência brasileira de participações das FA como apoio à Defesa Civil, ajuda humanitária internacional, combate a pandemias e epidemias e ações contra ilícitos fronteiriços (AREIAS, 2018).

Assim, após a análise de três dimensões da diplomacia naval pode se identificar que a MB tem programado suas atividades em consonância com os objetivos estabelecidos pela política externa brasileira. A articulação entre os dois ministérios nos governos do PT evoluiu de forma lenta, atingindo nível superior ao existente na era FHC.

A institucionalização da comunicação entre os dois ministérios já existe, porém, o número de ofícios trocados entre eles indica que ainda houve uma evolução sensível de 2006 até 2010, com uma queda no intercâmbio formal de comunicações desde então. Em 2016, com a reativação formal das reuniões ministeriais, observou-se a retomada do crescimento no fluxo de informações do MRE para o MD.

Quadro 9 - Ofícios expedidos pelo MD ao MRE e recebidos do MRE

Ano 20	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
Enviados	11	15	17	19	23	26	49	50	34	48	49	150	91
Recebidos	5	6	197	188	235	137	131	120	189	173	68	100	95

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados obtidos no Serviço de Informações ao Cidadão (SIC/MD).

Além disso, a pulverização de solicitações recebidas pela MB por meio dos pedidos das embaixadas brasileiras nos países africanos, conforme registros observados nos telegramas constantes no arquivo histórico do Itamaraty, somada a falta de uma política externa formal dificultam a percepção das necessidades e interesses por parte da MB. Este problema tenderá a ser mitigado pelo novo arranjo do MRE, pela retomada das reuniões ministeriais e pela atuação do assessor militar junto ao MRE.

Mesmo com essas adversidades, após a análise efetuada constatou-se a aderência das atividades da MB afetas à diplomacia naval com a política externa brasileira, observando-se as oportunidades de melhoria observadas ao longo desse capítulo.

6 CONCLUSÃO

O término da Guerra Fria e da bipolaridade não garantiu a paz internacional esperada. A evolução do Direito Internacional, o surgimento dos atores não-estatais e a inclusão de novos temas na agenda dos estados como meio ambiente e crimes transnacionais impuseram a necessidade de se reavaliar o emprego das forças navais. Além disso, a nova abordagem de segurança coletiva, ressaltando a importância de elaboração de políticas e estratégias cooperativas fez surgir um campo fértil para as ações diplomáticas na salvaguarda dos objetivos estatais, com espaço para a diplomacia de defesa e em especial da diplomacia naval.

As mudanças no Direito Internacional e no Marítimo tornaram necessário evoluir a diplomacia das canhoneiras, vinculada ao colonialismo e ao imperialismo, para uma abordagem mais aceitável no novo SI, incrementando-se a cooperação e reduzindo atritos entre estados. Essas alterações, demandaram o reestudo do emprego do Poder Naval na diplomacia naval, passando a incluir operações para combater imigração ilegal, pirataria, tráfico de entorpecentes, para o controle de poluição e garantia da liberdade de navegação, além da evacuação de não-combatentes.

Algumas dessas atividades já eram aplicadas em diversas marinhas. A alteração, contudo, foi que a diplomacia naval, seja em projeção de poder ou em atividades benignas, passou a se dar em um ambiente de restrições. Além disso, o século XXI trouxe mais uma novidade, ao observar-se a inserção de outros atores na diplomacia naval como guardas costeiras, navios civis e grupos não estatais.

Assim, considerando-se os novos assuntos e atores envolvidos na da diplomacia naval é fundamental que as estratégias diplomática e naval sejam articuladas e coerentes, fazendo-se necessário mitigar eventuais pontos de atrito pela adequada instrumentalização da relação entre os poderes militares e políticos.

O Atlântico Sul não está imune às mesmas influências que moldaram a diplomacia naval, e considerando as recentes descobertas de reservas minerais e seu potencial econômico, passou a adquirir significância para os estados lindeiros a ele, iniciando um processo de acelerado de territorialização. Além disso, a presença de atores extra regionais, com territórios no Atlântico Sul, ou com interesses estratégicos na região criam um cenário que demanda a atenção do Brasil.

Assim, conclui-se que este espaço possa vir a ser cenário de disputas de interesses nacionais e, por consequência, com potencial para as atividades de diplomacia naval, em função da valorização geopolítica da região, seja na busca da garantia de direitos econômicos ou da segurança e da estabilidade.

No caso brasileiro, a salvaguarda dos interesses na Amazônia Azul, com seu vasto potencial econômico, é considerada estratégico para a defesa nacional. Seja pelos recursos minerais e vivos ou pela relevância do comércio exterior por via marítima, o Atlântico Sul foi estabelecido como parte do entorno estratégico brasileiro e sua estabilidade é considerada vital. Esse é o desafio a ser enfrentado, considerando-se um ambiente onde o tráfico de entorpecentes e problemas como a pirataria no Golfo da Guiné se constituem em óbices a serem compreendidos e superados.

A estratégia escolhida pelo governo brasileiro para lidar com esse novo cenário é a multilateralidade e a cooperação, utilizando-se como ferramenta principal os conceitos atuais da diplomacia naval de forma a fortalecer a ZOPACAS. Permitindo que os países lindeiros cresçam em capacidade e tenham condições de dividir a responsabilidade pela segurança no Atlântico Sul. Essa abordagem levou o Brasil a uma maior aproximação com os países da costa ocidental africana, intensificando a cooperação Sul-Sul.

O mesmo procedimento foi realizado por outras potências como China e Índia que passaram a aumentar sua presença na África a fim de garantir seus interesses, principalmente no que diz respeito ao fornecimento de petróleo e outras *commodities*. A China adotou uma estratégia de aumento de participação em forças de paz e de sua rede de adidos, somada a grandes investimentos em infraestrutura e doação de equipamentos militares. Além disso, tem realizado visitas regulares a portos africanos, incluindo a de um navio hospital. Já a Índia tem atuado no apoio aos levantamentos hidrográficos, carência observada na maioria dos países africanos e por meio da cooperação nas operações IBSAMAR.

Observa-se que um ponto comum entre Índia e China é o amplo emprego de suas marinhas em atividades de diplomacia naval a fim de garantir seus interesses econômicos, salvaguardar seus cidadãos e projetar poder. A China, especificamente, estabelece que esse tipo de diplomacia deve perseguir os objetivos da política externa sobre a orientação da grande estratégia nacional chinesa de forma integrada.

O Brasil, por sua vez, ao prescindir de uma publicação formal estabelecendo sua grande estratégia, dificulta a percepção dos objetivos a serem alcançados por parte dos atores que se somam aos diplomatas para contribuir na condução da política externa. A análise feita nesse estudo, indica a prioridade para a integração regional na América do Sul como tema principal. Entretanto, o período de 2006 a 2010 foi marcado por uma maior aproximação com a África, resultando em grande número de acordos firmados com países da costa ocidental daquele continente. A construção desses acordos teve a preponderância dos aspectos psicossociais e econômicos, repetindo a fórmula já existente nas relações com os países do Atlântico Sul.

Entretanto, os discursos dos chanceleres poucas vezes mencionam o Atlântico Sul como área estratégica, como estabelecido na END. As raras citações são feitas sempre no contexto da ZOPACAS, mostrando que embora algumas ações do MD e do MRE fossem convergentes, ainda persistia a necessidade de articulação.

De maneira geral, no período analisado de 2006 a 2018, a cooperação Sul-Sul se consolidou na política externa brasileira, com grande prioridade para a América do Sul e, em seguida para a África, variando de intensidade em função da situação econômica brasileira ou da ideologia do partido ocupando o governo. A grande diferença em relação às potências centrais residiu na introdução do componente cultural e do aspecto solidário em que a cooperação se deu, contando com menores investimentos quando comparado aos de China e dos EUA.

Com a END aprovada em 2018, a MB analisou sua missão e revisou a DMN, ressaltando o emprego do Poder Naval para o apoio à política externa por meio da diplomacia naval, passando a somar esforços com o MRE na consecução dos objetivos internacionais do país.

No período de 2006 a 2018, constata-se o esforço da MB em balancear as necessidades da política externa com as de adestramento, mantendo o equilíbrio entre o entorno estratégico e as áreas de interesse até 2011. O início da participação na UNIFIL, contudo, aumentou o número de visitas a portos fora do entorno estratégico. Além disso, a análise dos roteiros do Navio Escola *Brasil* e do Navio Veleiro *Cisne Branco*, nos últimos dez anos, indicou pouca relevância para os países do Atlântico Sul, indicando uma oportunidade de melhora no apoio ao MRE.

No que diz respeito aos exercícios internacionais, o destaque vai para a maior participação, a partir de 2007, em exercícios com enfoque regional para tratar de ameaças como pirataria, terrorismo e tráfico de entorpecentes. Além disso, a chegada

do NPHM Atlântico, NDM Bahia e dos NPaOc da Classe Amazonas, poderão dinamizar as atividades de diplomacia em virtude das novas possibilidades de exercícios. O NDM Bahia, por sua grande capacidade de leitos e facilidades na área de saúde poderá ainda proporcionar novos horizontes na ajuda humanitária.

Com relação à cooperação técnica, o modelo implantado na Namíbia já está sendo replicado em Cabo Verde, Suriname e São Tomé e Príncipe. Além da cooperação técnica na formação e capacitação de militares, os acordos já permitiram a doação de equipamentos, lanchas e fardamentos e reforçam os laços entre os países, criando uma identidade que pode ser explorada no futuro.

Apesar do bom relacionamento com a África, a venda de navios, como a da Namíbia, não voltou a se repetir, em que pese o fato de muitos países manifestarem intenção de obterem novos meios. A crise econômica no Brasil aliada ao baixo envolvimento de autoridades do executivo podem ser as razões do insucesso.

A falta de recursos para financiar a construção de navios, contudo, é um problema a se resolver. Uma solução visualizada é a cooperação trilateral, envolvendo outros países, ou multilateral, com organismos internacionais. É necessário, entretanto, que o Brasil recupere sua imagem prejudicada pelos escândalos de corrupção, que dificultam a captação de investimentos.

Outro aspecto relevante foi o aumento da rede de adidos brasileiros no Atlântico Sul, ainda que algumas posições onde a MB teria interesses diretos sejam guarnecidas por oficiais do Exército Brasileiro, como São Tomé e Príncipe (adido acreditado também em Angola) e da Nigéria.

A ZOPACAS foi retomada em 2007 e utilizada para a apresentação dos pedidos de cooperação nas áreas levantamento e exploração dos fundos marinhos, meio ambiente, infraestrutura aérea, marítima e portuária, defesa, segurança marítima e combate a crimes transnacionais. Entretanto, por falta de ações concretas que gerassem o impacto esperado, esse mecanismo passou a ser ameaçado por investidas paralelas que podem enfraquecê-lo.

Para minimizar essa questão, a MB realizou atividades em atendimento aos países da ZOPACAS, seja pela capacitação de pessoal para levantamentos das plataformas continentais, pelo apoio de navios oceanográficos, pelos adestramentos com os NPaOc ou até pela assinatura de acordos para o compartilhamento das informações do tráfego marítimo. Há, ainda, iniciativas paralelas pela CPLP e bilaterais com Argentina que contribuem para fortalecer a ZOPACAS.

Observa-se, contudo que apesar da relevância na política externa brasileira e da relativa articulação com a MB, as ideias de revitalização da ZOPACAS não são acompanhadas de aporte de recursos, dificultando uma maior participação de navios e militares em atividades que poderiam dar sustentação à cooperação no âmbito desse organismo. A pouca memória institucional de alguns parceiros torna necessário que as ações implementadas não sejam descontinuadas no tempo, garantindo uma agenda permanente para chanceleres e ministros da defesa.

Além disso, se o Brasil deseja o Atlântico Sul livre da presença militar de potências extra regionais, há que se analisar as demandas por cooperação de países estratégicos para EUA e China para instalação de bases militares em seus territórios, como São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Namíbia, buscando maior aproximação com os mesmos, mantendo-os na esfera de influência brasileira.

Assim, após a análise de três dimensões da diplomacia naval pode se identificar que a MB tem programado suas atividades em consonância com os discursos da política externa brasileira. A articulação entre os dois ministérios nos governos do PT evoluiu de forma lenta, atingindo nível superior ao existente na era FHC. Em 2016, foram realizadas algumas alterações regimentais no MRE que poderão contribuir para o incremento da articulação com o MD.

A institucionalização da comunicação entre os ministérios já existe, porém, o viés de alta percebido de 2006 até 2010 reduziu desde então. Em 2016, com a reativação das reuniões ministeriais, observou-se a retomada do crescimento no fluxo de informações do MRE para o MD.

Além da questão da comunicação e da pulverização de pedidos pelas embaixadas, a falta de uma política externa formal dificulta a percepção das necessidades e interesses do MRE por parte da MB. Este problema tenderá a ser mitigado pelo novo arranjo do MRE, pela retomada das reuniões ministeriais e pela atuação do assessor militar no Itamaraty.

Mesmo com essas adversidades, após a análise efetuada constatou-se a aderência das atividades da MB afetas à diplomacia naval com a política externa brasileira, observando-se as oportunidades de melhoria observadas ao longo desse estudo.

REFERÊNCIAS

A AMAZÔNIA azul. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2019. Disponível em: https://opiniao.estadao.com.br/noticias/notas-e-informacoes,a-amazonia-azul,70002853828. Acesso em: 18 jun. 2019.

ABDENUR, Adriana Erthal, MATTHEIS, Frank; SEABRA, Pedro. An ocean for the Global South: Brazil and the zone of peace and cooperation in the South Atlantic. **Cambridge Review of International Affairs**, Cambridge, v. 29, n. 3, p. 1112-1131, out./dez. 2016.

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 57, n. 1, p. 5-21, jan./jul. 2014.

ABREU, G. M. *et al.* (org.). **Marinha do Brasil**: uma síntese histórica. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018. v. 1.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. South Atlantic: Brazil-Africa relations in the field of security and defense. **Austral**: **Brazilian Journal of Strategy and International Relations**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 47-68, July./Dec. 2013.

ALDEN, Chris. **Beijing's security plans beyond Djibouti and the Horn**. [*S. l.*]: ispionline.it, 2018. Disponível em: https://www.ispionline.it/en/pubblicazione/beijings-security-plans-beyond-djibouti-and-horn-21278. Acesso em: 21 jun. 2019.

ALLEN, Kenneth; SAUNDERS, Phillip C.; CHEN, John. **Chinese military diplomacy, 2003–2016**: trends and implications. Washington, D.C.: National Defense University, 2017. Disponível em: https://inss.ndu.edu/Portals/68/Documents/stratperspective/china/ChinaPerspectives-11.pdf?ver=2017-07-17-153301-093. Acesso em: 17 jun. 2019.

ALMEIDA, Claudio Henrique de Mello. **A presença da China na costa ocidental da África**: o caso da Namíbia: implicações para o poder naval brasileiro. 2012. Monografia. (Especialização em Política e Estratégia Marítima) - Curso de Especialização em Política e Estratégia Marítima, Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2012.

ALSINA JÚNIOR, João Paulos Soares. **Política externa e política de defesa no Brasil**: síntese imperfeita. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2006.

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 2, n. 46, p. 53-86, jul./dez. 2003.

AMORIM, Celso. **Discurso na abertura do debate geral da 65ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas**. Nova Iorque: MRE, 2010. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/10001-discurso-do-ministro-celso-amorim-na-

abertura-do-debate-geral-da-65-sessao-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-23-de-setembro-de-2010. Acesso em: 18 jun. 2019.

AMORIM, Celso. **Discurso no Fórum Econômico de Gidá**. Gidá: MRE, 2005. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/7715-discurso-do-ministro-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-no-forum-economico-de-jeda. Acesso em: 28 jun. 2019.

AMORIM, Celso. **Discurso por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores**. Brasília, DF: MRE, 2011. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistascategoria/ministro-das-relacoesexteriores-discursos/9788-discurso-doembaixador-celso-amorim-na-cerimoniade-transmissao-do-cargo-de-ministro-deestado-das-relacoes-exteriores-brasilia2-de-janeiro-de-2011. Acesso em: 28 jun. 2019.

AMORIM, Celso. **Discurso por ocasião da transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores**. Brasília, DF: MRE, 2003. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/7547-discurso-proferido-pelo-embaixador-celso-amorim-por-ocasiao-da-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores. Acesso em: 25 maio 2019.

AMORIM, Wellington Dantas de; CHIOZZO, Vitor Deccache. Comunidade de segurança do Atlântico Sul: um subcomplexo regional de segurança? **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 23, n.1, p. 99-130. jan./abr. 2017.

ANGOLA. Presidência da República. **Decreto Presidencial nº 108/18, de 25 de abril de 2018**. Aprova o Livro Branco de Defesa Nacional. Luanda: Ministério da Defesa Nacional, 25 abr. 2018. Disponível em: http://www.minden.gov.ao/VerPublicacao.aspx?id=1667. Acesso em: 16 jun. 2019.

AREIAS, Mariana. **MD realiza reunião de planejamento de exercício entre Brasil e Argentina para caso de desastres**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2018. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/noticias/43629-2%C2%AA-reuni%C3%A3o-de-planejamento-do-exerc%C3%ADcio-binacional-em-caso-de-desastres-entre-brasil-e-argentina-tem-in%C3%ADcio-nesta-ter%C3%A7a-feira. Acesso em: 26 jul. 2019.

ARGENTINA. Ministerio de Defensa. **Livro blanco de la defensa**. Buenos Aires: Ministerio de Defensa, 2015. Disponível em: http://ceed.unasursg.org/Espanol/09-Downloads/Info-Pais/Arg/LB/Libro_blanco_2015.pdf. Acesso em: 16 jun. 2019.

AYOOB, Mohammed. **The third world security predicament**: state making, regional conflict, and the international system. San Diego: Lynne Rienner Pub., 1995. (Emerging global issues).

BLADE, Max. Africa 2017: patrol boat requirements shaping an emergent market. **Naval Forces**, Bad Neuenahr-Ahrweiler, n. I, p. 38-40, 2017. Patrol & Mobility.

Disponível em: http://www.amiinter.com/pdf/Africa_Patrol_Boat_2017.pdf. Acesso em: 16 jun. 2019.

BOTTENTOUIT, Luiz Afonso. A cooperação em defesa do Brasil com os países da costa ocidental da África: situação atual e perspectivas. *In*: CURSO DE EXTENSÃO SOBRE DEFESA NACIONAL, 20., out. 2018, Montes Claros. **Apresentação [...]**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2018. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cedn/xx_cedn/6_a_cooperacao_em_defesa_do_brasil_com_os_paises_da_costa_ocidental.pdf. Acesso em: 16 jun. 2019.

BARBOSA JUNIOR, Ilques. Oceanopolítica: uma pesquisa preliminar. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, v. 129, n. 04/06, p. 55-68, abr./jun. 2009.

BOEHM, Camila. MPF pede que IBAMA indefira exploração de petróleo na foz do Amazonas. **Agência Brasil**, São Paulo, 2018. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-04/mpf-pede-que-ibama-indefira-exploracao-de-petroleo-na-foz-do-amazonas?amp. Acesso em: 28 maio 2019.

BOOTH, Ken. **Law, force and diplomacy at sea**. London: Unwin Hyman, 1985.

BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. **Relatório de atividades 2017**. Brasília, DF: ABC, 2017a.

BRASIL. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. **Anuário estatístico brasileiro do petróleo, gás natural e biocombustíveis 2018**. Rio de Janeiro: ANP, 2018a.

BRASIL. Comando de Operações Navais. Extrato de Memorando de Entendimento. **Diário Oficial da União**: seção 3, Brasília, DF, p. 15, 13 set. 2018b. Cooperação com a Marinha Nacional de Camarões. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/40696586/do3-2018-09-13-extrato-de-memorando-de-entendimento-40696541. Acesso em: 23 jun. 2019.

BRASIL. Estado-Maior da Armada. **EMA-305 Doutrina Militar Naval**. Brasília, DF: EMA, 2017b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Brasil ajudará a fortalecer força naval do Suriname**. Brasília, DF: MD, 08 ago. 2014. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/13370-brasil-ajudara-a-fortalecer-forca-naval-do-suriname. Acesso em: 21 jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Brasil e Cabo Verde firmam acordo-quadro em cooperação no setor de defesa**. Brasília, DF: MD, 20 out. 2016a. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/noticias/25442-brasil-e-cabo-verde-firmam-acordo-quadro-em-cooperacao-no-setor-de-defesa. Acesso em: 25 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2012a.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2016b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, DF: MD, 2016c.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2012b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, DF: MD, 2016d.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. **Portal para acesso gratuito às estatísticas de comércio exterior do Brasil**. Brasília, DF: MDIC, 2018c. Disponível em: http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home. Acesso em: 15 maio 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **VII Encontro Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul - ZOPACAS**: Declaração de Montevidéu. Montevideo: MRE, Jan. 16th 2013a. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3285-. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre cooperação no domínio da Defesa**. Brasília, DF: MRE, 2010. Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/6881?TituloAcordo=defesa&page=5&tipoPesquisa=2. Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Concórdia**. Brasília, DF: MRE, 2019a. Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/. Acesso em: 21 jul. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Nota informativa no 319**: reunião dos Ministros das Relações Exteriores dos países do G4 – Brasil, Alemanha, Índia e Japão – sobre a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas [*S. l.*]: Brasília, DF: MRE, 21 set. 2017c. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/17474-reuniao-dos-ministros-das-relacoes-exteriores-dos-paises-do-g4-brasil-alemanha-india-e-japao-sobre-a-reforma-do-conselho-de-seguranca-das-nacoes-unidas-nova-york-20-de-setembro-de-2017. Acesso em: 02 maio 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Plano de dados abertos**. Brasília, DF: MRE, 2018d. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/dados-abertos. Acesso em: 30 jun. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Rede consular do Brasil**. Brasília, DF: MRE, 2019b. Disponível em:

http://www.portalconsular.itamaraty.gov.br/representacoes-do-brasil-no-mundo. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório de gestão do exercício de 2016**. Brasília, DF: MRE, 2016e. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_acesso_info/auditorias_brasil/SG/2016/Relatorio_de_gestao_2016_SG.pdf. Acesso em: 06 jul. 2019.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório de gestão do exercício de 2017**. Brasília, DF: MRE, 2017d. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_acesso_info/auditorias_brasil/SG/2017/SG-Relatorio-de-Gestao-2017.pdf. Acesso em: 06 jul. 2019.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Avaliação do potencial sustentável de recursos vivos na zona econômica exclusiva**: relatório executivo. Brasília, DF: MMA, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.294, de 1º de dezembro de 2004. Fixa a lotação dos Adidos, Adjuntos e Auxiliares de Adidos Militares junto às representações diplomáticas no exterior, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 2 dez. 2004. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/12/2004&jornal=1&pagina=3&totalArquivos=96. Acesso em: 15 maio 2019.

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 5, 1º jul. 2005. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/07/2005&jornal=1&pagina=5&totalArquivos=96. Acesso em: 26 mar. 2019.

BRASIL. Secretaria Interministerial para os Recursos do Mar. **Plano de levantamento da plataforma continental**. Brasília, DF: SECIRM, 2018e. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/secirm/leplac. Acesso em: 18 jun. 2019.

BRASIL inaugura missão naval em parceria com Cabo Verde. Brasília, DF: Governo do Brasil, 21 nov. 2013b. Disponível em: http://www.brasil.gov.br/noticias/seguranca-e-justica/2013/11/brasil-inaugura-missao-naval-em-parceria-com-cabo-verde. Acesso em: 21 jul. 2019.

BRONZATTO, Thiago; COSTA, Ana Clara; RIZZO, Alana. R$ 4 milhões pelo lobby: os contratos milionários de Lula com a Odebrecht. **Época**, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/10/r-4-milhoes-pelo-lobby-os-contratos-milionarios-de-lula-com-odebrecht.html. Acesso em: 30 jun. 2019.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security**: a new framework for analysis. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

CABLE, James. **Britain's naval future**. London: Palgrave Macmillan, 1983.

CABLE, James. **Gunboat diplomacy, 1919-1979**: political applications of limited naval force. 2. ed. New York: St. Martin's, 1981.

CABLE, James. **Gunboat diplomacy, 1919-1991**: political applications of limited naval force. 3. ed. London: Macmillan, 1994.

CALAMUR, Krishnadev. **Africa is the new front in the U.S.-China influence war**. Boston: The Atlantic, 2018. Disponível em: https://www.theatlantic.com/international/archive/2018/12/trump-national-security-adviser-unveils-new-africa-strategy/578140/. Acesso em: 21 jun. 2019.

CENTRO DE EXCELÊNCIA PARA O MAR BRASILEIRO - CEMBRA. **O Brasil e o mar no século XXI**: Relatório aos tomadores de decisão do País. 2. ed. rev., atual. e ampl. Niterói: BHMN, 2012. Coord. Luiz Philippe da Costa Fernandes, preparador Lucimar Luciano de Oliveira. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/secirm/sites/www.marinha.mil.br.secirm/files/cembra-2a_ed.pdf. Acesso em: 14 jun. 2019.

CHAN, Royston; MILES, Tom. **China evacuates 12,000 from Libya, sends frigate to help**. [*S. l.*], 2011. Disponível em: https://www.reuters.com/article/libya-china-evacuations-idAFTOE71O00420110225. Acesso em: 21 jun. 2019

CHANDRAN, Nyshka. **China says it will increase its military presence in Africa**. [*S. l.*]: CNBC, jun. 27, 2018. China Politics. Disponível em: https://www.cnbc.com/2018/06/27/china-increases-defence-ties-with-africa.html. Acesso em: 15 mar. 2019.

CRABTREE, Justina. **The island paradise that could be China's next strategic transport hub**. [*S. l.*]: CNBC, Jan. 17, 2018. Asia-Pacific News. Disponível em: https://www.cnbc.com/2018/01/17/china-transport-hub-could-be-the-african-island-of-sao-tome.html. Acesso em: 15 mar. 2019.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS (Brasil). **Brasil vai realizar estudos ambientais na Elevação do Rio Grande**. Rio de Janeiro: CPRM, 03 abr. 2017. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/publique/Noticias/Brasil-vai-realizar-estudos-ambientais-na-Elevacao-do-Rio-Grande-4551.html. Acesso em: 18 jun. 2019.

CRANDALL, Russell. **Gunboat democracy**: U.S. interventions in the Dominican Republic, Grenada and Panama. New York: Rowman & Littlefield, 2006.

DAHIR, Abdi Latif. **China is expending its military footprint in Africa**. [*S. l.*]: Quartz Africa, June 5, 2018. Disponível em: https://qz.com/africa/1297093/china-will-host-the-china-africa-defense-forum/. Acesso em: 21 jun. 2019.

DEFENSE INTELIGENCY AGENCY (United States of America). **China military power**: modernizing a force to fight and win. Washington, D.C.: DIA, nov. 2019. Disponível em: https://www.dia.mil/Portals/27/Documents/News/Military%20Power%20Publications/China_Military_Power_FINAL_5MB_20190103.pdf. Acesso em: 21 jun. 2019.

DEFESA doa lancha de patrulha para Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe. Brasília, DF: MD, 2014. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/13073-defesa-doa-lancha-de-patrulha-para-guarda-costeira-de-sao-tome-e-principe. Acesso em: 13 jul. 2019.

FELLET, João; KAWAGUTI, Luis. Contra pirataria, Brasil expande ação naval na África. **BBC Brasil**, Brasília, DF, 13 maio 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/05/130513_pirataria_africa_brasil_jf_lk. Acesso em: 15 jul. 2019.

FERREIRA, Aloysio Nunes. **Discurso do ministro Aloysio Nunes Ferreira por ocasião das comemorações dos 30 anos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) – Palácio Itamaraty, 25 de maio de 2017**. Brasília, DF: MRE, 2017. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/16453-discurso-do-ministro-aloysio-nunes-ferreira-por-ocasiao-das-comemoracoes-dos-30-anos-da-agencia-brasileira-de-cooperacao-abc. Acesso em: 4 maio 2019.

FLORES, Mario Cesar. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF: Defesanet, 31 ago. 2011. Disponível em: http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/2585/Estrategia-Nacional-de-Defesa/. Acesso em: 04 jul. 2019.

FORUM ON CHINA-AFRICA COOPERATION. **Forum on China-Africa Cooperation Beijing Action Plan (2019-2021)**. [*S. l.*]: FOCAC, 2018. Disponível em: https://www.focac.org/eng/zfgx_4/zzjw/t1594399.htm. Acesso em: 23 jun. 2019.

FRAGATA Independência irá atracar no porto do Itaqui. **O Estado do Maranhão**, São Luís, 08 nov. 2011. p. 10.

FRANCE. **National strategy for the security of maritime areas**. Boulogne-Sur-Mer: France Gouvernement, 2015. Adopted by the inter-ministerial sea committee on 22 October 2015. Disponível em: https://www.gouvernement.fr/sites/default/files/contenu/piece-jointe/2016/01/strategie_nationale_de_surete_des_espaces_maritimes_en_national_strategy_for_the_security_of_maritime_areas.pdf. Acesso em: 23 jun. 2019.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da história e o último homem**. Tradução Aulyde S. Rodrigues. São Paulo: Rocco, 1992.

GABINO, Anderson. **Marinha do Brasil dá início à uma série de operações conjuntas intercontinentais nos próximos meses**. [*S. l.*]: DefesaTV, 4 set. 2018. Disponível em: https://www.defesa.tv.br/marinha-do-brasil-da-inicio-a-uma-serie-de-operacoes-conjuntas-intercontinentais-nos-proximos-meses/. Acesso em: 14 jul. 2019.

LE GUERNIGOU, Yann. **Visita de Sarkozy ao Brasil cria expectativa sobre caças Rafale**. [*S. l.*]: Extra, 4 set. 2009. Disponível em:

https://extra.globo.com/noticias/brasil/visita-de-sarkozy-ao-brasil-cria-expectativa-sobre-cacas-rafale-328618.html. Acesso em: 14 jul. 2019.

GUIMARÃES, Bruno Gomes. A política brasileira para o Atlântico Sul: uma visão paradigmática. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 1., 2015, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul**,** 2015.

HILL, Christopher. **Foreign policy in the twenty-first century**. 2. ed. London: Palgrave, 2015.

HOLSTI, Kalevi. **Kalevi Holsti**: major texts on war, the State, peace, and international order. Vancouver: Springer International Publishing, 2016. v. 42.

INDIA. Ministry of Defence (Navy). **Ensuring secure seas**: Indian maritime security strategy. New Delhi: Indian Navy, 2015. Disponível em: https://www.indiannavy.nic.in/sites/default/files/Indian_Maritime_Security_Strategy_Document_25Jan16.pdf. Acesso em: 10 jun. 2019.

INTERNATIONAL HYDROGRAPHIC ORGANIZATION - IHO. **S-23 Limits of oceans and seas**. 3. rev. Monaco: IHO, 1953.

INTERNATIONAL HYDROGRAPHIC ORGANIZATION - IHO. **Southern African and Islands HC (SAIHC)**. Monaco: IHO, 2019. Disponível em: https://www.iho.int/srv1/index.php?option=com_content&view=article&id=431&Itemid=390&lang=en. Acesso em: 13 jul. 2019.

KENNEDY, Paul M. **The rise and fall of British naval mastery**. Atlantic Highlands: Ashfield Press, 1989.

LAFER, Celso. Política externa, sua relevância. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 2018. Opinião. Disponível em: https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,politica-externa-sua-relevancia,70002193523. Acesso em: 25 jun. 2019.

LAZAROU, Elena *et al*. **The evolving 'doctrine' of multilateralism in the 21st century.** Edinburgh: Edinburgh Europa Institute, 2010. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/4276/TheEvolvingDoctrineOfMultilateralismInThe21stCentury.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 29 jun. 2019.

LE MIÈRE, Christian. **Maritime diplomacy in the 21st century:** drivers and challenges**.** New York: Routledge. 2014. 147p

LE MIÈRE, Christian. The return of gunboat diplomacy. **Survival**, Abingdon, v. 53, n. 5, p. 53–68, out./nov. 2011.

LIMA, Maria Regina Soares de. Diplomacia, defesa e a definição política dos objetivos internacionais e o caso brasileiro. *In*: JOBIM, Nelson A.; ETCHEGOYEN, Sergio W.; ALSINA JÚNIOR, João Paulo (org.). **Segurança internacional**: perspectivas brasileiras. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2010. p. 401-416.

LIMA, Maria Regina Soares de *et al*. **Atlas da política brasileira de defesa**. Rio de Janeiro: Latitude Sul, 2017.

LONG, Drake. **China participates in West Africa 'Eku Kugbe' naval exercise for the first time**. [*S. l.*]: The Defense Post, 15 maio 2018. Disponível em: https://thedefensepost.com/2018/05/31/china-eku-kugbe-exercise-west-africa/. Acesso em: 21 jun. 2019.

LOPES, Roberto. **NPHM Atlântico e NDM Bahia podem favorecer diplomacia militar**. [*S. l.*]: Poder Naval, 2018. Disponível em: https://www.naval.com.br/blog/2018/05/15/nphm-atlantico-e-ndm-bahia-podem-favorecer-diplomacia-militar/. Acesso em: 10 jul. 2019.

LOWY INSTITUTE. **Global diplomacy index 2017**. [*S. l.*]: Lowy Institute, 2017. Disponível em: https://globaldiplomacyindex.lowyinstitute.org/. Acesso em: 20 jun. 2019.

LUIS, Camila Cristina Ribeiro. A estratégia naval brasileira no contexto da política exterior do Brasil. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 153-172, jan./jun. 2012.

MACEDO, Henrique Teixeira de Macedo. Perspectivas da diplomacia naval. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 391-410, jul./dez. 2013.

MACHADO, Luiz Alberto Figueiredo. **Discurso por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores** – Brasília, DF: MRE, 2013. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/4545-discurso-do-embaixador-l… . Acesso em: 10 jun. 2019.

MACHADO, Luiz Alberto Figueiredo. **Transcrição da Audiência Pública com o Ministro Luiz Alberto Figueiredo Machado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal**. Brasília, DF: MRE, 2014. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/4559-transcricao-da-audienci… . Acesso em: 12 jun. 2019.

MARINHA do Brasil conclui o 1º Curso de Especialização de Infantaria em São Tomé e Príncipe. Brasília, DF: Marinha do Brasil, 2018. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-do-brasil-conclui-o-1o-curso-de-especializacao-de-infantaria-em-sao-tome-e-principe. Acesso em: 14 jul. 2019.

MARINHA do Brasil faz doação de lancha ao Suriname. Brasília, DF: Marinha do Brasil, 2017. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/noticias/marinha-do-brasil-faz-doacao-de-lancha-ao-suriname. Acesso em: 21 jul. 2019.

MARTINSON, Ryan D.; DUTTON, Peter A. **China maritime report n. 3:** China's distant-ocean survey activities: implications for U.S. National Security. Rhode Island:

U.S. Naval War College, 2018. Disponível em: https://digital-commons.usnwc.edu/cmsi-maritime-reports/3/. Acesso em: 17 jun. 2019.

McKENZIE, Carol. Exercício Naval UNITAS tem início no Panamá. **Diálogo**, Miami, 27 set. 2016. Disponível em: https://dialogo-americas.com/pt/articles/unitas-naval-exercise-kicks-panama. Acesso em: 13 jul. 2019

MEDEIROS, Sabrina Evangelista; MOREIRA, William de Sousa. Maritime co-operation among South Atlantic countries and repercussions for the regional community of security practice. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 2, p. 281-303, maio/ago. 2017.

MELLO, Patrícia Campos; NUBLAT, Johanna. Serra pede estudo de custo de embaixadas na África e no Caribe. **Folha de São Paulo**, São Paulo, maio 2016. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/05/1771982-serra-pede-estudo-de-custo-de-embaixadas-na-africa-e-no-caribe.shtml. Acesso em: 28 jun. 2019.

MERCATOR INSTITUTE FOR CHINA STUDIES - MERICS. **Mapping the belt and road initiative:** this is where we stand. Berlin: MERICS, 2018. Disponível em: https://www.merics.org/en/bri-tracker/mapping-the-belt-and-road-initiative. Acesso em: 21 jun. 2019.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Serviço de Informações ao Cidadão**. Brasília, DF: MD. Disponível em: https://www.defesa.gov.br/servico-de-informacoes-ao-cidadao. Acesso em: 10 jun. 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Telegrama para o Ministério da Defesa nº 550**: Brasil-Cabo Verde - Encontro bilateral de chanceleres (I Reunião do Mecanismo de Consultas e Cooperação - Temas de segurança). Brasília, DF: MRE, 12 ago. 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Telegrama para a Secretaria da Comissão Interministerial para Recursos do Mar nº 151**: ZOPACAS – Revitalização (Convite). Brasília, DF: MRE, 6 out. 2010a.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Secretaria de Estado de Relações Exteriores. **Telegrama para a Delegação Brasileira na ONU nº 1461**: ZOPACAS - Mesa Redonda de Brasília, 6 e 7 de dezembro (Relato). Brasília, DF: MRE, 10 dez. 2010b.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Secretaria de Estado de Relações Exteriores **Telegrama para a Embaixada Brasileira em Cotonou (Benin) nº 129**: Brasil-Benin - II Reunião da Comissão Mista - Brasília, 23 e 24 de agosto de 2011 (Ata em português). Brasília, DF: MRE, 9 set. 2011.

LE MIÈRE, Christian. **Maritime diplomacy in the 21st century**: drivers and challenges. New York: Routledge, 2014.

NICHOLS JR., Irby C. **The European pentarchy and the Congress of Vienna, 1822**. The Hague: Martinus Nijhoff, 2012.

NORTH ATLANTIC TREATY ORGANIZATION - NATO. **The North Atlantic Treaty**. Washington, D.C.: NATO, 1949. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/SID-ECAE8DB0-F591EC88/natolive/official_texts_17120.htm. Acesso em: 15 jun. 2019.

ODEBRECHT. **30 years of commitment to Angola: 2014 annual report**. Santo Antão do Tojal: Ondagrafe, 2015.

OLIVEIRA, Luciane Noronha M. de. Time for an 'Indo-Atlantic' approach for India's Foreign Policy. **Eurasia Review**, [*S. l.*], 2018. Disponível em: https://www.eurasiareview.com/13112018-time-for-an-indo-atlantic-approach-for-indias-foreign-policy-analysis/. Acesso em: 4 maio 2019.

PANDA, Jagannath. **The India-Japan-Vietnam trilateral:** an "inclusive" proposition**.** Italian Institute for International Political Studies. [*S. l.*]: ispionline.it, 2019. Disponível em: https://www.ispionline.it/it/pubblicazione/india-japan-vietnam-trilateral-inclusive-proposition-22860. Acesso em: 23 jun. 2019.

PARELLO-PLESNER, Jonas. **China's risk map in the South Atlantic**. Washington, D.C.: The German Marshall Fund of the United States, 2016.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **Discurso na IV reunião ministerial da cúpula ministerial América do Sul-África**. Brasília, DF: MRE, 2011a. Malabo. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-eentrevistas-categoria/ministro-dasrelacoes-exteriores-discursos/4612discurso-na-iv-reuniao-ministerial-dacupula-america-do-sul-africa-asamalabo-24-de-novembro-de-2011). Acesso em: 29 jun. 2019.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **Discurso por ocasião da solenidade em comemoração do Dia da África**. Brasília, DF: MRE, 2011b. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursosartigos-e-entrevistas-categoria/ministrodas-relacoes-exteriores-discursos/4592discurso-proferido-pelo-ministroantonio-de-aguiar-patriota-durantesolenidade-em-comemoracao-do-dia-daafrica. Acesso em: 22 jun. 2019.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **Política externa brasileira**: discursos, artigos e entrevistas (2011-2012). Brasília, DF: FUNAG, 2013.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **Política externa brasileira**: discursos, artigos e entrevistas (jan./ago. 2013). Brasília, DF: FUNAG, 2016.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais**: temas, autores e visões. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 51, n. 2, p. 136-156, jul./dez. 2008.

THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Information Office of the State Council. **The diversified employment of China's armed forces**. Beijing: Information Office of the State Council, April 2013. Disponível em: http://english.gov.cn/archive/white_paper/2014/08/23/content_281474982986506.htm. Acesso em: 14 jun. 2019.

THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Ministry of Commerce. **China and Argentina sign memorandum of understanding on service trade cooperation**. Beijing: PRC. Ministry of Commerce, 2018. Disponível em: http://english.mofcom.gov.cn/article/newsrelease/significantnews/201812/20181202813875.shtml. Acesso em: 23 jun. 2019.

THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. Ministry of Foreign Affairs. **List of deliverables of the second Belt and Road Forum for international cooperation**. Beijing: PRC. Ministry of Foreign Affairs, 2019. Disponível em: https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/t1658767.shtml. Acesso em: 23 jun. 2019.

PERLEZ, Jane. China surprises U.N. with $100 million and thousands of troops for peacekeeping. **The New York Times**, New York, 2015. Disponível em: https://www.nytimes.com/interactive/projects/cp/reporters-notebook/xi-jinping-visit/china-surprisesu-n-with-100-million-and-thousands-of-troops-for-peacekeeping. Acesso em: 21 jun. 2019.

PETROBRAS. **Pré Sal**. [*S. l.*]: Petrobras, 2019. Disponível em: http://www.petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/areas-de-atuacao/exploracao-e-producao-de-petroleo-e-gas/pre-sal/. Acesso em: 27 abr. 2019.

PIGGOTT, Francis. **The Declaration of Paris 1856**: a study. London: University of London Press, 1919.

PINTO, Paulo Cordeiro de Andrade. **Diplomacia e política de defesa**: o Brasil no debate sobre a segurança hemisférica na década pós-Guerra Fria (1990-2000). Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

RAO, Ch Sushil. Pirates specifically target Indian seafarers in Gulf of Guin. **The Times of India**, [*S. l.*], May 10, 2019. Disponível em: https://timesofindia.indiatimes.com/india/pirates-specifically-target-indian-seafarers-in-gulf-of-guinea-dg-shipping-comes-up-with-safety-advisory/articleshow/69274659.cms. Acesso em: 23 jun. 2019.

REIS, Reginaldo Gomes Garcia. A defesa hemisférica em crise: uma geopolítica do Atlântico. *In*: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; LEÃO, Karl Schurster de Sousa; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de (org.). **Atlântico**: a história de um oceano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 493-521.

ROWLANDS, Kevin. **Naval diplomacy in the post-cold war global order**. 2015. 466 f. Tese (Doutorado em Estudos Militares) - Ciências Sociais e Políticas Públicas, King's College, London, 2015.

RUDZIT, Gunther. O debate teórico em segurança internacional: mudanças frente ao terrorismo? **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [*S. l.*], v. 5, n. 2, p. 297-323, dez. 2005. Disponível em: http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/5/1598. Acesso em: 22 abr. 2019.

SEABRA, Roberto. De Deodoro da Fonseca a Lula, discursos de posse contam a história do País. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 2010. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/192174-DE-DEODORO-DA-FONSECA-A-LULA,-DISCURSOS-DE-POSSE-CONTAM-A-HISTORIA-DO-PAIS.html. Acesso em: 12 jul. 2019.

SERAFIM, Carlos Frederico Simões. REVIZEE - missão cumprida? **Revista Brasileira de Engenharia de Pesca**, São Luís, v. 2, n.1, p. __-__, jan. 2007.

SERRA, José. **Discurso ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores**. Brasília, DF: MRE, 2016a. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasiao-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasilia-18-de-maio-de-2016. Acesso em: 25 jun. 2019.

SERRA, José. **Discurso por ocasião da sessão solene de encerramento da XI Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP**. Brasília, DF: MRE, 2016b. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/15104-discurso-do-ministro-das-relacoes-exteriores-jose-serra-por-ocasiao-da-sessao-solene-de-encerramento-da-xi-conferencia-de-chefes-de-estado-e-de-governo-da-cplp-brasilia-1-de-novembro-de-2016. Acesso em: 17 jun. 2019.

SERRA, José. **Intervenção por ocasião da Reunião de Chanceleres do G20 – sessão 3 – "cooperação com a África"**. Bonn, 2017. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/15781-intervencao-do-ministro-das-relacoes-exteriores-jose-serra-por-ocasiao-da-reuniao-de-chanceleres-do-g-20-sessao-3-cooperacao-com-a-africa. Acesso em: 10 jun. 2019.

SHARMAN, Jon. US, Japan, India and Philippines challenge Beijing in South China Sea with joint show of force. **The Independent**, London, 2019. Disponível em: https://www.independent.co.uk/news/world/asia/south-china-sea-military-us-navy-japan-philippines-trump-trade-war-a8906516.html. Acesso em: 26 maio 2019.

SHEPHERD, Christian; BLANCHARD, Ben. **China's Xi offers another $60 billion to Africa, but says no to 'vanity' projects**. [*S. l.*]: Reuters, 2018. Disponível em: https://www.reuters.com/article/us-china-africa/chinas-xi-offers-another-60-billion-to-africa-but-says-no-to-vanity-projects-idUSKCN1LJ0C4. Acesso em: 21 jun. 2019.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. **A Diplomacia de defesa na política internacional**. Porto Alegre: Palmarinca, 2018.

SINGH, Abhijit. Combating Gulf of Guinea piracy: between ‘devil’ and the ‘deep sea’. **Africa Trends**, [*S. l.*], v. 4, n. 1, jan./mar. 2015a. Online. Disponível em: https://idsa.in/africatrends/combating-gulf-of-guinea-piracy_asingh_0315. Acesso em: 23 jun. 2019.

SINGH, Abhijit. Evaluating India-Africa maritime relations. **The Diplomat**, [*S. l.*], 2015b. Disponível em: https://thediplomat.com/2015/10/evaluating-india-africa-maritime-relations/. Acesso em: 29 abr. 2019.

SMITH, Mike Lawrence; UTTLEY, Matthew R. H. Tradition and innovation in maritime thinking. *In*: DORMAN, Andrew; SMITH, Mike Lawrence; UTTLEY, Matthew R. H. **The changing face of maritime power**. London: Palgrave Macmillan, 1999. p. 1-13.

STOCHERO, Tahiane. **Corte de verba faz Marinha suspender projeto para defesa do pré-sal**. **G1**, São Paulo, 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/11/corte-de-verba-faz-marinha-suspender-projeto-para-defesa-do-pre-sal.html. Acesso em: 28 jul. 2019.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). SIPRI Military Expenditure Database. **Military expenditure by country, in constant (2017) US$**. Stockholm: SIPRI, 2019. Disponível em: https://www.sipri.org/sites/default/files/Data%20for%20all%20countries%20from%201988%E2%80%932018%20in%20constant%20%282017%29%20USD%20%28pdf%29.pdf. Acesso em: 13 jul. 2019.

TILL, Geoffrey. Sir Julian Corbett and the twenty-first century: ten maritime commandments. *In*: DORMAN, Andrew; SMITH, Mike Lawrence; UTTLEY, Matthew R. H. **The changing face of maritime power**. London: Palgrave Macmillian, 1999. p. 19-32.

UCHOA, P. **Na Guiné Equatorial Lula defende democracia e assina acordo**. [*S. l.*]: BBC News, 5 jul. 2010. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/07/100705_acordo_guine_pu_aw.shtml. Acesso em: 12 jun. 2019.

UNITED NATIONS (UN). **Member States**. [*S. l.*]: UN, [2011?]. Disponível em: https://www.un.org/en/member-states/. Acesso em: 21 jun. 2019.

UNITED NATIONS (UN). **Submissions, through the Secretary-General of the United Nations, to the Commission on the Limits of the Continental Shelf***.* New York: UN, 2019a. Disponível em: https://www.un.org/Depts/los/clcs_new/commission_submissions.htm. Acesso em: 16 jun. 2019.

UNITED NATIONS (UN). **Troop and police contributors**. [*S. l.*]: UN, 2019b. Disponível em: https://peacekeeping.un.org/en/troop-and-police-contributors. Acesso em: 21 jun. 2019.

UNITED NATIONS (UN). Security Council. **Resolution 2350**. New York: UN, 2017. Disponível em: http://unscr.com/en/resolutions/2350. Acesso em: 13 jul. 2019.

UNITED NATIONS (UN). Security Council. **Security Council Presidential Statement Requests Strategic Review of Central Africa Office Mandate**. New York: UN, 2018a. Disponível em: https://www.un.org/press/en/2018/sc13454.doc.htm. Acesso em: 24 jul. 2019.

UNITED NATIONS (UN). **World drug report 2018**. Vienna: UN, 2018b.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **UNODC participa em reunião preparatória da ZOPACAS em Brasília.** Brasília, DF: UNODC, 2010. Disponível em: https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/frontpage/2010/12/07-unodc-participa-de-reuniao-preparatoria-da-zopacas-em-brasilia.html. Acesso em: 20 jun. 2019.

UNITED STATES OF AMERICA. United States Navy. **Obangame Express 2019 begins**. [*S. l.*]: USN, 2019. Disponível em: https://www.navy.mil/submit/display.asp?story_id=108960. Acesso em: 16 jun. 2019.

UNITED STATES SOUTHERN COMMAND - SOUTHCOM. **PANAMAX 2018**. Miami: SOUTHCOM, 2018. Disponível em: https://www.southcom.mil/Media/Special-Coverage/PANAMAX-2018/. Acesso em: 14 jul. 2019.

VIEIRA, Mauro Luiz Lecker. **Discurso em audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados**. Brasília, DF: MRE, 2015a. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/ptBR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-dasrelacoes-exteriores-discursos/9752-discurso-do-ministro-dasrelacoes-exteriores-em-audiencia-publica-da-comissao-derelacoes-exteriores-e-de-defesa-nacional-da-camara-dosdeputados-15-de-abril-de-2015. Acesso em: 10 maio 2019.

VIEIRA, Mauro Luiz Lecker. **Discurso por ocasião da abertura do V Curso para Diplomatas Africanos**. Brasília, DF: MRE, 2015b. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br /pt-BR/discursos-artigose-entrevistas-categoria/ministro-dasrelacoes-exteriores-discursos/10742discurso-do-ministro-mauro-vieira-porocasiao-da-abertura-do-v-curso-paradiplomatas-africanos-brasilia-10-deagosto-de-2015. Acesso em: 04 maio 2019.

VIEIRA, Mauro Luiz Lecker. **Discurso por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores**. Brasília, DF: MRE, 2015c. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistascategoria/ministro-das-relacoesexteriores-discursos/6398-discurso-desua-excelencia-o-senhor-embaixadormauro-luiz-iecker-vieira-por-ocasiao-dacerimonia-de-transmissao-do-cargo-deministro-de-estado-das-relacoesexteriores. Acesso: em 04 maio 2019.

VIEIRA, Mauro Luiz Lecker. **Discurso por ocasião de evento com Embaixadores do Grupo Africano residentes em Brasília**. Brasília, DF: MRE, 2015d. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/ptBR/discursos-artigos-e-

entrevistascategoria/ministro-das-relacoesexteriores-discursos/8392-discursoproferido-pelo-ministro-das-relacoesexteriores-durante-almoco-comembaixadores-do-grupo-africanoresidentes-em-brasilia-brasilia-20-demarco-de-2015. Acesso em: 04 maio 2019.

VIEIRA, Mauro Luiz Lecker. **Palestra no Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI)**. Brasília, DF: MRE, 2016. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursosartigos-e-entrevistas-categoria/ministrodas-relacoes-exteriores-discursos/13151palestra-do-ministro-mauro-vieira-nocentro-brasileiro-de-relacoesinternacionais-cebri-rio-de-janeiro-16-defevereiro-de-2016. Acesso em: 11 maio 2019.

VIGEVANI, Tulio; CEPALUNI; Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, jul./dez 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292007000200002. Acesso em: 29. jun. 2019.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. O Brasil e o mundo: a política externa e as suas fases. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 134-154, 1999.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A política africana do governo Lula**. [*S. l.*]: Ed. UFRGS, [2008?]. Disponível em: http://www.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf. Acesso em: 15 jun. 2019.

WALT, Stephen. The renaissance of security studies. **International Studies Quarterly**, Chicago, v. 35, n. 2, p. 211-239, jun. 1991. Disponível em: http://users.metu.edu.tr/utuba/Walt%20Renais.pdf. Acesso em: 17 jun. 2019.

WASSERMANN, Rogerio. Em 2 anos, Dilma viaja menos que Lula em 1º ano de mandato. **BBC Brasil**, Londres, 2013. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/01/121227_dilma_viagens_levantamento_rw. Acesso em: 10 jun. 2019.

WEDIN, Lars. **Estratégias marítimas no século XXI**: a contribuição do almirante Castex. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2015.

WIDEN, Lars. Brazil Russia India China and South Africa Naval diplomacy: a theoretical approach. **Diplomacy & Statecraft**, [*S. l.*], v. 22, n. 4, p. 715-733, 06 Dec. 2011. DOI 10.1080/09592296.2011.625830. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09592296.2011.625830. Acesso em: 17. jun. 2019.

WONG, Edward. Citing Iranian threat, U.S. sends carrier group and bombers to Persian Gulf. **The New York Times**, New York, 2019. Disponível em: https://www.nytimes.com/2019/05/05/world/middleeast/us-iran-military-threat-.html. Acesso em: 24 maio 2019.

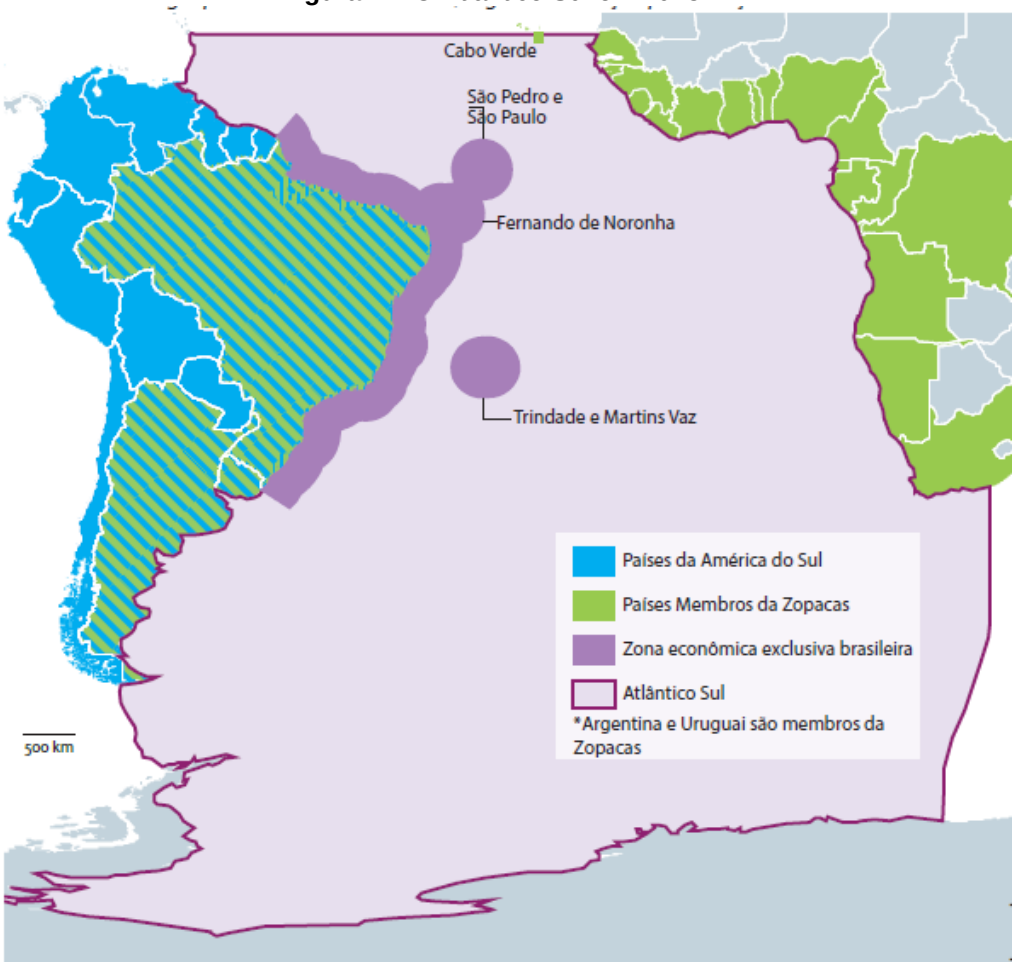
WORLD BANK - WB. **Belt and road initiative**. Washington, D.C.: WB, 2018. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/topic/regional-integration/brief/belt-and-road-initiative. Acesso em: 21 jun. 2019

ZHIHAO, Zhang. Navy's peace ark makes stop in Angola. **China Daily**, [*S. l.*], Oct. 21, 2017. Africa. Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/world/2017-10/21/content_33520108.htm. Acesso em: 21 jun. 2019.

ZHOU, Hang; SEIBEL, Katharina. Maritime insecurity in the Gulf of Guinea: a greater role for China? **China Brief**, Washington, D.C., v. 15, n. 1, 9 Jan. 2015. Jamestown Foundation.

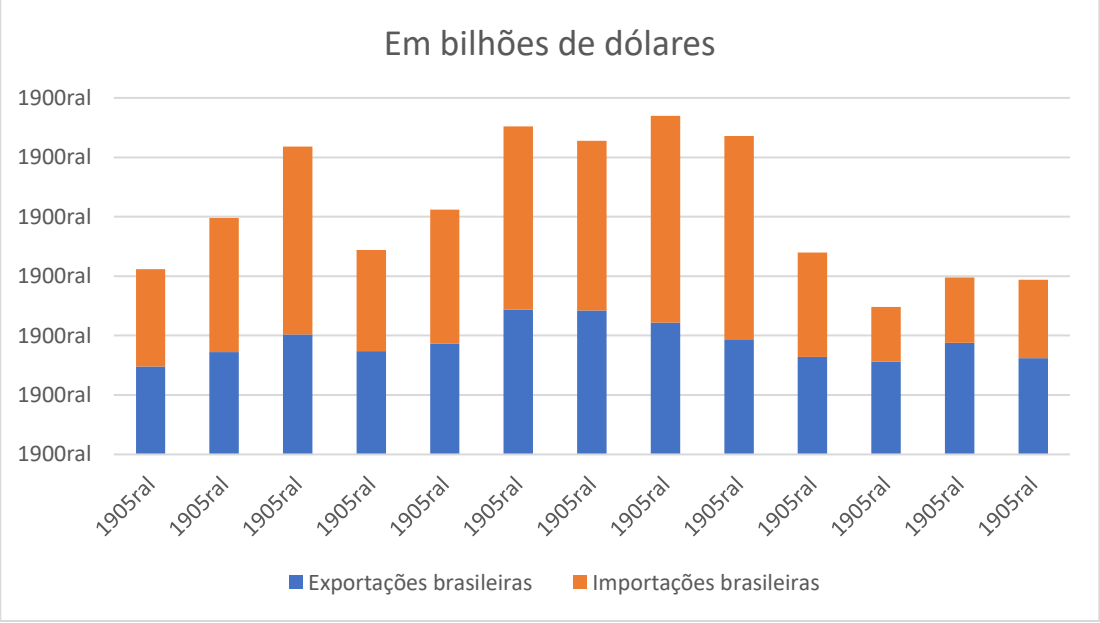
ANEXO A – ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O Atlântico Sul em 2018



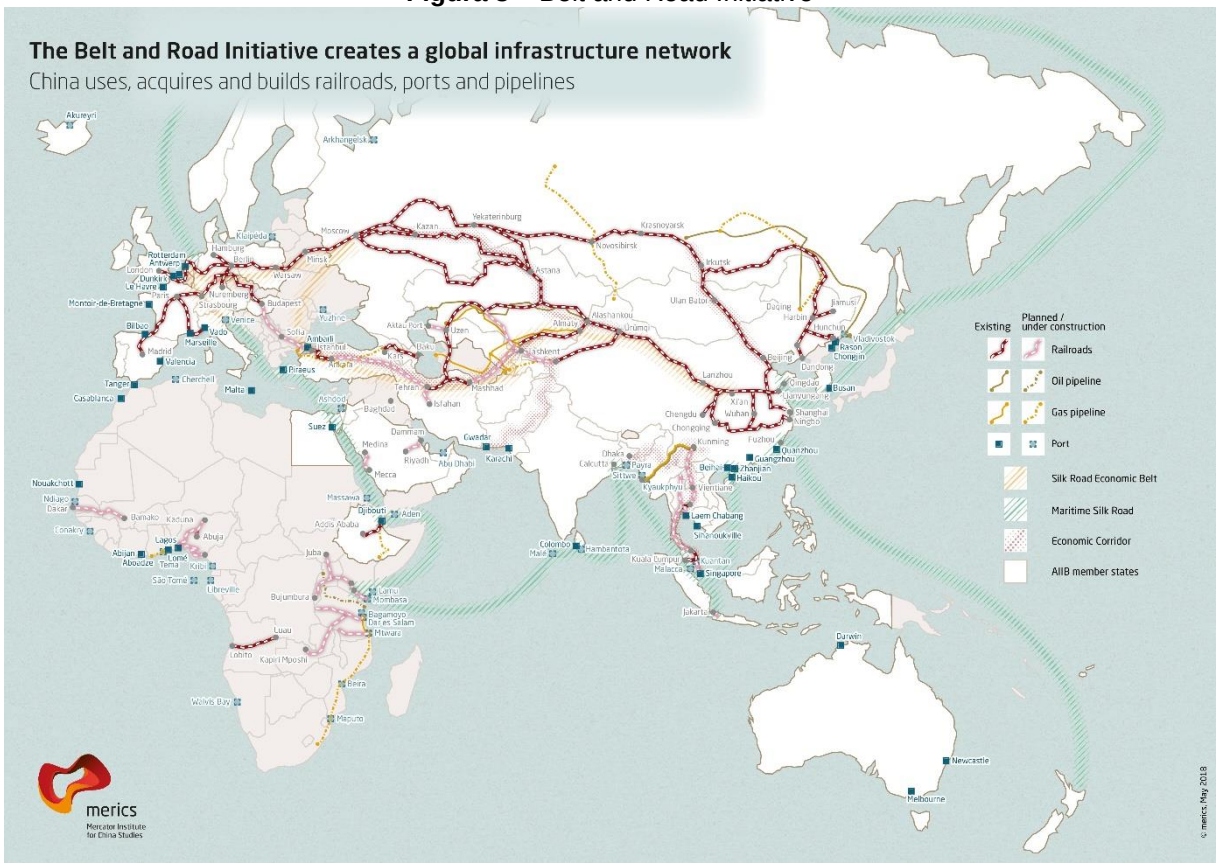
Fonte: Lima *et al.* (2017)

Figura 2 – Balança Comercial Brasil-África 2006-2018



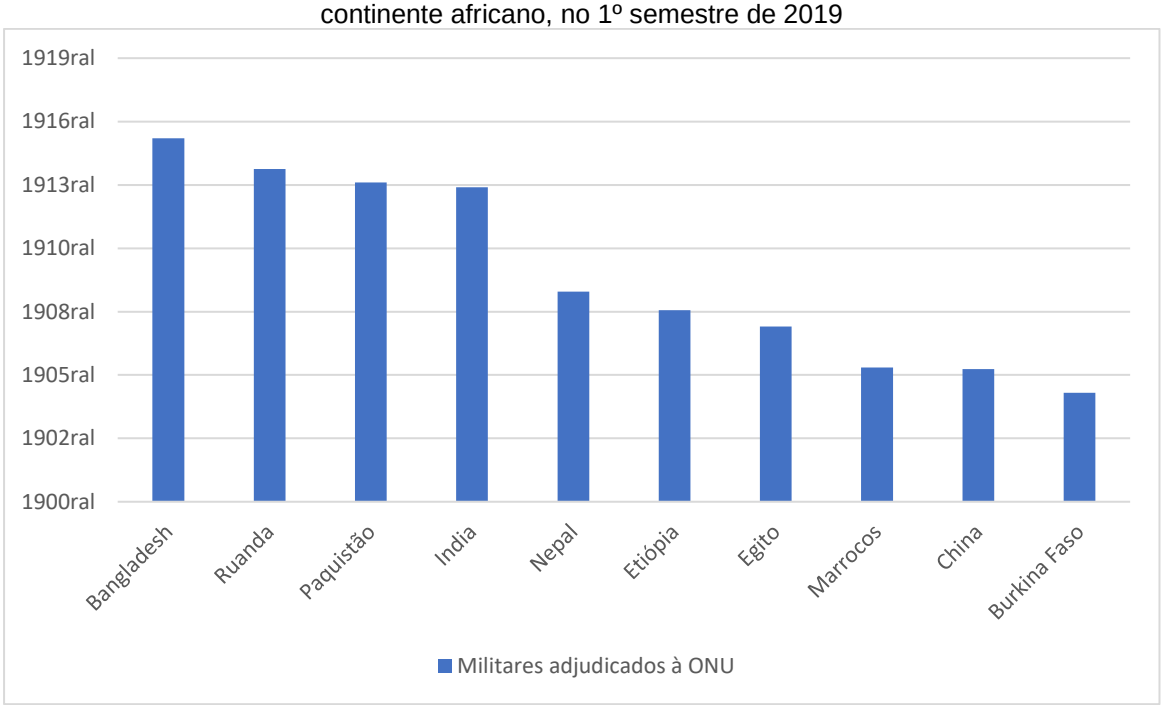
Fonte: Elaboração do autor com base em Brasil (2018c).

Figura 3 – Belt and Road Initiative



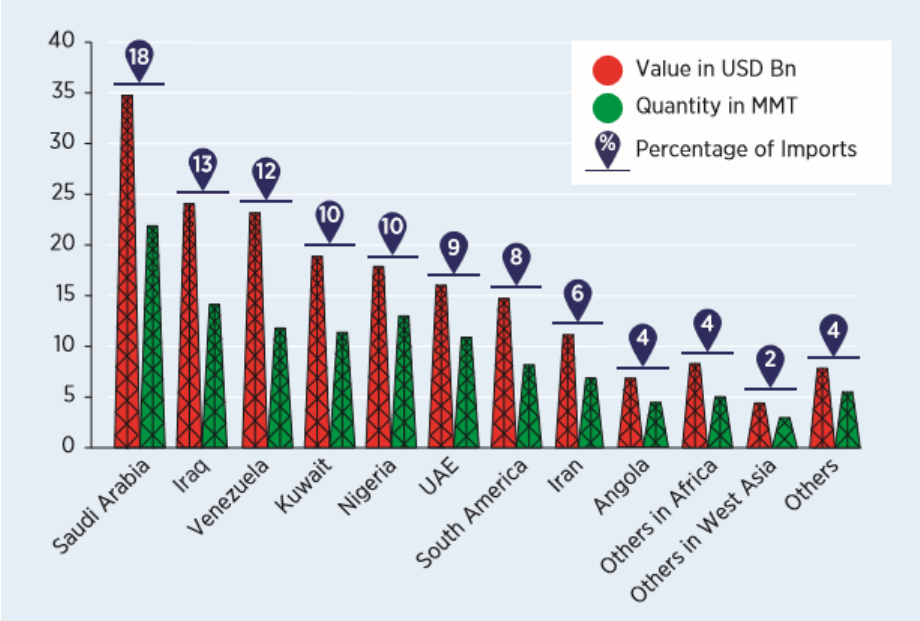
Fonte: Mercator Institute for China Studies (2018)

Figura 4 – Gráfico com os dez países que mais contribuem para as missões de paz da ONU no continente africano, no 1º semestre de 2019



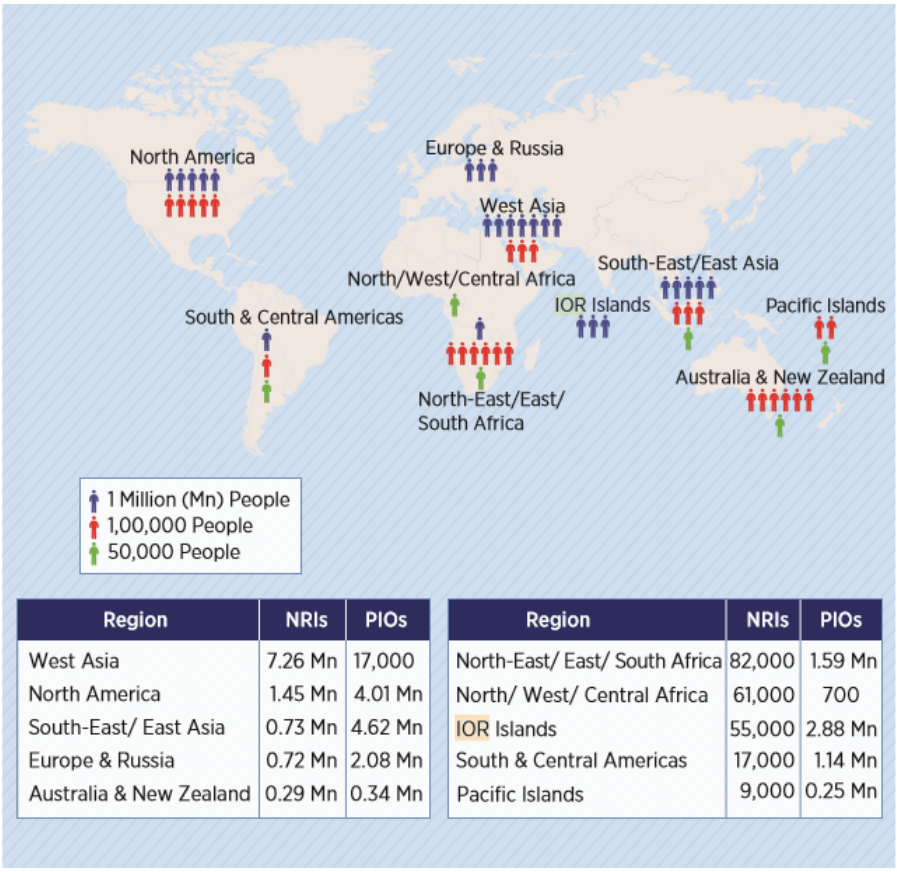
Fonte: Elaboração do autor com base em: United Nations (2019b)

Figura 5 – Importações de petróleo da Índia 2014-2015



Fonte: India (2015)

Figura 6 – Diáspora indiana (cidadãos indianos (NRI) e pessoas de origem indiana (PIO)), em 2015

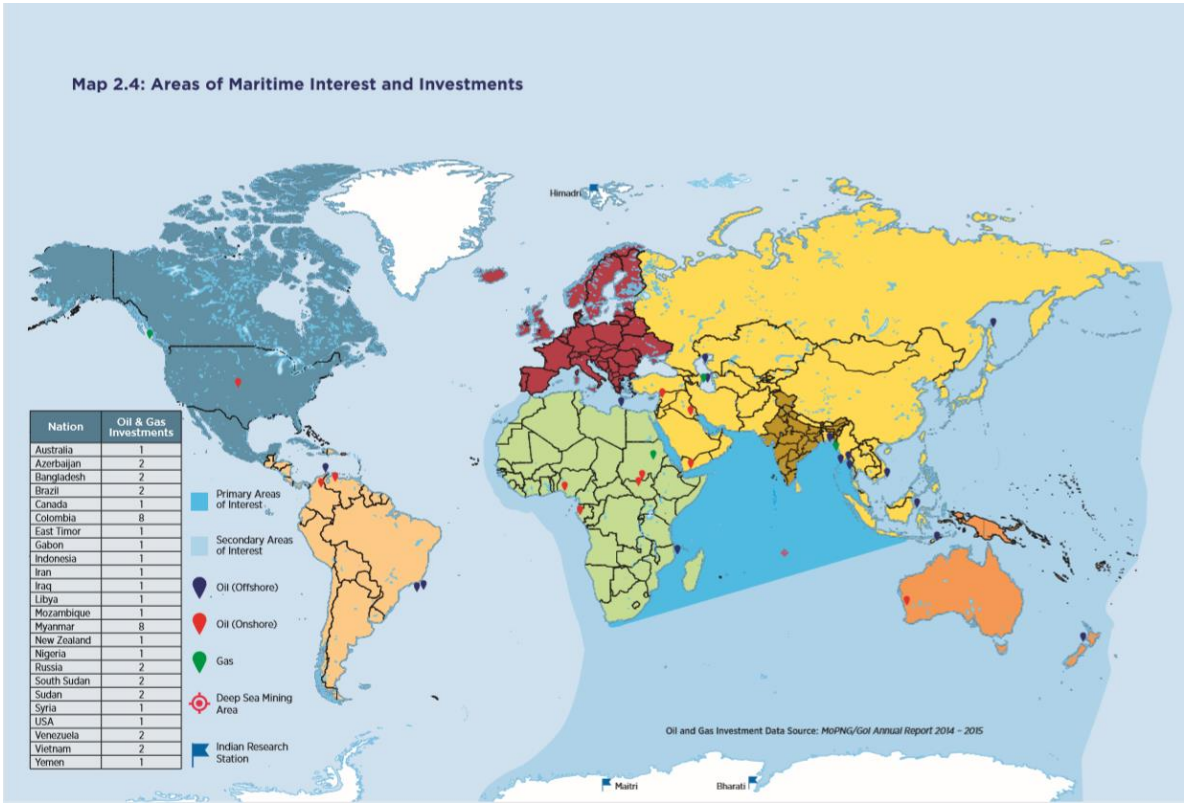


Region	NRIs	PIOs
West Asia	7.26 Mn	17,000
North America	1.45 Mn	4.01 Mn
South-East/ East Asia	0.73 Mn	4.62 Mn
Europe & Russia	0.72 Mn	2.08 Mn
Australia & New Zealand	0.29 Mn	0.34 Mn

Region	NRIs	PIOs
North-East/ East/ South Africa	82,000	1.59 Mn
North/ West/ Central Africa	61,000	700
IOR Islands	55,000	2.88 Mn
South & Central Americas	17,000	1.14 Mn
Pacific Islands	9,000	0.25 Mn

Fonte: India (2015)

Figura 7 – Áreas de interesse marítimo e de investimentos indianos em 2015



Nation	Oil & Gas Investments
Australia	1
Azerbaijan	2
Bangladesh	2
Brazil	2
Canada	1
Colombia	8
East Timor	1
Gabon	1
Indonesia	1
Iran	1
Iraq	1
Libya	1
Mozambique	1
Myanmar	8
New Zealand	1
Nigeria	1
Russia	2
South Sudan	2
Sudan	2
Syria	1
USA	1
Venezuela	2
Vietnam	2
Yemen	1

Fonte: India (2015)

Figura 8 –Interesses primordiais da defesa do Brasil na área internacional em 2018

Fonte: Bottentuit (2018)

ANEXO B – TABELAS

Tabela 1 – Eventos de diplomacia naval no Atlântico Sul no período de 1992 a 2010

Ano	Tipo	Subclassificação	Evento	Ator
1992	E	Cooperação Prestígio	Três navios de Taipé (2 contratorpedeiros e um navio tanque) visitam a África do Sul	Taiwan
1992	C	-	África do Sul envia seu navio de apoio Tafelberg para Luanda para auxiliar a ONU no monitoramento das eleições em Angola	África do Sul
1994	E	Garantia de Segurança Cooperação	O Navio Escola argentino Libertad visita Dartmouth a convite do Reino Unido	Reino Unido Argentina
1994	E	Cooperação Atração	Os navios Gettysburg e Halyburton se tornam os primeiros navios estadunidenses a visitar a África do Sul desde 1967	EUA
1995	P/C	Dissuasão Garantia de Segurança	O navio HMS Marlborough, do Reino Unido, permanece ao largo de Serra Leoa para conduzir evacuação de não combatentes se necessário depois de uma rebelião interna em Serra Leoa.	Reino Unido
1995	-	Cooperação	A Comunidade de Desenvolvimento da África Austral forma um Comitê Marítimo Permanente sob a presidência da África do Sul, visando ao aumento da cooperação naval e marítima na região. Navios sul-africanos visitam Moçambique e Tanzânia	África do Sul
1995	E	Atração	A Marinha francesa visita Durban na África do Sul	França
1996	P	Dissuasão Construção de imagem Garantia de Segurança	O navio HMS Northumberland do Reino Unido realiza atividades de presença e dissuasão contra pesca ilegal por embarcações argentinas ao largo da Geórgia do Sul	Reino Unido
1996	P	Assistência Garantia de Segurança	Navios das marinhas estadunidenses e do Reino Unido permanecem ao largo da Libéria para conduzir evacuação de não combatentes	EUA Reino Unido
1997	E	Cooperação Atração	África do Sul recebe Argentina, Brasil e Uruguai para os exercícios da ATLASUR	África do Sul Argentina Brasil Uruguai
1997	P/E	Cooperação Atração	Pesca ilegal se torna um problema e a França oferece auxílio para patrulhar as águas no entorno das ilhas Prince Edward, além da autonomia dos navios-patrulha sul-africanos	França
1997	-	Cooperação	Dois navios sul-africanos operam a partir da Namíbia como parte de um memorando de entendimento em cooperação marítima na região	África do Sul Namíbia
1997	P/C	Assistência Dissuasão	Dois navios do Reino Unido (Monmouth e Orangeleaf) permanecem ao largo do litoral do Congo durante a deterioração da situação política naquele país	Reino Unido
1998	P/E	Garantia de Segurança	HMS Monmouth e HMS Cornwall visitam Serra Leoa em demonstração de apoio ao governo democrático restaurado	Reino Unido
1998	-	Cooperação	Argentina e Chile anunciam exercícios navais a serem conduzidos nesse ano. É um significante desenvolvimento em relações militares depois de anos de alto nível de desconfiança	Argentina Chile

Ano	Tipo	Subclassificação	Evento	Ator
1998	P	Garantia de Segurança Dissuasão Assistência	HMS Cornwall é retirado de um exercício com a Marinha Sul-Africana para ficar disponível para realizar evacuação de não-combatentes na Guiné Bissau se o conflito no país intensificasse	Reino Unido
1998	D	Assistência	A fragata portuguesa Vasco da Gama evacua o pessoal diplomático da sua antiga colônia	Portugal
1998	C/E	Prestígio Garantia de Segurança	Os ministros das Relações Exteriores de Portugal e Angola se encontram com os rebeldes da Guiné-Bissau a bordo da fragata Vasco da Gama; funcionários do governo são convidados, mas não aparecem	Portugal Angola
1998	E	Cooperação	Argentina e Chile realizam um exercício naval conjunto na Isla de los Estados; é baseado em busca e salvamento	Argentina Chile
1999	P/C	Garantia de Segurança	Reino Unido posiciona navios ao largo de Serra Leoa para apoiar o governo na luta contra os rebeldes	Reino Unido
1999	-	Prestígio	O primeiro-ministro russo, Vladimir Putin, anuncia que a Marinha russa vai retomar as ações globais	Rússia
2000	E	Cooperação Atração	O primeiro exercício naval francês / argentino ocorre entre Mar Del Plata e o Cabo Horn. Envolveu o porta-helicópteros francês Jeanne d'Arc, o contratorpedeiro Georges Leygues, o submarino argentino Salta e a fragata Espora.	França Argentina
2000	P	Garantia de Segurança	A Marinha estadunidense envia um navio para Serra Leoa para conduzir evacuação de não combatentes, se necessário	EUA
2000	D/P	Garantia de Segurança Dissuasão Coerção	Operation PALLISER, uma operação do Reino Unido em apoio ao governo de Serra Leoa, quando a capital, Freetown, estava sob ataque de rebeldes. HMS Illustrious, HMS Ocean, fragatas e outros navios são enviados para a região	Reino Unido
2000	E	Atração	Os navios de guerra chineses Shenzen e Nancang visitam Simons Town na África do Sul	China
2000	E	Atração Prestígio	O porta aviões estadunidense George Washington visita a Cidade do Cabo. É a primeira visita de um navio aeródromo da marinha estadunidense à África do Sul desde a década de 1960; uma possível resposta à visita chinesa um mês antes	EUA
2000	P/E	Garantia de Segurança Dissuasão	Na Operação SILKMAN, um Grupo-Tarefa anfíbio da marinha do Reino Unido realiza uma demonstração de força e conduz um desembarque anfíbio perto de Freetown; o momento coincidiu com o fim de um cessar fogo de 30 dias e teve como objetivo dissuadir os rebeldes dos surtos de violência	Reino Unido
2001	-	-	A África do Sul nega permissão para a visita de um porta-aviões nuclear, o Enterprise, à Cidade do Cabo	África do Sul EUA
2001	P/E	Cooperação	Nigéria e África do Sul realizam patrulhas conjuntas antipirataria na costa oeste da África	África do Sul Nigéria
2003	P/C	Garantia de Segurança Dissuasão	O Reino Unido envia o HMS Iron Duke e um outro navio com fuzileiros embarcados para Serra Leoa em apoio ao governo quando a agitação civil se tornou iminente	Reino Unido

Ano	Tipo	Subclassificação	Evento	Ator
2003	C	Garantia de Segurança Dissuasão Assistência	Em resposta à deterioração das condições na Libéria, o Presidente dos EUA autoriza o envio de navios para as águas territoriais do país para apoiar a ONU e os estados da África Ocidental para restaurar a ordem e fornecer ajuda humanitária	EUA
2003	E	Atração Assistência Cooperação	A Marinha dos EUA envia seu catamarã experimental *Swift* para a África do Sul e para outros portos da África Ocidental	EUA
2004	E	Prestígio Cooperação	Durante a viagem de comissionamento de Norfolk para San Diego, o navio aeródromo Ronald Reagan realiza exercícios com as marinhas da América do Sul.	EUA
2004	-	Assistência Atração	Brasil doa um navio patrulha à Namíbia	Brasil
2004	E	Cooperação	Brasil, Argentina, Uruguai, EUA e Espanha participam do exercício UNITAS no Uruguai	Brasil Argentina Uruguai EUA
2006	-	Dissuasão Construção de imagem	Nigéria anuncia que está desenvolvendo capacidade de vigilância remota de seu litoral; essa ação se segue a uma série de ataques a instalações petrolíferas no delta do Níger	Nigéria
2006	E	Garantia de Segurança Cooperação	OTAN realiza o exercício *Steadfast Jaguar* em Cabo Verde. O exercício, que incluiu um assalto anfíbio vários, navios aeródromos e outros navios, foi realizado para testar a capacidade de resposta da OTAN na África. Cabo Verde estava muito interessado em ser o anfitrião do exercício, aspirando se juntar à OTAN	Cabo Verde
2006	E	Garantia de Segurança Atração	O Reino Unido envia um grupo tarefa anfíbio para a África Ocidental em uma demonstração de apoio ao governo de Serra Leoa e para conduzir adestramentos e visitas a portos estrangeiros	Reino Unido
2007	E	Dissuasão Garantia de Segurança	A marinha nigeriana realiza adestramento com seus navios na importante e estratégica Isla de Bonny. O exercício seria um trampolim para garantir as linhas de comunicação marítimas no Golfo da Guiné para as exportações de petróleo	Nigéria
2007	C/E	Atração Cooperação	A marinha dos EUA anuncia planos de enviar um navio anfíbio para o Golfo da Guiné para atuar como um "navio escola" para as marinhas da região e para garantir uma presença persistente na área	EUA
2007	-	-	A Argentina retira sua marinha dos exercícios anuais bilaterais com o Chile, devido a restrições financeiras e à precária condição operacional de suas unidades. Isso coloca em questão a importância dada ao relacionamento entre Argentina e Chile. Os exercícios eram realizados anualmente desde 1998	Argentina Chile
2008	-	Assistência Garantia de Segurança	O Reino Unido envia um navio para Tristão da Cunha para reparar o quebra mar no porto de Calshot; sem reparos, o porto teria se tornado inutilizável	Reino Unido
2008	E	Cooperação Atração	O Reino Unido envia um navio para se juntar ao grupo tarefa anfíbio espanhol Esparabas, que se dirigia ao Brasil e a El Salvador	Reino Unido Espanha

Ano	Tipo	Subclassificação	Evento	Ator
2008	E	Atração Cooperação	A Marinha dos EUA estabelece a Estação de Parceria da África e envia navios para atividades de diplomacia naval no Golfo da Guiné	EUA
2008	E	Cooperação Atração	Em um sinal de que a relação entre algumas das potências emergentes não se limita ao econômico, um exercício naval trilateral indiano / brasileiro / sul-africano acontece ao largo da África do Sul.	Índia Brasil África do Sul
2008	E	Cooperação Atração	A Marinha dos EUA restabelece sua Quarta Esquadra para operar no Caribe e nas águas da América Central e do Sul e construir "coalizões multinacionais"	EUA
2008	E	Atração	Os navios de guerra da Marinha russa Pyotr e Almirante Chabanenko visitam a Venezuela, coincidindo com uma visita ao país pelo presidente Medvedev; é a primeira visita da Marinha Russa ao Caribe desde o final da Guerra Fria. A visita também levanta rumores de estar ligada a uma possível venda de submarinos para a Venezuela.	Rússia
2009	-	Coerção	A Marinha nigeriana é atacada por militantes armados do Movimento pela Emancipação do Delta do Níger; dois marinheiros morrem e pelo menos uma lancha artilhada é capturada.	Nigéria
2009	-	Coerção	Movimento pela Emancipação do Delta do Níger alerta empresas petrolíferas a retirarem trabalhadores da região ou enfrentar "iminente furacão"	Nigéria
2010	-	Cooperação	Navios da Marinha Sul-Africana operam com Moçambique e realizam patrulhas conjuntas de segurança nas águas territoriais	África do Sul
2010	P	Dissuasão Atração Garantia de Segurança	Enquanto a pista de pouso nas Ilhas Malvinas está sendo recuperada, o HMS Ocean se desloca para o Atlântico Sul e faz uma visita ao Brasil e à África Ocidental. Embora o navio não vá até as Malvinas, demonstra-se a capacidade britânica	Reino Unido

Fonte: Elaborada pelo autor com base em Rowlands (2015).

Classificação de Cable (ANO)

D: Definitiva: o ato ou ameaça de força que possua um propósito definitivo perceptível para ambos os lados

P: Proposital: menos direta; Força Naval limitada empregada com o propósito de mudar a política ou o caráter de um governo estrangeiro

C: Catalítico: ajudar a agir como um catalisador em uma situação cuja direção ainda precisa ser determinada

E: Expressiva: onde navios de guerra são empregados para enfatizar atitudes ou marcar uma posição

-: Não enquadrada na tipologia de Cable

Subclassificação

Coerção, Dissuasão, Cooperação, Prestígio, Garantia de Segurança, Construção de Imagem, Atração, Assistência.

Tabela 2 - Evolução histórica da execução financeira dos projetos de cooperação técnica na África, no período de 2006 a 2014

Ano	Execução Financeira (R$)	Projetos e Atividades Isoladas
2006	2.239.311	57
2007	1.401.722	85
2008	3.544.182	128
2009	9.634.942	184
2010	19.844.882	253
2011	13.687.999	223
2012	10.172.693	201
2013	8.368.155	138
2014	5.069.613	161

Fonte: elaborado pelo autor com base em Brasil (2018d)